



CÂMARA DOS DEPUTADOS

AROLDE DE OLIVEIRA
DEPUTADO FEDERAL

ATIVIDADES PARLAMENTARES

Pronunciamentos, Projetos de Lei e
outras atividades desenvolvidas pelo
Deputado Federal Arolde de Olivera,
em 2011 e 2012.

Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
BRASÍLIA – 2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PROJETOS DE LEI	9
– Apresentados	11
– Relatados	12
DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS 2011	15
– Importância da visita do presidente dos EUA ao Brasil	17
– As concessões de Rádio e TV devem ser do Poder Legislativo	17
– Falecimento do ex-Vice Presidente da República, José Alencar	18
– Contra as propostas de financiamento público de campanha e do voto em lista	19
– Falecimento do ex-Deputado Federal Fausto Rocha	20
– Homenagem ao médico argentino Fortunato Benaim	22
– Projeto de Lei 1522/2011 pela veiculação de mensagens nos anúncios de bebidas alcoólicas	24
– Apelo para votação à PEC 300/2008	24
– Contra o PL 122/2006 sobre o crime de homofobia	25
– Em defesa da língua portuguesa instrumental	28
– Em defesa do Orçamento Impositivo	29
– Pela criação de uma agência reguladora do sistema de radiodifusão	30
– Estratégias políticas do ex-presidente Lula para retomar o poder	33
– Pelo combate à corrupção	35
– Projeto de Lei 2035/2011 para que ONGs prestem contas ao governo	35
– Natureza tendenciosa da proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade	36
– Apreensão com a atuação da Comissão da Verdade	39
– Criação do Partido Social Democrático – PSD	40
– Desligamento dos quadros do DEM e Adesão ao PSD	42
– Pela Convocação de uma Constituinte para elaborar a Reforma Política	43
– Manifesto à Nação após a primeira reunião da Executiva Nacional do PSD	43
– Sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2012	47

– Votos de plena recuperação da saúde ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva	49
– Artigo “A República Destroçada”, de Marco Antonio Villa	49
– Em favor da manutenção dos royalties do petróleo no Estado do Rio	52
– Acerto da decisão da Presidente Dilma ao suspender os convênios com ONGs	53
– Pela aplicação da Lei Ficha Limpa nas eleições municipais de 2012	54
– Comemoração dos 70 anos da Força Aérea Brasileira	55
– Comemoração do acordo sobre a distribuição dos royalties do pré-sal	57
– Pela aprovação da PEC da Música (95/2007)	59
DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS 2012	61
– Pela privatização dos aeroportos brasileiros	63
– Em defesa da manutenção do sistema proporcional nos pleitos parlamentares	64
– Aprovação do PL 78/2009 de autoria de Arolde de Oliveira	66
– Homenagem ao Dia Internacional da Mulher	66
– Criação de novo pacto federativo	68
– Contra a liberação de venda e consumo de bebidas alcoólicas durante a Copa de 2014	68
– A Responsabilidade Civil da União nos eventos esportivos	69
– Homenagem ao aniversário da Revolução de 1964	70
– Pelo aperfeiçoamento do PL 5279/2009 sobre o Parlasul	77
– No combate à corrupção	80
– Pela não intervenção nas investigações da CPMI do Cachoeira	80
– Contra o voto em lista fechada nas eleições proporcionais	82
– Repúdio à proposta de alteração do nome da Ponte Rio-Niterói	83
– Pela Defesa da Lei da Ficha Limpa	83
– Minuta sobre a regulamentação dos serviços de radiodifusão no país	84
– Homenagem aos 90 anos do Rádio no Brasil e os 50 anos da ABERT	84
– Crítica às propostas do anteprojeto de Reforma do Código Penal	87
– Maioridade do Partido Social Democrático	90
– Pela instituição do Dia Nacional de Valorização da Família	91

– Crítica à baixa qualidade dos serviços das operadoras de telefonia móvel	93
– Contra as aberrações do projeto da Reforma do Código Penal	94
– Relatório sobre a Missão Oficial em Israel	95
– Aumento da participação feminina nas eleições municipais de 2012	97
– Apoio ao pedido da OAB pela suspensão do Novo Código Penal	98
– Vender tecnologia 4G sem investir em infraestrutura é enganar a Nação	99
– Comissão da Verdade promove perseguição aos cristãos	100
– Felicitações aos americanos pela reeleição de Barack Obama	100
– Defesa dos Estados Produtores aos Royalties do Petróleo	101
– Homenagem ao compositor Ary Barroso	101
– Equívoco no artigo 70 que criminaliza as frequências radioelétricas	102
– Homenagem ao Dia Nacional de Valorização da Família	103
– Discussão do PL 4682/2012	105
– O julgamento do Mensalão e a derrocada dos guerrilheiros Gramscistas	106
– Contra as sessões extraordinárias que atravancam a Ordem do Dia	112
– Medidas Provisórias estão ignorando o processo legislativo	114
– Repúdio ao ato de desagravo de militantes petistas aos condenados do Mensalão	115
– Homenagem aos 80 anos do Sindilojas-Rio	117
– A Federação Moribunda	120
– O desrespeito do Congresso à Constituição sobre a questão dos vetos aos royalties	121
– Questão de Ordem adia votação dos royalties do petróleo	122
REQUERIMENTOS E OUTRAS ATIVIDADES	123
– Requerimentos	125
– Comissões	126
– Outras atividades	127
PERFIL	128

*“Que darei eu ao Senhor por todos
os benefícios que me tem feito?”
Salmos 116:12*

APRESENTAÇÃO

A distribuição deste impresso tem o objetivo de levar a você, leitor, um resumo das minhas atividades parlamentares realizadas durante os anos de 2011 e 2012 da 54ª Legislatura.

Finalmente desejo reafirmar a minha convicção de que a via política, norteada em princípios éticos e trilhada conforme os valores morais, constitui o caminho mais seguro para superarmos, com menores sacrifícios, a difícil quadra que atravessamos.

Embora a democracia tenha evoluído, vejo com tristeza e com forte dose de frustração que, em muitos casos, a via política não tem levado em conta os princípios éticos e morais que tornam o político um representante legítimo do cidadão. Entretanto, com esperança, vamos continuar lutando juntos para trazer sempre esses valores às classes políticas.

Estou convicto do meu compromisso de representar de forma digna e satisfatória os interesses do povo do Estado do Rio de Janeiro sendo um porta-voz, no Congresso Nacional, de cada cidadão que me conferiu um voto de confiança nas urnas durante as eleições de 2010. Uma vitória eleitoral que me conduziu ao oitavo mandato consecutivo como Deputado Federal.

Não medirei esforços para dar continuidade a todo trabalho e a toda luta visando à construção de um país mais justo, ético e, acima de tudo, com muita paz.

Arolde de Oliveira
Deputado Federal

PROJETOS DE LEI

*“E sabemos que o todas as coisas
concorrem para o bem daqueles que
amam a Deus, daqueles que são
chamados segundo o seu propósito.”*

Romanos 8:28

Apresentados

AUTOR DO PROJETO DE LEI 1268/1995 - Dispõe sobre a complementação de aposentadoria aos ex-servidores da extinta autarquia federal denominada Lloyd Brasileiro Patrimônio Nacional.

AUTOR DO PROJETO DE LEI 7033/2006 - Obriga os fabricantes de aparelhos receptores de rádio e de televisão a disponibilizar equipamentos que possuam saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste independente de volume.

AUTOR DO PROJETO DE LEI 7129/2010 - Desobriga as bicicletas e bicicletas movidas a motor elétrico, conhecidas como “e-bikes”, do registro e licenciamento no órgão executivo de trânsito.

AUTOR DO PROJETO DE LEI 1522/2011 - Obriga a inclusão de mensagem de utilidade pública veiculada aos anúncios publicitários de bebidas alcoólicas. Com o fim de evitar a banalização dos anúncios de cervejas e semelhantes que contribui para a glamurização do consumo do álcool junto à população infanto-juvenil, estimulando o vício precoce entre nossos jovens.

AUTOR DO PROJETO DE LEI 1760/2011 - Altera a Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer a obrigatoriedade de exibição de mensagens educativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na mídia eletrônica. A proposta visa que as emissoras de radiodifusão de sons e imagens e as emissoras autorizadas de TV por assinatura sejam obrigadas a transmitir, antes e após a exibição de programação com conteúdo sexual, mensagens de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, alinhando-se com o Estatuto da Criança e do Adolescente e também com as medidas contra a pornografia infantil na internet que vêm sendo tomadas.

AUTOR DE EMENDA 41 AO PROJETO DE LEI 2330/2011 - proíbe a liberação de vendas de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol durante a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo 2014 que serão realizadas no Brasil.

AUTOR DO PROJETO DE LEI 2035/2011 - Determina a publicação da prestação de contas de recursos recebidos da União por instituições privadas e dá outras providências. O PL torna obrigatória a publicação de prestação de contas dos recursos recebidos da União por instituições pri-

vadas devendo a divulgação dos recursos ser anual, em jornais de grande circulação, e bimestral, na internet. De acordo com a proposta, a prestação de contas deverá incluir demonstrativos das transferências realizadas pelo governo federal e relatório pormenorizado das aplicações dos recursos. As instituições que descumprirem o determinado não receberão novos recursos.

AUTOR DO PROJETO DE LEI 4497/2012 - Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), modificado pela Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, para estabelecer que, nas listas de candidatos de cada partido ou coligação, pelo menos metade do número máximo das vagas seja preenchido, obrigatoriamente, por integrantes do mesmo sexo, nas eleições proporcionais.

Relatados

PROJETO DE LEI 5.983, de 2009 - Altera o inciso “c” do art. 2º da Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913, visando a alterar o fuso horário do estado do Acre e parte do estado do Amazonas do fuso Greenwich “menos quatro” para o fuso “menos cinco”.

PROJETO DE LEI 4.595, DE 2009 (Apenso o PL nº 1.994, de 2011) - Altera o inciso XVII do art. 24 e o art. 129 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

TVR Nº 2.568, DE 2010 -MENSAGEM 363, DE 2010 - Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 931, de 18 de novembro de 2009, que outorga permissão à Radiodifusão Assisense Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.

PROJETO DE LEI 2.190, de 2011 - Dispõe sobre a padronização dos sítios oficiais da Administração Pública Direta e Indireta na rede mundial de computadores.

PROJETO DE LEI 49, DE 2011 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de coletes salva-vidas individuais, para os usuários dos veículos aquáticos tais como “Pedalinhos” e outros que transitam em lagos e lagoas de todo o Território Nacional.

PROJETO DE LEI 738, DE 2011 - Acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Comando do Exército Brasileiro.

PROJETO DE LEI 1.592, DE 2011 - Proíbe o uso de robôs, softwares e programas de lances nos pregões eletrônicos.

PROJETO DE LEI 2.190, DE 2011 - Dispõe sobre a padronização dos sítios oficiais da Administração Pública Direta e Indireta na rede mundial de computadores.

PROJETO DE LEI 3.297, DE 2012 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar a divulgação de número de telefone para denúncia de irregularidades, na parte traseira dos veículos de transporte coletivo de passageiros.

PROJETO DE LEI 3.522, de 2012 - (Apensados os PLs nºs 561, de 2007, 4.496, de 2008, 4.631, de 2009, 5.953, de 2009, 6.695, de 2009, e 7.268, de 2010, 1.192, de 2011, 1.234, de 2011, 1.945, de 2011, e 3.923, de 2012). Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para Dispor sobre a obrigatoriedade do uso de faróis durante o dia nas condições que especifica.

PROJETO DE LEI 3.647, DE 2012 - Acrescenta inciso ao § 4º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, para incluir entre os serviços de Tecnologia da Informação e de Tecnologia da Informação e Comunicação o treinamento em informática.

PROJETO DE LEI 5.651, DE 2009 (Apensos: PL nº 833/2011; PL nº 1.228/2011; PL nº 1.371/2011; PL nº 1.919/2011; PL nº 3.515/2012; PL nº 3.636, de 2012) - Modifica os arts. 54 e 55 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para criar a exigência de que os condutores e passageiros de motocicletas e assemelhados portem capacete contendo a numeração da placa do veículo em que circulam.

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS 2011

*“Mas em nada tenho a minha vida
por preciosa, contanto que cumpra com
alegria a minha carreira, e o ministério
que recebi do Senhor Jesus...”*
Atos 20:24

Importância da visita do presidente dos EUA ao Brasil

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, pedi a palavra para fazer dois registros. O primeiro é sobre a importância da visita do Presidente dos Estados Unidos ao Brasil. Foi uma oportunidade, já no começo do novo Governo, de aproximarmos as duas maiores potências das Américas, com as responsabilidades de cada uma, fortalecendo o eixo norte-sul, que, de certo modo, vinha sendo um pouco desprezado pelo Governo brasileiro.

As nossas condições geopolíticas nos aproximam, naturalmente, de todos os países da América do Sul, da América Central e da América do Norte. Essa é a nossa situação geopolítica básica. A vinda do Presidente Barack Obama trouxe a reabertura dessas relações. S.Exa. foi muito bem recebida pelo Governo brasileiro, em postura de estadista. Isso foi muito importante. E foi também importante para o meu Estado, Rio de Janeiro, em particular, porque a presença do Presidente americano reforçou os aspectos positivos da imagem da Cidade Maravilhosa e do Estado do Rio de Janeiro diante do mundo.

Por essas e outras razões, e por outras que numa oportunidade futura eu retornarei a esta tribuna para registrar, estou muito feliz.

Cumprimento, então, o Governo brasileiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro pela forma como receberam o Presidente americano. Estamos iniciando uma nova fase nas importantes relações entre os dois países. (22/03/2011)

As concessões de Rádio e TV devem ser do Poder Legislativo

Sr. Presidente, li um documento do representante da UNESCO no Brasil — a UNESCO é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura —, e encontrei uma pérola numa descrição. Esse documento trata basicamente das questões da mídia, abre o debate e vem com o intuito de enriquecê-lo, o que naturalmente o fará. Mas encontrei esta pérola que quero deixar registrada nos Anais da Casa: *“Deixar nas mãos do Legislativo o poder de outorgar concessões é anomalia que ameaça a democracia e põe em risco as garantias aos direitos humanos”*. Meu Deus, que afirmação feita por uma organização da importância da UNESCO! Ora, se o Legislativo é o poder que representa o povo e os Estados da Federação, isso

não é adequado, porque representa uma ameaça à democracia. O que estamos fazendo aqui, Sr. Presidente? O que estamos fazendo aqui? Essa afirmação desqualifica os assessores e o seu representante. Não vou dizer que desqualifica a própria organização, que é uma organização vinculada à ONU, mas é lamentável uma afirmação como essa. E mostra que se desconhece a história, porque, no passado, as concessões de rádio e televisão eram outorgadas pelo poder discricionário dos governantes — Ministros, Presidentes.

Por ocasião da Assembleia Constituinte de 1988, da qual participei, essa anomalia, aí sim, foi modificada pela Constituição. A Oposição, constituída pelos partidos que estão hoje no governo, exigiu — e foi muito bom — que as concessões fossem ratificadas pelas duas Casas do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. No entanto, a história foi esquecida. Quer agora a UNESCO devolver o poder de concessão das emissoras de rádio e televisão ao poder discricionário dos governantes. Então não dá para entender por que mudou nesse período.

Temos de permanecer com as liberdades que conquistamos: liberdade de expressão, de imprensa e de veiculação plena das informações em nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente. (22/03/2011)

Falecimento do ex-Vice-Presidente da República, José Alencar

Sr. Presidente, prezados colegas, hoje é um dia triste para todos nós, políticos, e para mim, particularmente. Após 28 anos consecutivos nesta Casa, tendo sempre o privilégio de apreciar o comportamento e o desempenho de políticos, tenho que dizer que um dos mais ilustres e mais vencedores foi o nosso ex-Vice-Presidente José Alencar. S.Exa. foi um empresário vencedor, um político que sempre soube interpretar os anseios do seu povo. E, nesses últimos anos, como Vice-Presidente da República, em nenhum momento, com todas as tribulações que a doença lhe causou, S.Exa. perdeu a serenidade e a dignidade. Soube exercitar o cargo de Vice-Presidente com honradez até o final.

S.Exa. deixou o cargo, e hoje, há 30min, 40min, seu coração parou. Parou o coração de um homem guerreiro, obstinado por realizar. Resta sua memória, que deve servir a nós todos como um exemplo de dignidade. Pedimos a Deus que conforte os seus familiares, os seus amigos. E, é claro, a todas as homenagens que vão ser prestadas nestes dias, nós estaremos

atentos, participativos e pedindo a Deus que sua família e seus amigos possam guardar e preservar a memória dele. Memória que encerra um período de participação profícuo na história do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente e companheiros. (29/03/2011)

Contra as propostas de financiamento público de campanha e do voto em lista

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, pedi a palavra para fazer um registro. Todo início de Legislatura – tenho experiência de muitos inícios, pois foram 8 –, discutimos a reforma política e não foi diferente nesta. Foram criadas duas Comissões, uma no Senado e outra na Câmara, para discutir essa matéria e apresentar propostas que possam ir a Plenário, a fim de que possamos apreciá-las, debatê-las e votá-las.

Recentemente foi aprovada na Comissão do Senado a proposta de lista fechada, de voto em lista, no partido. Quer dizer, o sistema proporcional deixa de ser proporcional com voto pessoal para se tornar voto no partido, voto em lista. Ontem, ou anteontem, foi votado e aprovado o financiamento público de campanha.

Eu quero deixar registrado que havendo dezenas de partidos, muitos sem nenhuma estrutura orgânica, com lideranças praticamente proprietárias desses partidos, o voto em lista vai perpetuar essas pessoas no comando desses partidos. Quanto ao financiamento público de campanha, se o País tem tantas necessidades e precisamos aplicar os recursos públicos, vamos aplicar em campanha política? A Nação não entende isso, Sr. Presidente. Nós não podemos fazê-lo.

A reforma política que precisamos não é aquela que os políticos propõem e que é do interesse deles. Precisamos de uma reforma política que interesse à Nação, que corrija realmente os desequilíbrios políticos do nosso País, mas essa questão eleitoral é muito pequena.

Quero deixar registrado – porque vamos ver amanhã, depois de amanhã, nas próximas eleições; primeiro terá de passar naturalmente pelo plenário do Senado, depois por esta Casa – que, se for aprovada, teremos uma fonte de corrupção que não vamos poder coibir.

Hoje o financiamento de campanha é feito à base de recursos privados, vamos dizer assim. Ah, é caro. Pode até ser caro, mas é o modelo que

está funcionando. Mas agora vamos abrir os cofres públicos, que, aliás, já estão abertos nos fundos partidários. Já há, então, um financiamento público de campanhas, uma vez que os partidos são os responsáveis por essas campanhas. Eu faço este registro porque é um alto risco que estamos correndo. A Nação não entende nada disso nem quer saber o que é ou não voto proporcional. Ela quer que os Parlamentares, seus representantes, e esta Casa, que representa o povo, posicionem-se de acordo com o interesse desta Nação, o interesse republicano, e não cuidem das coisas que só a nós interessam. Estamos nos desgastando ainda mais com essas propostas.

Outra questão, voltando ao voto em lista, é que esse sistema de votação também vai perpetuar quem usa a máquina do Governo. Por quê? Quem usa a máquina do Governo — os partidos que estão no poder, nas Prefeituras, nos Estados, na Presidência — vai levar uma vantagem enorme por ter a máquina.

Essa máquina naturalmente faz com que a indicação do número daquele partido seja preferencial para o voto proporcional do eleitor, e as bancadas vão se perpetuar aqui com as maiorias. Temos de ficar atentos para isso porque optamos por uma democracia representativa, por um Estado de direito no qual está implícita a alternância no poder. É o que temos de preservar. Sr. Presidente, são os meus registros sobre a reforma. Muito obrigado. (06/04/2011)

Falecimento do ex-Deputado Federal Fausto Rocha

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com pesar desejo registrar o falecimento de Fausto Rocha, ex-Deputado Federal Constituinte, empresário e comunicador bem-sucedido e com relevantes serviços prestados ao nosso país. A minha homenagem à memória do ilustre brasileiro nos dados curriculares de sua vida, conforme o portal vigiai.net, para registro nos Anais desta Casa:

“Faleceu nesta quinta-feira, 7, no centro médico da Universidade de Campinas, às 7h, de parada cardíaca, o ex-deputado Fausto Rocha. Fausto Auromir Lopes Rocha nasceu na cidade de São Paulo, em 4 de novembro de 1938, filho de Fausto Martins Rocha e de Odete Lopes dos Santos Rocha. Depois de cursar o ensino regulamentar, estudou Direito na Faculdade Vale Paraibano, em São José dos Campos, bacharelando-se na turma de 1966. Iniciou carreira profissional na televisão Tupi, canal 4, como apresentador do telejornal Imagens do Dia, ainda nos anos 60.

Durante a gestão do governador Paulo Egydio Martins, 1975-1979, foi nomeado locutor oficial do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. A popularização de sua imagem o levou a entrar em carreira política, quando concorreu em 15 de novembro de 1978 ao cargo de deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional – 'Arena, partido de apoio ao governo instalado no Brasil pelo movimento revolucionário de 1964, obtendo 61.691 votos, sendo o mais votado de seu partido. Assumiu seu mandato na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 15 de março de 1979, para a 9ª legislatura (1979-1983). Integrou como membro efetivo as comissões permanentes de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, e Esportes e Turismo, e como suplente a de Promoção Social.

Fez parte também da comissão especial que investigou a situação dos menores abandonados. Com o fim do bipartidarismo em 1978, se filiou ao Partido Democrático Social - PDS, sucessor da Arena, e também de apoio ao governo federal. Na administração de Paulo Maluf no governo paulista, 1979-1982, licenciou-se do mandato parlamentar para ocupar o cargo de secretário extraordinário da Desburocratização, entre 22 de junho de 1981 e 12 de maio de 1982.

Nas eleições de 15 de novembro de 1982, foi reeleito deputado estadual, para a 10ª Legislatura, com 71.721 votos, pelo PDS. Empossado em 15 de março de 1983, fez parte das comissões permanentes da Alesp, no período de 1983/1987: Relações do Trabalho; Cultura, Ciência e Tecnologia; e como suplente, das comissões de Assuntos Metropolitanos; Economia e Planejamento; e de Serviços e Obras Públicas.

Pelo PDS foi eleito em 15 de novembro de 1986 a uma cadeira na Câmara dos Deputados, com 90.850 votos. Tendo assumido sua cadeira em 1º fevereiro de 1987, para a Assembleia Nacional Constituinte, sendo integrante titular da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, e da Comissão de Família, de Educação, Cultura e Esportes.

Foi suplente da Subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público, da Comissão de Poderes e Sistema de Governo. Filiado ao Partido da Frente Liberal, PFL, fez parte do denominado Centrão e integrou o bloco parlamentar evangélico, que era constituído de 33 parlamentares. Nas principais votações pronunciou-se favoravelmente à concessão da licença paternidade e da licença gestante, à continuidade do presidencialismo, ao mandato de cinco anos ao presidente José Sarney e à anistia aos pequenos e médios empresários.

Na Constituinte defendeu a criação de um conselho de ética para fiscalizar a programação de rádio e TV. O então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, foi favorável a sua criação, entendendo ser útil, mas que esse conselho deveria funcionar junto ao Ministério da Justiça.

Após a promulgação da nova Carta Constitucional, em 5 de outubro de 1988, voltou a participar dos trabalhos legislativos ordinários na Câmara dos Deputados, como membro titular das Comissões de Finanças, Seguridade Social e Família.

Filiado ao Partido da Reconstrução Nacional – PRN, agremiação que elegeu em 1989 o presidente da República Fernando Collor de Mello, no pleito de 3 outubro de 1990 foi reeleito novamente deputado federal, obtendo 60.280 votos. Foi o candidato evangélico à Câmara dos Deputados mais votado no país.

Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em 1º de fevereiro de 1991, tornou-se presidente do grupo parlamentar cristão do Congresso Nacional e participou dos trabalhos legislativos integrando as comissões de Ciência e Tecnologia e de Comunicação e Informática. Na sessão de 29 de setembro de 1992, votou a favor do impeachment do presidente Collor, acusado de crime de responsabilidade por ligações com o esquema de corrupção liderado pelo ex-tesoureiro de sua campanha presidencial, Paulo César Farias.

No ano de 1993, transferiu-se para o Partido Social Democrático – PSD. Não se candidatou à reeleição no pleito de outubro de 1994 e ao término de seu mandato parlamentar, em janeiro de 1995, passou a dedicar-se à iniciativa privada, como empresário, na área jornalística, como proprietário de uma emissora de televisão no interior de São Paulo e no setor automobilístico, como dono de duas revendas em Campinas. Exerceu também as atividades de jornalista, radialista, apresentador de programas populares e noticiários no Sistema Brasileiro de Televisão – SBT. Foi ainda professor universitário.

Filho de evangélicos, foi líder da Igreja Batista, sendo diretor da Associação Evangélica Beneficente. Como pastor da Igreja do Nazareno Central, em Campinas, três vezes por semana ministrava os cultos. Era presidente emérito da Academia Paulista Evangélica de Letras. Foi casado com Juliana Teles Rocha, com quem teve três filhos". (13/04/2011)

Homenagem ao médico argentino Fortunato Benaim

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, ontem a Academia de Medicina do Estado do Rio de Janeiro – ACAMERJ prestou homenagem de grande significado ao médico argentino Fortunato Benaim, que em 1961 trouxe sua equipe especializada para atender às vítimas da tragédia que foi o incêndio do Gran Circus em Niterói – RJ. Passo a ler artigo publicado sobre o assunto na Revista da ACAMERJ:

“Uma homenagem justa, tardia e inadiável. No ano em que o famoso incêndio do Gran Circus Norte Americano em Niterói completa cinco décadas, a Academia de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (ACAMERJ - ex-Academia Fluminense de Medicina (AFM) - fará no dia 10 de maio às 19h30 uma justa e tardia homenagem ao médico argentino Fortunato Benaim, que na ocasião veio de Buenos Aires especialmente para atender as vítimas da tragédia, que matou quase 500 pessoas e machucou gravemente mais de mil. Setenta por cento da plateia e das vítimas fatais eram crianças.

Em dezembro de 1961, o Gran Circus foi palco da pior tragédia até então conhecida. Um incêndio provocou a morte de centenas de crianças e deixou outras centenas marcadas para o resto da vida. Na época, não tínhamos especialistas preparados para tratar de um número tão grande de pacientes. O mestre Ivo Pitanguy ainda estava terminando sua formação. Foi então que surgiu o nome de Fortunato Benaim.

Um dos pouquíssimos especialistas latinos em queimados na década de 1960, e trabalhando na única unidade hospitalar específica da América do Sul para esses casos naquela época, o Professor Fortunato Benaim trouxe sua equipe do Hospital de Niños Queimados, de Buenos Aires, e aqui contribuiu com seus conhecimentos e sua técnica especializada, tratando de centenas de vítimas do incêndio do Gran Circus. Apesar disso, o médico argentino jamais recebeu um agradecimento brasileiro oficial. Hoje, a Academia de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, ACAMERJ, corrigirá esse erro.

O Prof. Dr. Fortunato Benaim é presidente da Comissão de Relações Internacionais da Academia Nacional de Medicina da Argentina. A solenidade será realizada na sede da ACAMERJ (Av. Roberto Silveira 123) e deverá contar com a presença de personalidades médicas e chefes de governo, que já estão sendo convidados. Benaim, hoje com 92 anos, confirmou sua presença. ‘Tendo em vista o não reconhecimento oficial deste herói pelas autoridades brasileiras, vislumbramos a oportunidade de prestarmos a merecida e inadiável homenagem neste ano em que o incêndio completa cinco décadas’, justificou Alcir Chácar, presidente da ACAMERJ.” Muito obrigado. (11/05/2011)

Projeto de Lei 1522/2011 pela veiculação de mensagens nos anúncios de bebidas alcoólicas

Sr. Presidente, acabo de dar entrada a projeto de lei que propõe condicionante para a veiculação de anúncios publicitários de bebidas alcoólicas, ou seja, a difusão de mensagens de utilidade pública. Faço isso pensando exatamente em aproveitar a criatividade das agências publicitárias que as empresas que vendem bebida alcoólica contratam para a criação dessas mensagens.

A aprovação do projeto será uma oportunidade para que a virtuosidade *das agências publicitárias seja canalizada também para o cumprimento de finalidades de interesse público mais elevado e não somente para o fomento do consumo.* (07/06/2011)

Apelo para votação à PEC 300/2008

Finalmente, quero citar um fato que está nos constringendo bastante no Rio de Janeiro, que é o embate entre a força militar do Corpo de Bombeiros, a tropa mais querida da população, segundo as pesquisas e estatísticas, com o Governo do Estado. Estão buscando encontrar um caminho, mas ficamos muito tristes porque, de um lado, o Governador, evidentemente, é o Governador de todos, tem suas razões para agir como está agindo e não pode permitir que esse movimento se transforme em anarquia. Mas, por outro lado, o Corpo de Bombeiros realmente está sofrendo com um salário que é uma insignificância.

Diante disso, solicito que seja dado curso à Proposta de Emenda à Constituição nº 300, já votada em primeiro turno na Câmara. Poderíamos, então, renegociar e melhorar as condições de salário dos militares e dos bombeiros militares em todo o Brasil. Portanto, o apelo que faço à Presidência é no sentido de que seja colocada em votação a PEC 300, que é muito importante para os militares conseguirem salários justos e que realmente remunerem todos os riscos e o trabalho dessas forças que prestam inestimáveis serviços à Nação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Deputado Arolde de Oliveira, levarei ao Presidente da Casa, nobre Deputado Marco Maia, o apelo que V.Exa. neste momento transmite da tribuna da Casa no sentido de que se faça a inserção na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 300. Já

apreciada em primeiro turno, ela deverá obter a manifestação, em segundo turno, deste Plenário a fim de que possa ter seguimento na outra Casa do Congresso Nacional, em virtude do bicameralismo imperante na estrutura parlamentar brasileira.

Portanto, V.Exa. pode ficar certo de que esta Presidência levará ao Presidente Marco Maia o apelo que acaba de transmitir da tribuna da Casa. Cumprimento V.Exa. pela iniciativa. (08/06/2011)

Contra o PL 122/2006 sobre o crime de homofobia

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a gentileza de suas palavras. Nós, que estamos há tantos anos nesta Casa, tivemos o privilégio de tê-lo como Presidente do Congresso Nacional, do Senado Federal, e trabalharmos juntos na profícua Presidência de V.Exa. Vim aqui hoje para registrar que na quarta-feira da semana passada foi feita uma manifestação pacífica de cristãos em frente ao Congresso Nacional com o objetivo de se posicionar contrariamente ao Projeto de Lei nº 122, de 2006, que tramita no Senado Federal.

Em primeiro lugar, o importante que eu extraio desse evento, além do fato de ter sido pacífico e de termos tido a oportunidade de presenciar uma grande mobilização em Brasília, cujo povo é sempre discreto, moderado e normalmente não se pronuncia dessa forma, é que a causa do movimento ficou muito maior do que as lideranças envolvidas. Por isso, foi um sucesso.

Em segundo lugar, o evento significou uma tomada de consciência coletiva do povo cristão, com a adesão, principalmente, de evangélicos e católicos. Isso tem um grande significado, pois somos a maior nação cristã do Ocidente. A Convenção Batista Brasileira, que reúne 7.600 igrejas, 9.500 pastores e quase 2 milhões de membros, está presente em todos os Municípios do Brasil. Ela elaborou um manifesto que incluo em meu pronunciamento e solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que faça constar dos Anais da Casa.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a manifestação pacífica pela vida e pela família realizada pelo povo evangélico em frente ao Congresso Nacional no dia primeiro de junho contra o Projeto de Lei nº 122, de 2006, superou todas as expectativas.

Em primeiro lugar, a causa do movimento ficou maior que as lideranças envolvidas. Esse fato mostra que é possível haver desprendimento e superação de diferenças e vaidades quando o objeto da motivação é justo. Em segundo lugar, o evento significou uma tomada de consciência coletiva de cidadania pelo povo evangélico, que sempre se mantém com muita reserva e cautela nesses casos. Fato que sinaliza para uma união em defesa da Constituição Federal, elaborada em consonância com os valores éticos, morais e histórico-culturais da sociedade brasileira.

Em terceiro lugar, a causa promoveu a união de evangélicos e católicos no mesmo palanque em defesa da família, sinalizando para a constituição de uma maioria absoluta de cristãos em matérias de interesse nacional.

Em quarto lugar, o movimento demonstrou a grande capacidade de mobilização das lideranças envolvidas, privilegiadas pela liberdade religiosa, liberdade de expressão e liberdade de comunicação.

No mesmo sentido e relacionado com o mesmo movimento, quero registrar o manifesto da Convenção Batista Brasileira — CBB, que reúne 7.600 igrejas, 9.500 pastores e mais de um milhão e meio de membros, presentes na maioria dos municípios brasileiros.

A CBB, por suas igrejas, há mais de um século presta inestimáveis serviços ao Brasil, tanto na dimensão espiritual do ser humano quanto no compromisso social com a assistência direta aos carentes, como nas áreas educacionais e de saúde.

Discurso

Um dos papéis da igreja na sociedade é ser uma consciência profética capaz de ajudar cada ser humano (entendido como um indivíduo livre e competente diante de Deus e dos homens, vivendo em uma sociedade pluralista) a discernir valores essenciais que norteiam os relacionamentos em todas as suas dimensões.

É nesse contexto que os batistas — integrantes de uma denominação cristã que, ao longo de toda a sua história, defende a liberdade religiosa, de consciência e de expressão - se manifestam para alertar sobre os perigos que a sociedade brasileira corre diante das novas conjunturas sociais aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal — STF e que estão sendo propaladas por leis que tramitam no Congresso Nacional e por ações promovidas pelo Executivo.

Assim, alertamos para o perigo: de se construir uma sociedade em que a legalidade pode ser estabelecida pelos interesses políticos e inclinações pessoais, como ocorreu no caso da reeleitura contraditória feita pelo STF do artigo 226 da Constituição Federal. O artigo diz:

“Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. (...) §3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.”

Quando uma casa que tem como principal missão defender a Constituição a rasga, corremos o perigo de viver um Estado jurídico de exceção, ao qual a Nação brasileira não deseja retroceder; de se destruir o conceito de família (que não é só cristão, mas universal e multicultural) para reconstruí-lo sob a égide somente da afetividade e não em toda a dimensão de suas funcionalidades como base da sociedade; de se criar uma sociedade em que os valores essenciais são relativizados, pois onde tudo é relativo nada sobra para apoiar os alicerces do nosso futuro; de se viver em uma sociedade que abandona os valores divinos revelados nas Escrituras Sagradas, pois a História, desde os tempos bíblicos, tem demonstrado que sociedades que abandonaram os valores mais elementares implodiram por perderem os seus pilares sustentadores — ainda que tenham sido, em algum momento, grandes potências no contexto universal.

Tais atitudes nada mais são do que a iniquidade institucionalizada. Assim, conclamamos a sociedade brasileira a continuar mostrando que existem opiniões divergentes. Sem discriminação e com respeito a cada indivíduo, tais manifestações visam à defesa de valores pessoais e sociais, com integridade.

Somente quando todos os segmentos da sociedade se expressam é que as forças políticas de nossa nação se sensibilizam para a obviedade dos valores essenciais, como no caso recente da decisão de nossa Presidente, Dilma Rousseff, ao impedir a distribuição do chamado “kit contra a homofobia” nas escolas públicas. **(08/06/2011)**

Em defesa da língua portuguesa instrumental

Sr. Presidente. Caros colegas, o Governo, por intermédio do Ministério da Educação, escorregou ao distribuir a mais de 4 mil escolas o livro didático *Por uma Vida Melhor*, da Série Viver e Aprender, produzido pela ONG Ação Educativa. O livro defende que formas incorretas de expressão podem ser aceitas como certas. Esse assunto veio para a mídia depois da crise do Governo, com denúncias. Depois, afastou-se da mídia e ficou perdido. Então, estou procurando retomar esse tema porque o considero muito importante. Lemos no livro o seguinte: “Posso falar ‘os livro’?” É um exemplo citado. Como bem disse o Senador Cristovam Buarque, ex-Reitor da Universidade de Brasília, existe o risco de se criar duas formas de falar o português. No seu entender, os estudantes da rede pública, ao adotarem erros de concordância verbal como regra, não terão a menor chance de passar em um concurso, por exemplo. “*Tem que se ter em mente uma questão fundamental:*” - destaca o Senador - “*sotaque e regionalismos são uma coisa; a língua portuguesa é outra*”.

A educadora Regina Aparecida Marques de Souza, da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar — OMEP, também opinou sobre a polêmica de o Ministério da Educação adotar livro com erros de concordância verbal. Para a professora, a questão não se resume na classificação falar certo *versus* falar errado. “*Nas provas escritas, continuará sendo cobrado o português correto*”, destacou. Ela esclareceu que, no cotidiano, é fato que algumas pessoas enfrentam discriminação por falar de maneira incorreta. Segundo Regina, o ideal não é falar para as crianças que elas estão erradas e, sim, repetir a palavra ou a pronúncia de forma correta.

Abandonar a forma culta de ensinar o idioma como única alternativa correta e admitir formas erradas como “*nós pega o peixe*”, entre tantas faladas no cotidiano, por exemplo, pode representar um erro pedagógico, que nada tem de científico, e uma estratégia psicopedagógica capaz de dividir em vez de reunir a saudável diversidade regional do nosso País.

Lembremos ainda que a língua portuguesa é um importante, se não for o mais importante fator de integração e de unidade nacional. Desde o descobrimento foi preocupação permanente mantê-la íntegra e único idioma falado no País, mérito de nossos antepassados que, mesmo levando nossas fronteiras muito além do que estabelecia o Tratado de Tordesilhas, não deixaram de levar também sua forma de falar.

Devemos nos posicionar firmemente contra esses programas e políticas, Sr. Presidente. No fundo, estão impregnados de conteúdos ideológicos estranhos às nossas tradições histórico-culturais, como se observa no seguinte texto contido no livro: *“Posso falar ‘os livros’?”* Claro que pode. Mas, dependendo da situação, a pessoa pode ser vítima de preconceito linguístico.

Esse conteúdo procura descaracterizar o idioma português como fator de integração social, vertical, e reforça a divisão entre os estratos sociais do nosso país. Por essas e outras razões, é recomendável o recolhimento desse livro. Muito obrigado. (15/06/2011)

Em defesa do Orçamento Impositivo

Sr. Presidente e meus caros colegas, ontem, o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas, liberou um estudo sobre a dimensão da economia informal no Brasil, o que eles chamam de economia subterrânea.

Os números, da forma como são calculados — evidentemente, deve haver falhas na metodologia, mas são bem aproximados —, revelam que 660 bilhões de reais operam fora das contas públicas em nosso País, não são contabilizados. Isso significa um pouco mais de 18% do Produto Interno Bruto, Sr. Presidente e caros colegas.

Essa massa de dinheiro não contabilizado tem, naturalmente, como principais causas a elevada carga tributária, que agride o setor produtivo da economia, e os encargos sociais, que são muito elevados.

Eu diria que também não podemos desprezar da composição dessa massa de dinheiro o crime organizado, principalmente o tráfico de drogas e o contrabando transfronteiriço. Essas são as questões.

Por fim, talvez o maior contribuinte para essa massa de recursos não contabilizados, de caixa dois, sejam os elevados índices de corrupção, que campeiam em todos os níveis da administração pública do nosso país.

A principal causa para a corrupção no Brasil é a falta de controle, a fiscalização que esta Casa deixa de fazer. O Parlamentar só tem um instrumento de fiscalização, que é a CPI. A CPI é um instrumento político, e a

base do Governo, como majoritária, não permite que ele seja utilizado quando o assunto é contrário aos interesses, naturalmente, dessa mesma base. Então, nós não temos instrumentos para fiscalizar. Esses índices de corrupção alimentam a própria máquina corruptiva. Eles se alimentam dessa máquina e também alimentam, por outro lado, essa máquina.

Então, no meu entendimento, a forma para nós reduzirmos a economia informal, estes 20%, um quinto da economia, do Produto Interno Bruto brasileiro, seria a adoção de um sistema orçamentário, de uma metodologia orçamentária de execução obrigatória, com crime de responsabilidade à autoridade que não cumprir o orçamento segundo o que for estipulado na legislação.

Esse orçamento é frouxo, e a cada dia se torna mais frouxo! Ontem mesmo votamos aqui uma medida provisória que libera as autoridades da licitação, Sr. Presidente e caros colegas! Então, nós temos à vista um aumento dos índices de corrupção, com toda a certeza, de desvios de conduta dos gestores do nosso País e um aumento dessa economia informal.

Então, Sr. Presidente, eu quero fazer este alerta e dizer que o caminho seria realmente um orçamento impositivo. Aí, nós vamos ter funções para os Parlamentares, para nós fazermos um orçamento decente, desde a base dos projetos, fiscalizarmos a execução orçamentária e participarmos das atividades. Não haveria tanta necessidade de medidas provisórias. Estaria garantida a governabilidade com um orçamento de execução obrigatória.

Essas são as minhas observações. Deixo, então, este registro: se nós não tomarmos cuidado, se não adotarmos medidas sérias, nós vamos, em vez de reduzir essa economia informal, chamada pela Fundação Getúlio Vargas e pelo instituto que fez esses estudos de economia subterrânea, não conseguiremos reduzir esses números; vamos, pelo contrário, aumentá-los. Muito obrigado, Presidente. (29/06/2011)

Pela criação de uma agência reguladora do sistema de radiodifusão

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como é importante termos conquistado, garantida pela Constituição brasileira, a liberdade de expressão, que nos garante uma imprensa livre, capaz de prestar plenamente

seus serviços à Nação. É o caso que vemos agora, quando a imprensa contribui para que sejam esclarecidos fatos desabonadores que ocorrem num Ministério do atual Governo. Eu fico muito feliz porque nós batalhamos para introduzir na Constituição brasileira, de forma autoaplicável, a liberdade de imprensa. Peço a V.Exa. que registre o pronunciamento que faço a respeito. Muito obrigado.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, até a promulgação da Constituição de 1988, as concessões de rádio e TV eram outorgadas de acordo com a vontade discricionária dos governantes, significando que prevalecia a vontade do governante. A partir de 1988, com a nova Constituição, nos arts. 220 a 224 foram estabelecidos os princípios que regem a liberdade de expressão, o conteúdo da mensagem, as programações de rádio e TV (isto é, o compromisso político-sociocultural), a propriedade dos veículos e a atribuição do Congresso Nacional de apreciar as outorgas e a renovação das concessões. Com a Lei Geral de Radiodifusão foi estabelecido o sistema de licitação para outorga e concessão.

A posição da UNESCO em julgar como uma anomalia ou uma agressão à democracia o fato de o Congresso Nacional apreciar essas concessões parece completamente desfocada dentro de um sistema democrático e de um Estado de Direito. O Congresso tem representação política e social para fazê-lo. Essa é a verdadeira democracia, a representação de uma nação e dos entes federados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Penso que o sistema brasileiro de radiodifusão pode ser reavaliado ou mesmo revisto, considerando-se a evolução da tecnologia. A criação de uma agência reguladora específica de radiodifusão pode ser uma boa ideia, desde que a agência seja independente dos governos e autônoma, o que a própria ANATEL não é hoje.

Entendo, portanto, que a regulação da radiodifusão já está feita e considero que o constante do art. 220 da Constituição sobre a liberdade de expressão está garantido. Portanto, já é um modelo muito adequado às nossas tradições, cultura e instituições democráticas. Parece-me que há muito pouco a ser modificado, a não ser a criação de uma agência exclusiva para o setor. Havendo garantias para a independência e autonomia da agência, o Congresso poderia se retirar do processo de outorga. Mas, a situação permanecendo como está, é recomendável que o processo de outorga permaneça no Congresso.

Na verdade, o que está por trás dessas tentativas de modificação do sistema de outorga, da regulação dos veículos e do conteúdo das mensagens é uma tentativa do Governo de centralizar o controle midiático. A causa principal é o novo *status* tecnológico da comunicação e da informação que a Internet passa a possibilitar a cada cidadão com a interatividade e a pluralidade. Cada internauta passa a ser um comunicador. Ele deixa de ser apenas um número na audiência do rádio e da TV. Até então, o processo era gerado a partir de um comunicador para uma multidão. Agora a multidão produz conteúdo de comunicação para outra multidão.

É claro que essas características, no Brasil muito acentuadas, com a internet muito livre, acarretam a geração de inúmeras alternativas de mídia e formação de *clusters*, grupos de interesse que se comunicam especificamente nos sistemas de redes particulares. Acabamos de ver o efeito da internet divulgando e formando opinião nas revoltas populares ocorridas no Oriente Médio e a perda de controle por parte dos governos.

É claro que a radiodifusão permanece importante. Como se comprova historicamente, os meios de comunicações social não são excludentes, mas são cumulativos e complementares. Os meios de comunicação começaram muito tempo atrás com o comício, a imprensa de Gutenberg, o teatro, o livro, o cinema, o rádio e a TV, até chegar aos nossos dias. Com a chegada dos novos meios, os antigos permaneceram, foram se aperfeiçoando e passaram a ser complementares aos sucessores.

Aos governos, politicamente, interessam os meios; e ao governo o papel de centralizador das mensagens a serem difundidas à sociedade. Assim se controla o conteúdo das mensagens. Resumindo: o sistema brasileiro está plenamente sintonizado com as exigências da democracia e do Estado de Direito previstas na Constituição Federal. O que não quer dizer que não caibam aperfeiçoamentos pontuais após exaustivos debates.

A avaliação da UNESCO em relação ao Brasil não procede. Mas as sugestões, principalmente as boas, que possa fazer nessa área servirão para aquecer o debate e estimular aperfeiçoamentos legais. Obrigado.
(06/07/2011)

Estratégias políticas do ex-presidente Lula para retomar o poder

Presidente, colegas, quero deixar registrado nos Anais da Casa artigo do Prof. Célio Lupporelli, do Rio de Janeiro, sobre o Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, realizado 3 ou 4 semanas atrás, ainda muito oportuno e muito atual. Peço que seja registrado porque também trata dos movimentos eleitorais do ex-Presidente Lula. É interessante que seja registrado. Muito obrigado.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Srs. Deputados, começamos a perceber uma estratégia previamente estabelecida para nortear os movimentos de Lula como ex-Presidente. Começa a ficar clara sua intenção de retornar à Presidência já em 2014, mesmo que isso signifique o esvaziamento lento e controlado do atual Governo. Tem de tomar cuidado na dose para não levar junto seu partido e para manter seus índices de popularidade pessoal.

Participações frequentes em reuniões com lideranças da sociedade civil organizada, em festas e eventos comemorativos, financiados na maioria das vezes pelo dinheiro do contribuinte, sinalizam nesse sentido. Foi o que ocorreu na pajelança em Goiânia, no Congresso da UNE, inclusive com a participação de Ministros do atual Governo.

Por isso, quero deixar registrada nos Anais desta Casa uma apreciação mais profunda dos fatos, feita pelo Prof. Célio Lupporelli, que reproduzo a seguir:

“UNE: quem te viu, quem te vê! Gargalos na educação devem reduzir o potencial brasileiro de produzir ou atrair profissionais talentosos nos próximos 5 anos. Essa foi a conclusão de um indicador elaborado pelas consultorias Economist Intelligence Unit (EIU), de Londres, e Heidrick&Struggles, de Chicago, nos Estados Unidos. Da vigésima terceira posição, em 2007, o País deve cair para a vigésima quinta, em 2012, em um ranking de 30 países escolhidos a dedo pelas duas firmas com base em sua representatividade regional e disponibilidade de indicadores. O chamado IGT (Índice Global de Talentos) mede a capacidade de um país de formar ou atrair jovens talentosos e criativos em relação a outros países, em um mundo onde a globalização tornou mais fácil a mobilidade dos profissionais qualificados. E isso não se consegue sem investimento sério na educação.

Dados da UNESCO manuseados pelas consultorias apontam que o Brasil tem uma relação ainda baixa de professores para alunos de ensino secundário: 22, contra, por exemplo, 10 da Itália e 14 dos Estados Unidos e do Canadá. Na Amé-

rica Latina, a Argentina e o México também foram escolhidos, e ambos tiveram desempenho melhor que o brasileiro. Essa é uma das formas de se constatar que o ensino no Brasil vai muito mal. Existem outros mecanismos para se verificar a desastrosa situação do País em termos de educação. E as vozes que se levantam contra o descaso das autoridades governamentais são muito tímidas, não provocando ecos nem consequências positivas. E a UNE, onde está? Está fazendo troca com autoridades culpadas pelo caos no ensino público brasileiro. E à custa do nosso dinheiro.

Enquanto os estudantes no Chile lutam contra o Governo por reformas na educação, no Brasil a UNE, na sua versão atual, muito light, cooptada e fisiológica, promove um congresso em Goiânia à custa do dinheiro público, ou seja, dinheiro que deveria ser aplicado na educação, na saúde e em outras ações sociais, e com a presença festiva de membros do atual Governo e do anterior, numa demonstração do enlace político que compromete em muito a representatividade da entidade estudantil de história de lutas.

Entre os 11 patrocinadores do evento da UNE, oito deles são do Governo Federal: Petrobras, Eletrobras-Eletrosul, Caixa Econômica Federal e cinco ministérios (Transportes, Turismo, Esporte, Saúde e Educação). O Governo do Estado de Goiás também entrou na farra. A festança teve muito mais caráter político-partidário de apoio ao ex-Presidente do País que debates e decisões que a entidade deveria tomar em defesa da educação e dos movimentos sociais.

Os que acompanham a trajetória da UNE desde os anos 60 e 70 se chocam com a situação deplorável em que ela se encontra. Naqueles anos, a UNE foi celeiro de lideranças nacionais importantes, algumas delas até hoje militando na vida pública. Notáveis foram as participações da UNE na história do Brasil naquele período.

A UNE era motivo de orgulho nacional. Não se deixava cooptar e estava sempre ao lado do povo e contra as ações lesivas dos governos. Os corruptos de hoje não teriam o beneplácito daquela UNE. Os mensalões, os desvios de verbas públicas, os superfaturamentos e as fraudes constantes nos dias de hoje não passariam em branco com aquela UNE.

Hoje, a UNE fisiológica e cooptada e partícipe do Governo aceita patrocínio de um Ministério envolvido em escândalos de fraudes e de corrupção como o do Transportes. E faz festa... E faz farra... E se regozija... Que saudade da UNE dos anos 60 e 70! Ficamos envergonhados ao ver os estudantes chilenos lutando por uma educação melhor em seu país e os nossos em banquetes e conluios com autoridades envolvidas em fraudes e corrupção.

Essa é mais uma herança da aliança PT/PMDB festejada com bolo nesta semana, e que tantos males e tantas decepções causou, ao ser conivente ou partícipe ou até autora de crimes já desvendados e outros que ainda estão ocultos." Muito obrigado. (03/08/2011)

Pelo combate à corrupção

Sr. Presidente, prezados colegas, quero fazer dois registros. O primeiro é de solidariedade a um movimento feito no Senado Federal, sob a coordenação do Senador Pedro Simon, de apoio a todos os movimentos do Governo ou fora dele que visem a combater esse estado de corrupção em que vive a administração pública brasileira, excedendo, diga-se, a todos os limites da decência na gestão da coisa pública. Então, fica aqui registrada minha solidariedade a todos esses movimentos.

Ouvimos aqui, hoje, outros pronunciamentos nesse sentido. Esperamos que dentro desta Casa, a Câmara dos Deputados, um movimento similar também se origine nesse sentido. E nós vamos levá-lo à Nação, pois ela está revoltada.

Nós, que não estamos participando dessas falcatuas, que não participamos desse estado de corrupção, sofremos as consequências daqueles que participam, daqueles que eventualmente estão envolvidos.

Esta Casa recebe, todos os dias, Ministros de Estado, dando explicações sobre corrupção em seus Ministérios. Lembro um dito popular: *"Melhor é não fazer. Se fizer, faça bem feito. Sempre será melhor do que bem explicado"*. (17/08/2011)

Projeto de Lei 2035/2011 para que ONGs prestem contas ao governo

Estou dando entrada a um projeto de lei que já tomou o número 2.035, de 2011, que visa criar mecanismos para um melhor controle dessas centenas se não milhares de organizações não governamentais – ONGs, que não têm nenhum controle e que recebem recursos voluntários do Governo. E esses recursos são levados, na maioria dos casos – existem exceções, é claro, mas são exceções, infelizmente –, para os bolsos das pessoas que conseguem, por vias avessas, liberação desses recursos.

Então, esse projeto de lei visa criar alguns mecanismos, reinicia a tramitação. Naturalmente vai ser aperfeiçoado enquanto tramita e é mais um instrumento para nós colocarmos um ponto final nessas centenas, milhares de ONGs e OSCIPs que mamam, mamam desesperadamente nas tetas da República, que já estão em carne viva, não têm mais de onde tirar sustento para esse estado de coisas.

Sr. Presidente, posiciono-me desta forma com todos os movimentos que buscarem de alguma forma o combate à corrupção. Precisamos optar pela decência na administração pública. Não se trata de santidade, é decência. Esses limites foram todos ultrapassados.

Finalmente, quero dizer que agora existem, dentro da Câmara e do Senado, pedidos de assinaturas para implantarmos uma CPI Mista, a fim de tentarmos apurar esses fatos.

Lembro que a CPI, infelizmente, é o único instrumento de que o Parlamento dispõe para fazer uma fiscalização. O nosso Orçamento é autorizativo, não está amarrado a projetos do Governo, é frouxo e leva a esse estado de coisas.

Então precisamos apoiar essa CPI para darmos aos Parlamentares instrumentos para fiscalizar e apurar o que realmente está acontecendo. Mas a grande solução ainda está por vir — vamos ver se conseguiremos no futuro —, que é a implantação de um sistema orçamentário de execução obrigatória, em que a autoridade constituída seja responsabilizada, criminalmente, pela execução do Orçamento. Muito obrigado, Sr. Presidente. (17/08/2011)

Natureza tendenciosa da proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade

Sra. Presidente, Deputada Rose de Freitas, prezados colegas, a Comissão da Verdade proposta pelo Governo tem um foco preferencial nos Governos militares de 1964 a 1985 e nos supostos atos contra direitos humanos por eles praticados. Trata-se, portanto, de um projeto unilateral que não considera as condições de confronto e que ignora que, supostamente, ambos os lados podem ter violado direitos humanos e não apenas as autoridades militares.

A Comissão será constituída pela Presidência da República, que nomeará todos os sete membros para integrá-la. Como a própria Presidente participou da luta armada para implantar um sistema comunista no Brasil, juntamente com outros que foram anistiados e participam do Governo, fica sob suspeita a isenção por parte dos membros da Comissão.

O próprio projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados poderá ter como Relator um Parlamentar que tenha pertencido a grupos que lutaram contra o Brasil naquele período para implantar um sistema comunista em nosso país.

Temo que essa Comissão, com todos os ingredientes para ser tendenciosa, acabe se transformando em um verdadeiro tribunal de inquisição, onde o partido do Governo desempenhará o papel da Igreja Católica Medieval.

É inacreditável que, em pleno século XXI, tenhamos a perspectiva de vivenciar algo dessa natureza, motivado por fatos ocorridos há mais de 40 anos, já conhecidos e com registro histórico. E mais: redimidos pela Lei de Anistia e pela Constituição Federal.

Espero que as consequências das ações e das conclusões dessa Comissão não venham a acrescentar mais uma crise às tantas crises que o País já tem que enfrentar, internas e externas, ao reabrir feridas que já estão cicatrizadas, provocando novas lágrimas de dor em pessoas que não aceitem eventuais calúnias, perseguições e injustiças. Tudo indica que o espírito de revanchismo dos derrotados de 1935, 1964 e 1967 rondará os trabalhos da Comissão da Verdade.

Apelo à Presidente Dilma Rousseff para que reconsidere a oportunidade e a necessidade da instalação dessa Comissão, que nada mais tem a acrescentar a não ser insegurança, angústia e incerteza à história que já está escrita.

O Brasil precisa de todos os brasileiros em harmonia para se superar no presente e melhorar no futuro. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão da Verdade proposta pelo Governo do PT pretende esclarecer fatos ocorridos há mais de quarenta anos, durante o período de 1946 até 1988, como está no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ao estabelecer as con-

dições de direito à anistia. Sabe-se, contudo, que o foco pretendido, objetivo irrefutável da Comissão, é o período dos governos militares, 1964 a 1985, e os supostos atos contra direitos humanos por eles praticados.

Trata-se, portanto, de um projeto unilateral, que não considera as condições de confronto e ignora que, supostamente, ambos os lados podem ter violado direitos humanos e não apenas as autoridades militares.

A Comissão será constituída pela Presidência da República, que nomeará todos os sete membros para integrá-la. Como a própria Presidente participou da luta armada para implantar o comunismo no Brasil, juntamente com outros que foram anistiados, fica sob suspeita a isenção por parte dos membros da Comissão.

O próprio Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados poderá ter como Relator um Parlamentar comprometido também com aquele período, por ter pertencido ao grupo que lutou contra o Brasil pelos ideais comunistas. Temo que essa Comissão, com todos os ingredientes para ser tendenciosa, acabe se transformando em um verdadeiro Tribunal de Inquisição, onde o PT desempenhará o papel que desempenhou a Igreja Católica Medieval.

A inquisição, nos seus últimos séculos, perseguiu e matou milhares de judeus, protestantes, heréticos e homens das artes e das ciências que ousaram contrariar os ditames da Igreja e das autoridades eclesiásticas. É inacreditável que, em pleno século XXI, tenhamos a perspectiva de vivenciar algo dessa natureza, motivado por fatos ocorridos há cerca de 40 anos, já conhecidos e com registro histórico.

E mais: redimidos pela Lei de Anistia e pela Constituição Federal no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Espero que as consequências das ações e das conclusões dessa Comissão não venham a acrescentar mais uma crise às tantas crises que o País já tem que enfrentar, internas e externas, ao reabrir feridas que já estão cicatrizadas, provocando novas lágrimas de dor em pessoas que não aceitem eventuais calúnias, perseguições e injustiças.

Tudo indica que o espírito de revanchismo dos derrotados em 1935, 1964 e 1967-1974 rondará os trabalhos da Comissão da Verdade. Que ela não se renda a essa tentativa porque as consequências poderão ser imprevisíveis.

Apelo à Presidente Dilma Rousseff para que reconsidere a oportunidade e a necessidade da instalação dessa Comissão, que nada mais tem a

acrescentar, a não ser insegurança, angústia e incerteza, a história que já está escrita. O Brasil precisa de todos os brasileiros em harmonia para se superar no presente e melhorar no futuro. (21/09/2011)

Apreensão com a atuação da Comissão da Verdade

Sr. Presidente, meus caros colegas Deputados, nós estamos vivendo hoje uma noite, no meu entendimento, histórica para o bem ou para o mal. Nós estamos buscando estabelecer uma instituição que vai levantar fatos históricos, fatos de um período, que se chama Comissão da Verdade. Ora, uma comissão da verdade não pode se fundamentar a não ser na verdade. E a verdade que está para ser levantada é a verdade que ocorreu no período de 1964 a 1975, quando, por duas vezes, houve a intenção, pelas armas, de idealistas do sistema comunista de implantar um regime comunista no Brasil. Pegaram em armas, houve uma reação, e a Nação brasileira delegou às Forças Armadas, é claro, a missão de repelir essa intenção. Já houvera uma em 1935. De 1967 até 1975, houve o período da segunda intenção, com financiamento externo da China e de Cuba e com história naqueles países comandados por Fidel Castro e Che Guevara.

Eles chegaram a implantar um centro de treinamento para o Che Guevara na Bolívia. Ele não conseguiu ativar esse centro para tirar o comunismo da Ilha de Cuba e trazer para o continente através do país de maiores condições, maiores fatores geopolíticos, que era o Brasil. Como aqui havia um regime militar, as forças que lutavam pela democracia — que existiam, naturalmente — se misturaram às forças que lutavam contra o Brasil.

Esta Comissão da Verdade terá que levantar os dois lados; não pode ser uma balança de um prato só, que só vai avaliar um lado da questão. Houve baixas em ambos os lados, e esta Comissão... Ninguém é contra a verdade. A verdade, no dito popular, é a única virtude perene. Vamos levantar a verdade, mas não fundamentados na mentira, porque a mentira não vai permitir que a verdade seja levantada.

Vamos estudar um pouco mais a história, não vamos deixar que os ódios que permaneceram sejam agora trazidos, inclusive para ameaçar a estabilidade de convivência, agora, sim, democrática em que nós vivemos.

Temo, Sr. Presidente, que nós estejamos mexendo numa ferida que já está cicatrizada e que poderá voltar a criar problemas sérios e — quem sabe? — causar uma nova metástase de desentendimento em nosso País.

Eu apelo para que esse aperfeiçoamento desta Comissão tire tudo aquilo que possa implicar em injustiça, que possa implicar em perseguição a pessoas que já viraram essa página da história. Muito obrigado, Presidente. (21/09/2011)

Criação do Partido Social Democrático — PSD

Sr. Presidente, colegas, quero fazer este pronunciamento hoje, um dia após o registro definitivo do PSD. O Partido Social Democrático — PSD, ao obter seu registro nacional definitivo, surge no cenário político brasileiro em um momento de circunstâncias singulares, justamente na transição rumo ao estabelecimento de novos paradigmas na política, na economia e, principalmente, na área social. O fator dinâmico acelerador dessas transformações situa-se na esfera da ciência e da tecnologia: comunicação digital, nano indústria, internet, informação em tempo real, inovação e inúmeros outros fatores correlatos.

Rapidamente as estruturas verticais de informação e de controle social são ultrapassadas pelos sistemas horizontais de redes de informações interativas, onde as fronteiras nacionais se tornam transparentes e os índices de avaliação de desempenho perdem a eficácia e se tornam imprevisíveis.

Cada vez um número maior de pessoas acessa e se conecta à internet, formando redes e grupos de interesse em que todos geram conteúdo de informação e se comunicam com todos, independentemente de localização geográfica, posição social, formação intelectual ou convicções pessoais. Basta ter acesso, estar conectado e deixar fluir suas opiniões e comentários.

A figura do “chefe” da sociedade civil organizada começa a perder o seu poder de influência institucional, abrindo espaço ao fortalecimento da figura do “líder” como principal formulador de ideias e responsável pela estruturação e consolidação dessa nova sociedade. É nesse ambiente de perda de intermediação entre as demandas coletivas e os responsáveis pelo seu atendimento que as políticas públicas se tornam inócuas, inca-

pazes de atender às necessidades sociais nas áreas de saúde, educação, segurança pública, habitação, mobilidade urbana, entre tantas carências.

A desintermediação acentua o distanciamento da Nação relativamente aos seus representantes e governantes, afrouxando a cobrança e o acompanhamento dos seus atos e, praticamente, extinguindo o envolvimento dos cidadãos da militância político-partidária, essência das práticas da democracia representativa. Sem ter a quem prestar contas, tanto os partidos políticos quanto os próprios políticos se sentem descompromissados e livres para agir segundo seus interesses, os legítimos e os fisiológicos. Assim tem sido nestes últimos anos, com tendência clara de agravamento. A corrupção e a impunidade generalizadas e o desprezo pelos valores éticos e morais são algumas das manifestações mais sórdidas desse estado de coisas.

Os partidos políticos, que deveriam ser a estratificação da organização da sociedade civil para representá-la e chegar ao poder, perderam, na sua maioria, qualquer vinculação com as expectativas e necessidades nacionais e renderam-se ao funcionamento cartorial e ao fisiologismo.

A desregulamentação imposta pelas mudanças irreversíveis gera uma demanda regulatória que o sistema político legislativo e normativo não conseguem atender em qualidade e em tempo, conduzindo a sociedade à confusão e à desobediência civil.

Essas são algumas características e situações perceptíveis neste tempo em que um novo partido político, o PSD, se apresenta como alternativa para ocupação de espaço político-partidário sintonizado com os novos anseios e necessidades sociais.

Com sabedoria e perseverança, o partido poderá reconstruir as pontes para uma intermediação consistente, baseado em princípios e ideais de liberdade, republicanos, democráticos e de direitos, colocados acima das lideranças que o constituem.

É a nossa esperança presente. Trabalharemos com determinação para concretizá-la. Que Deus nos inspire e abençoe. Vida longa para o Partido Social Democrático – PSD! Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres colegas. (28/09/2011)

Desligamento dos quadros do DEM e Adesão ao PSD

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, nesta oportunidade, registrar minha desfiliação do Partido Democratas – DEM na última sexta-feira, 30 de setembro de 2011, para me filiar ao Partido Social Democrático. Foi uma decisão refletida e consciente, e que tomei em paz.

Nestes meus 8 mandatos consecutivos, como representante do povo do Estado do Rio de Janeiro nesta Casa, eu nunca mudei de partido, a não ser para fundar novas agremiações.

A primeira foi com o Partido da Frente Liberal – PFL, resultado de uma dissidência do meu primeiro partido, o Partido Democrático Social – PDS, quando apoiamos a aliança democrática que elegeu o Presidente Tancredo Neves, em 1985.

A segunda, agora, para a fundação do Partido Social Democrático, resultante de uma avaliação amadurecida do quadro político-partidário nacional, a partir de líderes políticos incontestáveis da nossa história recente, que concluíram pela necessidade e oportunidade de criação de um novo partido político capaz de responder, adequadamente, aos anseios e às necessidades que a Nação demanda e que as políticas públicas não conseguem atender.

A própria dimensão que o PSD tomou em âmbito nacional, com adesões voluntárias, desde os primeiros dias de sua idealização pelo Prefeito Gilberto Kassab, demonstra a oportunidade de sua instituição. Não se trata, portanto, de mais uma legenda, mas de uma real alternativa político-partidária sintonizada com a natureza própria deste momento político e socioeconômico que atravessa a sociedade nacional do Brasil, como, diga-se também, o resto do mundo.

Se por um lado senti uma certa frustração por ter que deixar meu partido, após tantos anos de realizações nos seus quadros, por outro lado estou muito feliz e entusiasmado com esta oportunidade de renovar meus sonhos e meus projetos políticos, revivendo os tempos dos meus primeiros mandatos. Agradeço a Deus pela nova oportunidade para recomeçar. Muito obrigado. (04/10/2011)

Pela Convocação de Constituinte para elaborar a Reforma Política

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, pedi a palavra para fazer o registro de que, desde a promulgação da Constituição de 1988, em todo início de Legislatura nós temos propostas de reformas, reformas tributárias, reformas previdenciárias e principalmente reformas políticas; essa é uma questão que se repete desde então, e por quê? Porque a Constituinte foi congressual, e temas polêmicos deixaram de ser votados; foram remetidos a leis complementares e à regulamentação posterior; 5 anos após a promulgação da Carta estava prevista uma revisão constitucional para que pudéssemos então, com um novo Parlamento, ajustar essas questões.

Desde então, dezenas de emendas constitucionais têm sido promulgadas, uma vez que não houve a revisão na época prevista, e a reforma política, evidentemente, uma reforma sempre proposta pelos políticos, não será resolvida, como não foi este ano. Com duas Comissões, uma no Senado, outra nesta Casa, não se resolveu.

Por isso o PSB, na formulação do seu programa, propõe que seja convocada já para 2014 uma Constituinte específica, que naturalmente terá limitações, impostas por esta Casa do Congresso Nacional, que funcionaria como Câmara revisora, e seus integrantes seriam eleitos exclusivamente para essa Câmara revisora, dissolvendo-se ela após o prazo que for fixado. Com isso tornaríamos a revisão constitucional independente das composições políticas naturais de base do Governo ou de Oposição nesta Casa. Cada partido, proporcionalmente, elegeria os seus indicados, e nós teríamos uma Câmara revisora independente para fazermos uma revisão constitucional capaz de abordar os temas de acordo com os anseios nacionais. Essa é a proposta do Partido Social Democrático que defendo neste momento. Muito obrigado, Sr. Presidente. (10/10/2011)

Manifesto à Nação após a primeira reunião da Executiva Nacional do PSD

Sr. Presidente, colegas, venho hoje a esta tribuna para registrar e incluir nos Anais da Casa o pronunciamento histórico *Manifesto à Nação*, feito pelo Presidente do PSD, Gilberto Kassab, na primeira reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido, ocorrida no dia 28 de setembro passado.

Naquele pronunciamento foram ratificados, conceitualmente, os princípios que mobilizaram tão significativa parcela dos quadros políticos e da cidadania do nosso País, para organizar, em pouco mais de 6 meses, um dos três maiores grupos políticos do Brasil.

A força das ideias, a oportunidade e a inquietação, em face das demandas sociais não atendidas, foram alguns dos catalisadores e motivadores desse movimento quase espontâneo que desaguou no processo de organização do PSD. Alinho a seguir algumas das propostas que constam do *Manifesto à Nação*.

Revisão constitucional feita por Constituinte exclusiva, a ser eleita em 2014; liberdade de expressão e de opinião e direito do cidadão à informação serão defendidos pelo partido; condenação e denúncia pública de corrupção e malfeitos; defesa da iniciativa privada e do direito de propriedade; crença num Estado forte, regulador, de Direito e mais democrático; apoio à agropecuária e à preservação do meio ambiente; explicitação, no ato da compra, dos impostos pagos pelo consumidor.

Essas matérias, entre outras, acrescidas das que serão incorporadas em debates e seminários das bases do partido, constituirão temas a serem inseridos na consolidação do programa partidário que será oferecido à sociedade brasileira.

Com esperança, entusiasmo e perseverança, haveremos de construir uma alternativa concreta e oportuna para enfrentar e vencer os desafios destes tempos de tantas mudanças e de tantas incertezas. Era essa, Sr. Presidente, caros colegas, a apresentação que eu desejava fazer do *Manifesto à Nação*, do PSD, cuja íntegra solicito seja incluída nos Anais da Câmara, e que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pronunciamento

Partido Social Democrático — PSD

Manifesto à Nação

O Partido Social Democrático nasce voltado para os interesses maiores do Brasil, com dezenas de deputados federais, mais de uma centena de deputados estaduais, dois governadores, seis vices, dois senadores, prefeitos e vereadores de norte a sul do país.

Ao nascer forte e legitimamente — com perspectiva de ser a terceira maior bancada do Congresso — temos o dever de nos impor um desafio

à altura do nosso compromisso com o País. Assim, o PSD anuncia com orgulho que está iniciando imediatamente as providências para apresentar, no Senado da República, uma Proposta de Emenda Constitucional para eleger em 2014 uma Assembléia Nacional Constituinte, com parlamentares constituintes exclusivos para concluir seu trabalho revisional no prazo de até dois anos.

Esperando contar com a participação de toda a sociedade brasileira, o PSD retoma, com determinação e coragem, a iniciativa da revisão constitucional prevista já no ato da criação da Constituição de 88.

Dirão que não é o momento. É verdade, já passou do tempo. Frustrada por acontecimentos da época, não foi feita quando devia, em 93, e caiu no esquecimento. Dirão que é inconstitucional, que é impossível.

Impossível é conviver com remendos constitucionais e improvisações oportunistas, enquanto um pacto federativo superado impõe a Municípios, Estados e a própria União limitações, constrangimentos e falta de recursos para dar aos brasileiros serviços dignos de saúde, educação, segurança, justiça e oportunidade igual para todos.

Há tempos o Brasil está amarrado, perdido em discussões que não prosperam, viciadas ora pelo fisiologismo, ora pelo corporativismo, radicalismo ou problemas menores. Sabemos que minireformas ou remendos não resolvem.

Há concordância, consenso sobre a necessidade das reformas política, tributária, fiscal, penal, trabalhista, mas estamos paralisados por um imobilismo que precisamos superar pelo bem da nação. Temos o dever de começar a agir já, a obrigação de acertar nessa batalha pelas reformas estruturais e pela modernização do estado brasileiro. Um trabalho revisional focado, isento, de congressistas revisionais exclusivos.

Nossos congressistas estão hoje e estarão amanhã ocupados com a discussão dos nossos problemas imediatos e importantes do dia a dia. E vão precisar estar vigilantes, atentos a problemas que deveremos enfrentar nos próximos anos, por causa da crise econômica da Europa e dos Estados Unidos. Também têm de estar dedicados a eles. O País avançou nas últimas décadas, muito foi feito, mas podemos, devemos e vamos avançar mais.

O PSD que hoje nasce — independentemente da Revisão Constitucional Exclusiva que está propondo — tem convicções e defende, desde já, o voto distrital, com introdução gradual, inicialmente nos 85 municípios com 200 mil ou mais eleitores onde hoje há segundo turno.

O PSD tem posição clara na defesa das liberdades de expressão e opinião e ao direito do cidadão à informação. Somos, por convicção e princípio, contra qualquer tipo de censura, controle, restrição ou regulamentação da mídia.

O PSD será também intransigente na condenação e denúncia pública da corrupção e dos malfeitos. Está ao lado da sociedade, do trabalhador, dos jovens, da família brasileira que exigem respeito ao dinheiro público e comportamento ético, coerência e honestidade de seus governantes e da classe política.

O exercício da Política tem de ser responsável, transparente, não comporta conluios, conchavos ou sombras. Defendemos a iniciativa e a propriedade privadas, a economia de mercado como o regime capaz de gerar riqueza e desenvolvimento, sem os quais não se erradica a pobreza. Acreditamos num estado forte, regulador, mas democrático e centrado nas suas prioridades sociais.

Apoiamos as políticas sociais aos que mais precisam do amparo do estado, e a necessidade de abrir as portas de entrada do emprego digno para esses cidadãos. Devemos isso ao Brasil que quer e precisa se modernizar, se tornar mais ágil, se libertar das impossibilidades e oferecer, de verdade, igualdade de oportunidade aos que querem se profissionalizar, gerir seu próprio negócio e vencer na vida.

O PSD aposta na agricultura e na pecuária — como parte da cadeia produtiva do agronegócio — que libertou do atraso histórico as populações do campo, transformando antigos proprietários rurais em empresários e criando uma nova classe de trabalhadores especializados e valorizados. Mas fazemos questão de lembrar e valorizar a multidão de pequenos produtores, uma classe batalhadora que carrega o Brasil nas costas.

O PSD apoia e defende a preservação do meio ambiente como fator de sobrevivência do homem e da própria vida do planeta. É possível alargar as fronteiras da produção, de maneira sustentável e responsável.

O PSD exige a exposição clara, em todos os produtos comercializados, de todos os impostos ocultos nos preços dos bens e serviços, para que o cidadão saiba o que paga e o que tem direito a receber de volta do Estado. Pago, logo exijo: esse é o cidadão alerta e ativo que queremos.

O PSD defende intransigentemente a Zona Franca de Manaus como polo de desenvolvimento tecnológico e de geração de empregos.

O PSD anuncia também a criação de seu Espaço Democrático, fundação que reunirá especialistas das diversas correntes de pensamento para debater com a Executiva do PSD os grandes desafios brasileiros. Neste processo, vamos percorrer todos os Estados, ouvindo a sociedade, empresários e trabalhadores para colher, em 27 seminários, subsídios para o Projeto de Um Novo Brasil.

O PSD contará ainda com a experiência de grande parte das lideranças ligadas à UGT – União Geral dos Trabalhadores – sobre políticas de inclusão social e desenvolvimento trabalhista. A UGT integrará órgão específico para somar esforços junto à Executiva Nacional do Partido e à fundação Espaço Democrático.

O PSD afirma que não fará oposição pela oposição. Faremos política para ajudar o Brasil. Nossos adversários não são inimigos a eliminar, mas cidadãos com os quais vamos dialogar, sem violências ou radicalismos.

Temos democracia, direitos, liberdade, conquistas e avanços sociais. Nossa Constituição está aí, em pleno funcionamento. Mas temos ainda enormes desigualdades sociais, fome e injustiças.

Sem violentar direitos e liberdades já conquistados, com a Revisão Constitucional Exclusiva vamos enfrentar os pontos fundamentais que estão travando e obstruindo o desenvolvimento do Brasil. Esse movimento será um polo construtivo, transformador, de convocação e envolvimento da sociedade. Com nossas crenças e uma constituinte em 2014, vamos à luta unidos para construir um País mais moderno e desenvolvido, mais ético, justo, e solidário. Vamos à vitória com nosso trabalho, com fé em Deus e com a força e grandeza dos nossos sonhos! **(19/10/2011)**

Sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2012

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto de lei de iniciativa popular que passou a ser chamado de Ficha Limpa tramitou nas duas Casas do Congresso Nacional e foi sancionado pelo Presidente da República em junho de 2010 – Lei Complementar nº 135, de 2010.

Com o apoio de mais de 1 milhão de assinaturas de cidadãos de todo o País, houve grande expectativa de que a lei seria votada em tempo para

aplicação nas eleições gerais de 2010. Embora tenha sido sancionada antes da eleição, a Justiça Eleitoral não chegou a analisar o mérito da Lei Ficha Limpa, entendendo que descumpria o princípio da anterioridade, isto é, as regras eleitorais são estabelecidas, segundo a lei, até um ano antes da data das eleições, fato que causou grande frustração nacional. Essa frustração transformou-se em maior expectativa, quase certeza, de que a Lei Ficha Limpa será aplicada integralmente nas eleições de outubro de 2012.

Essa certeza popular, contudo, não se confirma na prática, pois o STF ainda terá que julgar ações ajuizadas sobre o mérito da Lei Ficha Limpa e analisar se ela não fere princípios estabelecidos na Constituição Federal. Entre as ações protocoladas no Supremo encontra-se uma da OAB que pede definições para a eleição de 2012, cujo Relator, o Ministro Luiz Fux, tem declarado que seu parecer, já em fase de conclusão, abordará todos os aspectos da lei e não deixará qualquer dúvida.

A expectativa, então, está focada no julgamento do Supremo, que deverá ocorrer tão logo a vaga existente do 11º Ministro seja preenchida. Os aspectos mais polêmicos dizem respeito à questão da presunção de inocência, da retroatividade da lei às condenações anteriores à promulgação e, por certo, à questão da anterioridade, uma vez que já estamos no ano que antecede a eleição.

Contudo, a Nação brasileira alimenta total esperança de que a Lei Ficha Limpa será aplicada, na íntegra, nas eleições de 2012, depurando as legendas de candidaturas comprometidas com a Justiça.

Trata-se de uma exigência das ruas e será um avanço indiscutível e necessário na qualificação das classes políticas e no fortalecimento dos padrões éticos e morais que devem ser praticados por todos aqueles que exercem cargos públicos, eletivos ou de confiança. Era isso, Sr. Presidente, que eu queria dizer na primeira fase da minha fala.

Aproveitando o resto do tempo, queria apenas registrar que acaba de ser encerrada uma reunião histórica de apresentação do Partido Social Democrático, pelo Presidente Gilberto Kassab, à Nação Brasileira, inclusive apresentando a bancada federal. O nosso Líder, Guilherme Campos, ainda hoje fará a apresentação formal, introduzindo a bancada do PSD nesta Casa. Esse era o registro. Muito obrigado. (26/10/2011)

Votos de plena recuperação da saúde ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Sr. Presidente e nobres colegas, junto-me aos que expressaram solidariedade ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e quero realçar o seu comportamento sereno e digno diante da doença, o que traz um sentido pedagógico, educativo para a população brasileira.

Parabéns por essa postura, meu querido ex-Presidente Lula! Na realidade, foi uma aula num País com tantos preconceitos contra essa doença. Sua postura foi natural, serena e digna e traz uma lição adicional para todos nós. Muito obrigado, Sr. Presidente. (30/10/2011)

Artigo “A República Destroçada”, de Marco Antonio Villa

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, com o título de *A República Destroçada*, que é uma poderosa síntese de uma radiografia do Brasil, o *Estado* de domingo, dia 30, publicou artigo de Marco Antônio Villa, o qual toda a Nação deveria conhecer e cujo conteúdo desejo registrar nesta Casa. Vou citar alguns trechos do triste diagnóstico:

“... Mas nada consegue regular o bom funcionamento da democracia brasileira. Ética, moralidade, competência, eficiência, compromisso público, simplesmente desapareceram. Temos um amontoado de políticos vorazes, saqueadores do erário. A impunidade acabou transformando alguns deles em referências morais...”

E na frente:

“... Não há mais ideologia. Longe disso. A disputa política é pelo poder, que tudo pode e no qual nada é proibido...”

E ainda em outro trecho:

“... Nenhum dos três Poderes consegue funcionar com um mínimo de eficiência... Todos estão marcados pelo filhotismo, pela corrupção e pela incompetência... O País conseguiu desmoralizar até novidades como as formas alternativas de trabalho social e as Organizações Não Governamentais...”

E por aí vai Sr. Presidente.

Com precisão cirúrgica e forma cristalina, o analista expõe nossa desmoralizada realidade republicana. Porém, em vez de ficarmos desmotivados

e abatidos, temos de buscar alternativas que nos renovem as esperanças para sairmos dessa situação escabrosa. Vamos começar com a leitura e o entendimento desse texto, o qual peço o registro nos Anais da Câmara dos Deputados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Artigo a que se refere o orador

República destruída

Marco Antonio Villa

Em 1899 um velho militante, desiludido com os rumos do regime, escreveu que a República não tinha sido proclamada naquele mesmo ano, mas somente anunciada. Dez anos depois continuava aguardando a materialização do seu sonho. Era um otimista. Mais de cem anos depois, o que temos é uma República em frangalhos, destruída.

Constituições, códigos, leis, decretos, um emaranhado legal caótico. Mas nada consegue regular o bom funcionamento da democracia brasileira. Ética, moralidade, competência, eficiência, compromisso público simplesmente desapareceram. Temos um amontoado de políticos vorazes, saqueadores do erário. A impunidade acabou transformando alguns deles em referências morais, por mais estranho que pareça. Um conhecido político, símbolo da corrupção, do roubo de dinheiro público, do desvio de milhões e milhões de reais, chegou a comemorar recentemente, com muita pompa, o seu aniversário cercado pelas mais altas autoridades da República.

Vivemos uma época do vale-tudo. Desapareceram os homens públicos. Foram substituídos pelos políticos profissionais. Todos querem enriquecer a qualquer preço. E rapidamente. Não importam os meios. Garantidos pela impunidade, sabem que se forem apanhados têm sempre uma banca de advogados, regamente pagos, para livrá-los de alguma condenação.

São anos marcados pela hipocrisia. Não há mais ideologia. Longe disso. A disputa política é pelo poder, que tudo pode e no qual nada é proibido. Pois os poderosos exercem o controle do Estado — controle no sentido mais amplo e autocrático possível. Feio não é violar a lei, mas perder uma eleição, estar distante do governo.

O Brasil de hoje é uma sociedade invertebrada. Amorfa, passiva, sem capacidade de reação, por mínima que seja. Não há mais distinção. O panorama político foi ficando cinzento, dificultando identificar as diferenças. Partidos, ações administrativas, programas partidários são meras fantasias, sem significados e facilmente substituíveis. O prazo de valida-

de de uma aliança política, de um projeto de governo, é sempre muito curto. O aliado de hoje é facilmente transformado no adversário de amanhã, tudo porque o que os unia era meramente o espólio do poder.

Neste universo sombrio, somente os áulicos — e são tantos — é que podem estar satisfeitos. São os modernos bobos da corte. Devem sempre alegrar e divertir os poderosos, ser servis, educados e gentis. E não é de bom tom dizer que o rei está nu. Sobrevivem sempre elogiando e encontrando qualidades onde só há o vazio.

Mas a realidade acaba se impondo. Nenhum dos três Poderes consegue funcionar com um mínimo de eficiência. E republicanismo. Todos estão marcados pelo filhotismo, pela corrupção e incompetência. E nas três esferas: municipal, estadual e federal.

O País conseguiu desmoralizar até novidades como as formas alternativas de trabalho social, as organizações não governamentais — ONGs. E mais: os Tribunais de Contas, que deveriam vigiar a aplicação do dinheiro público, são instrumentos de corrupção. E não faltam exemplos nos Estados, até mesmo nos mais importantes. A lista dos desmazelos é enorme e faltariam linhas e mais linhas para descrevê-los.

A política nacional tem a seriedade das chanchadas da Atlântida. Com a diferença de que ninguém tem o talento de um Oscarito ou de um Grande Otelo. Os nossos políticos, em sua maioria, são canastrões, representam mal, muito mal, o papel de estadistas. Seriam, no máximo, meros figurantes em Nem Sansão nem Dalila. Grande parte deles não tem ideias próprias. Porém se acham em alta conta.

Um deles anunciou, com muita antecedência, que faria um importante pronunciamento no Senado. Seria o seu primeiro discurso. Pelo apresentado, é bom que seja o último. Deu a entender que era uma espécie de Winston Churchill das montanhas. Não era, nunca foi. Estava mais para ator de comédia pastelão. Agora prometeu ficar em silêncio. Fez bem, é mais prudente. Como diziam os antigos, quem não tem nada a dizer deve ficar calado. Resta rir.

Quem acompanha pela televisão as sessões do Congresso Nacional, do STF e as entrevistas dos membros do Poder Executivo sabe o que estou dizendo. O quadro é desolador. Alguns mal sabem falar. É difícil — muito difícil mesmo, sem exagero — entender do que estão tratando. Em certos momentos parecem fazer parte de alguma sociedade secreta, pois nós — pobres cidadãos — temos dificuldade de compreender algumas decisões.

Mas não se esquecem do ritualismo. Se não há seriedade no trato dos assuntos públicos, eles tentam manter as aparências, mesmo que nada republicanas. O STF tem funcionários somente para colocar as capas nos ministros (são chamados de “capinhas”) e outros para puxar a cadeira, nas sessões públicas, quando alguma excelência tem de se sentar para trabalhar.

Vivemos numa República bufa. A constatação não é feita com satisfação, muito pelo contrário. Basta ler o Estadão todo santo dia. As notícias são desesperadoras. A falta de compostura virou grife. Com o perdão da expressão, mas parece que quanto mais canalha, melhor.

Os corruptos já não ficam envergonhados. Buscam até justificativa histórica para privilégios. O leitor deve se lembrar do símbolo maior da oligarquia nacional — e que exerce o domínio absoluto do seu Estado, uma verdadeira capitania familiar — proclamando aos quatro ventos seu “direito” de se deslocar em veículos aéreos mesmo em atividade privada.

Certa vez, Gregório de Matos Guerra iniciou um poema com o conhecido “Triste Bahia”. Bem, como ninguém lê mais o Boca do Inferno, posso escrever (como se fosse meu): triste Brasil. Pouco depois, o grande poeta baiano continuou: “Pobre te vejo a ti”. É a melhor síntese do nosso país. (01/11/2011)

Em favor da manutenção dos royalties do petróleo no Estado do Rio

Sr. Presidente, caros colegas, quero, nesta oportunidade, fazer alguns registros. O primeiro deles, Sr. Presidente, diz respeito à grande preocupação do povo do Estado do Rio de Janeiro com a distribuição dos *royalties* da exploração do petróleo. Os projetos de lei em tramitação são injustos para com o Estado do Rio de Janeiro. Vão tirar recursos já comprometidos para a realização de atividades nas áreas de infraestrutura, de saúde, de educação. E isso está sendo feito de uma forma que não foi bem estudada, com a utilização de números que não existem.

Isso tudo tem deixado o povo do Estado do Rio de Janeiro muito preocupado, a ponto, Sr. Presidente, de o Governador Sérgio Cabral ter convocado para ontem, às 10 horas, uma entrevista a que compareceram todas as lideranças da sociedade civil organizada do Estado do Rio de Janeiro para hipotecar solidariedade às legítimas reivindicações do nosso Estado.

Estiveram presentes Senadores, Deputados Federais, Deputado Estaduais, Prefeitos e Vereadores. Mas o mais importante foi a presença de lideranças da sociedade civil organizada, de sindicato de trabalhadores, da OAB, da promotoria pública, enfim, todos apoiando e convocando a população para a grande marcha de quinta-feira, às 15 horas, marcha que sairá da Candelária, na Avenida Rio Branco, e irá até a Cinelândia.

Será uma manifestação pacífica, ordeira, mas que vai mostrar ao povo brasileiro que houve uma grande injustiça na elaboração desse projeto de lei que está em via de ser aprovado.

Confiamos na Presidenta da República. S.Exa. foi Ministra da área, foi Presidente do Conselho da Petrobras, conhece a matéria, e haverá de exigir da Petrobrás que apresente os números concretos, para que não sejamos injustiçados, conforme está acontecendo com a condução do projeto na Câmara dos Deputados. (08/11/2011)

Acerto da decisão da Presidente Dilma ao suspender convênios com ONGs

Outro registro que faço, Sr. Presidente, é sobre a suspensão dos convênios com as ONGs. Quero cumprimentar a Presidenta Dilma Rousseff pela iniciativa, porque as organizações não governamentais, que se multiplicaram, que se reproduziram de maneira assustadora em nosso País, não realizam o trabalho para o qual foram criadas, tendo se tornado fontes de corrupção. Em todos os Ministérios em que houve problema de corrupção, organizações não governamentais estavam envolvidas. E não se trata apenas de corrupção, do roubo do dinheiro, mas também da má aplicação dos recursos. Essas organizações não estão preparadas para os trabalhos que se propõem.

Cumprimento a Presidente Dilma Rousseff, esperando que S.Exa. prossiga com essas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Para concluir, nobre Deputado.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente. O último registro, Sr. Presidente, refere-se à votação da Desvinculação de Recursos da União. Essa é uma medida controversa, é uma medida que provocará, naturalmente, um grande debate neste plenário. Sou contra a DRU, acho

que não deve ser prorrogada. Mas, considerando o atual momento; considerando as perspectivas de crise que talvez o Governo tenha que enfrentar e considerando o alto interesse nacional de garantir a governabilidade, vou votar a favor da DRU. Era o registro que eu queria fazer para todos os meus amigos, principalmente para os meus eleitores do Estado do Rio de Janeiro. Votarei a favor, porque sou a favor de um orçamento impositivo. (08/11/2011)

Pela aplicação da Lei Ficha Limpa nas eleições municipais de 2012

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, vou fazer dois registros. O primeiro é que o dia de hoje pode passar para a história como um dos mais importantes para a democracia brasileira. O Supremo Tribunal Federal está pautando a votação da Lei da Ficha Limpa, uma lei de iniciativa popular que tramitou na Casa e que não teve validade para as eleições do ano passado, o que frustrou a população brasileira.

Agora estão sendo julgadas ações que perguntam sobre a validade dessa lei para as eleições do próximo ano. É muito importante que o Supremo se manifeste favoravelmente à aplicação dessa lei, que vai depurar de alguma forma os quadros políticos brasileiros. Eu acredito que, se essa lei não for aprovada, vamos ter uma grande frustração nacional – aliás, mais uma frustração nacional, Sr. Presidente.

Por isso, este é um dia muito especial. Convoco a Nação para ficar colada na *TV Notícia* quando começar esta votação. Lembro que meu tempo ainda não passou de 1 minuto e não está sendo computado.

O segundo registro, Sr. Presidente, é sobre a questão de ordem levantada pelo Líder Guilherme Campos, do PSD, poucos minutos atrás, acerca da exoneração sumária de Parlamentares do PSD que ocupam cargos nas Mesas de Comissões Técnicas. O Regimento Interno é omissivo nessa área, existe uma lacuna de deliberação sobre isso. Ocorre que, na Casa, tudo é proporcional. A democracia privilegia a proporcionalidade, privilegia realmente aqueles que têm maiores bancadas, mais votos, maior representação nesta Casa, que é a Casa do Povo.

Fico triste, porque estamos vivendo, há seis meses, uma transição para a instalação do PSD, que nasceu robusto. É o primeiro, nenhum partido

nasceu robusto, todos nascem nanicos e depois vão crescendo ao longo do tempo, através das eleições. O nosso nasceu com 56 Deputados Federais — não são 54 somente, são 56 Deputados Federais — e muitos são Secretários de Estado em seus Estados. Então, nós queremos apelar à Mesa para que atente a esse detalhe, porque nós precisamos exercer a proporcionalidade.

Aqui há partidos com espaços e assessorias muito maiores do que têm direito, como, por exemplo, o PT, o partido do Governo, que tem direito a mais espaço. Há partidos pequenos que têm direito a muito espaço e a muita assessoria.

Respeitado o princípio da proporcionalidade, apelamos à Mesa para que considere o seguinte: primeiro, suspenda as exonerações feitas nessas duas Comissões; segundo, atente, então, para a aplicação da lei. Estamos levando essa decisão por uma questão até de ética, evitando confrontos internos entre partidos, para a decisão no próximo ano. Mas se há uma decisão dessa forma que nos atinge diretamente ficamos preocupados. Então, vamos apelar para os nossos direitos, como bancada composta de 56 Deputados Federais. (09/11/2011)

Comemoração dos 70 anos da Força Aérea Brasileira

Sr. Presidente, Deputado Hugo Leal, a quem cumprimento pela iniciativa de promover esta sessão de homenagem à Aeronáutica, à Força Aérea Brasileira; Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito, a quem cumprimento — em seu nome saudando também todas as autoridades presentes; Senhores Oficiais Gerais das Três Forças; Senhores Oficiais das Três Forças, senhoras e senhores.

É uma alegria grande estar aqui neste momento — e, ao longo desses poucos minutos, os senhores saberão por quê —, saudando a Força Aérea Brasileira. Eu agradeço ao Líder, Guilherme Campos, presente nesta sessão, por ter-me designado para fazer a saudação. Digo que o PSD, que nasce nesse novo momento do País, sente-se honrado de estar aqui para saudar a Força Aérea Brasileira.

Vários aspectos foram aqui abordados por todos os oradores. Quero centrar em apenas um grande aspecto, que acho dos mais importantes. A Aeronáutica nasceu de convergência tecnológica. Desde o 14-BIS, toda a tecnologia daquela época estava centralizada naquele pequeno

aparelho. Até os *top guns* mais modernos são uma convergência de tecnologia de todas as áreas do conhecimento humano. Entendendo, primeiro, as condições geopolíticas do nosso País, um país com dimensões continentais, um país com uma costa com mais de 8 mil e 500 quilômetros, um país que nos foi legado pelos nossos antepassados, com condições de um único idioma falado de norte a sul, quero dizer que, a par dos Bandeirantes e dos jesuítas na história mais distante, na história presente, a Aeronáutica, como de resto o Exército e a Marinha, foram os grandes fatores de integração nacional e de preservação dessas formidáveis condições geopolíticas que nos levam a ter neste milênio a perspectiva de muito em breve estarmos ombreando entre as cinco mais significativas nações do mundo.

Quero, portanto, homenagear a Aeronáutica focando a preocupação com a tecnologia em nosso País. Sou oriundo das Forças Armadas. Sou Oficial do Exército, da Arma de Engenharia, cursei o Instituto Militar de Engenharia – aliás, queria fazer o ITA, mas tinha a ciuemeira e acabei fazendo vestibular para o IME – e me especializei em tecnologia de ponta, e soube respeitar.

Depois dos cargos que exerci, fui para a Amazônia, onde tive o privilégio de conviver com a Aeronáutica e de sentir a importância das Forças Armadas no suporte e na ocupação desses espaços mais distantes.

Ouvimos aqui o Senador Marcelo Crivella falar muito do pré-sal. É verdade. As nossas costas são muito importantes e temos de preservá-las, mas temos a Amazônia, que é fator de interesse internacional e temos de estar sempre de olho. A tecnologia desenvolvida no Instituto Tecnológico da Aeronáutica – e depois transformada em prática na indústria de aeronáutica, na EMBRAER – está nos auxiliando a fazer a ocupação desses grandes espaços e a preservá-los, porque esse é o grande patrimônio nacional.

Eu quero dizer às Forças Armadas, em particular à Aeronáutica, nos seus 70 anos, que vivemos hoje um momento histórico e que esta homenagem que agora aqui fazemos, ouvindo discursos, citando aspectos da sua história, do seu desenvolvimento nesses últimos 70 anos, é uma pequena compensação diante das incompreensões em relação às Forças Armadas nos últimos 25 anos. A redução dos orçamentos, de aplicação de recursos nas Forças Armadas nos levou à situação de estarmos até hoje atrasados em relação ao que deveríamos estar. Não vamos culpar ninguém. Essa é a história de um País democrático, de um País li-

vre que, diante das dificuldades, soube chegar até aqui conciliando as diferenças. E nós haveremos de prosseguir e de contar sempre com a Aeronáutica e as Forças Armadas para darmos não apenas condições de grande potência ao Brasil. Não é importante ser grande potência, o importante é sermos um povo feliz, que viva em paz, um povo que seja capaz de praticar o amor ao próximo, um povo que realmente tenha condições de ser modelo e exemplo de humanismo e de humanidade para todo o mundo.

Permita-me, Sr. Presidente, conceder um aparte ao nobre Deputado Onofre Santo Agostini, de Santa Catarina, também do meu partido.

O Sr. Onofre Santo Agostini (PSD-SC.) - Neste aparte, por alguns segundos, dirijo-me de modo muito especial ao prezado e querido amigo Tenente-Brigadeiro Juniti Saito. Quando Deputado em Santa Catarina, tive o privilégio de apresentar projeto de lei que outorgava o título de Cidadão Catarinense a essa extraordinária figura que passei a admirar ao longo da minha vida pública, um homem simples, humilde, mas de qualidade ímpar. Portanto, nestes 70 anos da Aeronáutica, nada mais justo que digamos ao Brasil que ele é comandado por uma grande figura, como é o nosso querido Tenente-Brigadeiro Saito. Um abraço fraterno a todos.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD-RJ.) - Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, a generosidade do tempo, agradeço ao meu querido Líder Guilherme Campos pela oportunidade de aqui saudar a Aeronáutica, em nome do Partido Social Democrático. Dois meses de existência saudando 70 anos de organização. Muito obrigado. Que Deus os abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSC-RJ.) - Obrigado, Deputado Arolde de Oliveira, que falou pelo Partido Social Democrático. (09/11/2011)

Comemoração do acordo de distribuição dos royalties do pré-sal

Sr., Presidente, colegas Parlamentares, mais uma vez ocupo esta tribuna para falar sobre a distribuição dos *royalties* do petróleo. Este é um assunto que preocupa a população do meu Estado, o Rio de Janeiro, e também a do Estado do Espírito Santo, porque, vez por outra, vemos notas na imprensa de que os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo estão contra os demais Estados do Brasil.

É preciso, Sr. Presidente, que nós, com serenidade, com tranquilidade, esclareçamos que não somos contra, não. Nós estamos a favor do Estado do Rio de Janeiro. Nós estamos a favor do que já foi preestabelecido dentro daquilo que está licitado na exploração do petróleo do Rio de Janeiro e que foi regulado no passado, desde a Constituição Federal.

Não há dúvida de que o subsolo pertence à União, pertence a todos os Estados. Portanto, todos são Estados produtores, sem dúvida nenhuma. Mas, nesse caso específico, foi feita uma negociação, Sr. Presidente, que redundou em uma série de outros entendimentos, a exemplo da cobrança do ICMS na ponta de consumo, no destino, para petróleo, gás e derivados, enquanto sempre foi cobrado, ou deveria ser cobrado, como todos os outros produtos, na origem. Nisso aí, então, houve uma perda de receita enorme para o Estado do Rio de Janeiro, que foi também compensado pela distribuição dos *royalties* e pela participação especial. Isso ocorreu lá atrás.

Agora, o que se pretende fazer é corrigir apenas a distribuição dos *royalties*. Aí é que, no nosso entendimento, se caracteriza a injustiça. Nós não somos contra, evidentemente, mas nós temos que entender que existe uma regra, e esta regra redundou em arrecadações no passado, em projeções de arrecadações que geraram compromissos no orçamento do Estado do Rio de Janeiro e Municípios que recebem royalties.

Por conseguinte, nós precisamos encontrar um caminho, é claro, que seja sensato, que não prejudique o povo do Estado do Rio de Janeiro. É claro que nós entendemos as diferenças regionais, a necessidade de recursos de todos os Municípios e Estados. Estão todos de pires na mão, é verdade. A União leva 60% do bolo fiscal e nem sempre redistribui como nós gostaríamos que redistribuísse, mas nós temos de pensar que não é apenas o povo do Nordeste que precisa. Lá existe gente pobre, eu sei disso, e existem distorções e desigualdades regionais, mas no Rio de Janeiro também existem.

Comunidades carentes estão comprometidas com esse orçamento. Precisamos, portanto, conduzir esse assunto aqui na Câmara de uma forma sensata, serena e, acima de tudo, sábia, para que todos nós possamos sair na outra ponta sem ofender e sem ameaçar o nosso pacto federativo.

Sr. Presidente, outro assunto. Pedi, em requerimento à Presidência da Casa, a colocação em pauta do Projeto de Lei 1.268-B, de 1995. É um projeto de minha autoria, com a parceria do nosso querido ex-Deputado, que foi Gover-

nador de Pernambuco também, Roberto Magalhães. E nós fizemos o projeto de lei para recuperar o complemento salarial dos antigos funcionários da extinta instituição Lloyd Brasileiro. Todas as instituições, todas as autarquias daquela época tiveram essa recuperação, menos o Lloyd Brasileiro. E esse pessoal, que é um grupo pequeno hoje, no máximo uma ou duas centenas de pessoas, está incluído nesse projeto.

O Presidente da Casa está sensibilizado porque já o trouxe para a Secretaria, e está pronto para entrar em pauta. Fiz esse requerimento pedindo a colocação em pauta e vou solicitar ao Líder do PSD, meu partido, que tome as providências. Agradeço a generosidade, Sr. Presidente. Muito obrigado. (23/11/2011)

Pela aprovação da PEC da Música (95/2007)

Obrigado, Sr. Presidente. Ontem foi um dia muito importante, meus prezados colegas, para a cultura musical brasileira, por causa da aprovação da PEC 98, de 2007, chamada de PEC da Música.

Por uma questão de impedimento autoimposto, porque sou proprietário, com a minha família, da maior gravadora de música gospel do Brasil, eu não fiz nenhum pronunciamento ou encaminhamento a favor dessa PEC durante toda a sua tramitação.

Agora que ela está aprovada na Câmara, eu me sinto à vontade para reafirmar a importância da alteração do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, com a inclusão da alínea “e”, que concede imunidade tributária para a produção musical brasileira. Essa renúncia fiscal é mínima comparada aos grandes benefícios que a medida trará para a produção intelectual nessa área e para a cultura brasileira.

Respeitamos a posição de nossos companheiros da Zona Franca de Manaus, do Estado do Amazonas, mas temos de lembrar que a Zona Franca de Manaus também é renúncia fiscal de todos os brasileiros. Quanto custa a Zona Franca de Manaus para os brasileiros, para os cofres públicos de todos os demais Estados?

Falo com alguma autoridade, Sr. Presidente, porque participei da origem da criação da Zona Franca de Manaus, nos anos 1960. Foi uma epopeia! Era projeto de governo a instituição de mecanismos para fazer a integra-

ção e o desenvolvimento da Amazônia, que estava muito abandonada. E três grandes projetos, entre outros, foram incluídos: a criação da SUFRA-MA, a Rodovia Transamazônica e a implantação do Sistema de Telecomunicações da Amazônia. Quanto a este, Sr. Presidente, eu tive o privilégio de coordenar e de comandar em toda a Amazônia Legal: primeiro, o sistema de tropodifusão, e, depois, os sistemas de satélite, já na condição de diretor da EMBRATEL. Foi uma verdadeira epopeia!

Sr. Presidente, peço mais um tempo, para concluir.

Os nossos companheiros de Manaus, os nossos companheiros do Estado do Amazonas não vão perder muito com isso. A isenção, a renúncia é mínima. A Zona Franca de Manaus foi instituída por um período e, depois, foi prorrogada, graças ao interesse econômico da região. Existe devolução de uma parte muito pequena, em benefício da música, da criação intelectual, de um setor que está passando necessidade.

O argumento é o mesmo. Naquele tempo, a necessidade era a Amazônia. Houve a renúncia do Brasil, a renúncia dos brasileiros para que se criasse a Zona Franca. Hoje, o setor fonográfico está em crise. É a renúncia de alguma coisa — tão pouca! — de Manaus. Muito obrigado. (14/12/2011)

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS 2012

*“Pois Deus não nos deu um espírito de timidez,
mas de fortaleza, de amor e de sabedoria.”*

II Timóteo 1:7

Pela privatização de aeroportos brasileiros

Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, colegas Parlamentares, venho a esta tribuna comentar o fato talvez mais importante deste ano: a privatização dos aeroportos de Campinas, Guarulhos e Brasília. Esse fato traz à mente o processo de privatização dos anos 90, quando foram privatizadas várias empresas, principalmente do setor de telecomunicações, com resultados hoje evidentes. Foi uma decisão corajosa e oportuna.

Os próprios ágios pagos, em relação aos preços básicos das concessões, demonstram que havia alguma coisa contida no negócio. Dois aspectos devem ser considerados para justificar esse ágio tão elevado, de quase 350%, em média. Ocorre que, na privatização, no modelo adotado, de transferência da gestão para a iniciativa privada, o Governo – o poder público, o poder concedente – permanece com 49% do capital dos consórcios. Em segundo lugar, um dos consórcios é constituído majoritariamente por fundos de pensões da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, com viés também de interesse público.

O que ocorre com esse fato? Estabelece-se uma segurança maior para a iniciativa privada. Além disso, 80% do investimento previsto será financiado pelo BNDES. Então, estabelece-se uma margem maior de segurança para um negócio avaliado como muito bom para justificar esses ágios.

Outro aspecto que justifica o ágio talvez seja o da retenção ou do atraso na tomada dessa decisão, por motivos até mesmo ideológicos do partido que apoia o Governo.

A decisão foi acertada, oportuna. Em matéria de interesse nacional, público, republicano, não pode haver ideologia. E essa foi a tônica da decisão tomada pelo Governo. Como já disse, corajosa, oportuna e que por certo vai atender não só aos empresários, que fizeram bons negócios ou que eventualmente farão bons negócios, mas também à população que viaja de avião, aos passageiros que sofrem nos aeroportos, à medida que as demandas crescem e os serviços não atendem às necessidades.

Um aspecto que tem de ser levantado é o de que terá de haver muito cuidado no equilíbrio entre as responsabilidades do Governo, que está presente – ou seja, do poder concedente –, e da iniciativa privada. É claro que algumas funções são de Estado: da Polícia Federal e da Receita Federal. E essas estarão presentes. A definição dessas fronteiras de responsabilidade é importante. Fazemos votos de que esse modelo realmente funcione, a exemplo do que já ocorreu no caso das telecomunicações. Muito obrigado. (08/02/2012)

Em defesa da manutenção do sistema proporcional nos pleitos parlamentares

Sr. Presidente, prezados colegas, sempre que a urgência de uma reforma política é levantada aqui no Congresso Nacional, normalmente no início da legislatura, os temas invariavelmente abordados são eleitorais. Neste início de Legislatura não foi diferente. Então, a reforma acaba se restringindo a propostas de voto distrital, voto em lista, financiamento público de campanha, mudança do grande vilão da história, que é o sistema proporcional de eleição parlamentar.

Normalmente os grandes temas ficam de fora: o pacto federativo; o ajuste da harmonia e independência entre os Poderes da República; a instituição do Orçamento impositivo, de execução obrigatória; a redução da carga tributária; o ajuste da representação dos partidos políticos na Casa. O vilão é o sistema proporcional.

Justamente o sistema proporcional, Sr. Presidente, caros colegas, tem os méritos desse novo tempo, desse tempo em que a internet coloca as pessoas em contato com todos; onde tudo gera conteúdo. O sistema proporcional permite, além da votação regional, as votações por atividades setoriais no país.

A representação é muito mais completa por isso: privilegia também o partido político com o voto na legenda; privilegia o partido político com o voto nos candidatos do partido. É claro que, eventualmente, vem para cá um Parlamentar com menor número de votos do que outros Parlamentares no mesmo Estado, porque o sistema privilegia o partido, o número de quocientes eleitorais no partido. Essa é a grande realidade.

Neste tempo de redes sociais entrelaçadas, em que todo o mundo, livremente, se comunica com todo o mundo, gerando conteúdo, temos um sistema que acaba sendo o mais adequado. Então, mudar para que, Sr. Presidente? Vamos preservar esse sistema que tem dado certo — claro, com seus defeitos, algumas correções podem ser feitas — na representatividade e na representação dos Parlamentos, das Câmaras de Vereadores, das Assembleias Legislativas e desta Casa.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sempre que a urgência de uma reforma política é levantada no Congresso Nacional, normalmente no início de cada legislatura, e nesta não foi diferente, os debates acabam, invariavelmente, convergindo para uma reforma eleitoral limitada.

Os temas que motivam os Parlamentares são sempre os mesmos, o voto em lista partidária, o voto distrital, o financiamento público de campanha, o fim das coligações para eleição parlamentar, entre outros de menor importância nas discussões.

As matérias políticas relevantes, que clamam por reformas, passam ao largo das Comissões constituídas para discutir e propor pareceres sobre reforma política.

Assim, ficam de fora os temas que realmente interessam ao povo brasileiro, como a revisão do pacto federativo, o ajuste da harmonia e independência entre os Poderes da República, a instituição do Orçamento impositivo, de execução obrigatória, a redução da carga tributária, o ajuste da representação dos partidos políticos, entre tantos outros.

Portanto, quando se trata de reforma política, o foco acaba sempre se concentrando nos sistemas eleitorais adotados mundo afora, e que poderiam ser importados para o caso, em contraposição ao vilão nacional, o sistema proporcional de eleição parlamentar.

A principal causa das críticas ao atual sistema reside no fato de que os quocientes eleitorais, que definem o número de vagas de cada legenda, admitem parlamentares eleitos com menor quantidade de votos do que outros eleitos em outros partidos do mesmo Estado.

Ocorre que este fato é, justamente, uma das virtudes do sistema, ou seja, privilegiar os partidos que recebem mais votos na legenda, diretos e indiretos nos seus candidatos, obtendo mais quocientes eleitorais.

O sistema proporcional privilegia, também, os votos dados a candidatos regionais, além de permitir votos em candidatos de categorias setoriais, profissionais e sociais etc.

Trata-se do sistema que garante representação nacional mais abrangente, vertical e horizontal, atendendo na plenitude aos preceitos estabelecidos na Constituição Federal, referentes à democracia representativa (Art. 1º, Inciso V e parágrafo único).

Conspira ainda a favor dessa argumentação a modernidade que o sistema proporcional vem incorporando, devido aos novos paradigmas das relações sociais introduzidos pela internet.

Nesse ambiente das redes sociais entrelaçadas, onde todos geram conteúdo e se comunicam com todos, sem barreiras, as dimensões espaço-tem-

porais estão perdendo apelo sobre as pessoas, que cada vez mais exercitam a vocação natural individualista. Essa exacerbação do individualismo, nessa nova sociedade que emerge, tem que ser identificada, entendida e atendida pelos sistemas político-partidários e eleitorais.

Nesse contexto, o sistema de eleição proporcional para Vereadores e Deputados, mesmo com as suas imperfeições, é o que melhor se adapta e responde a esta nova realidade. Mudá-lo para quê? (29/02/2012)

Aprovação do PL 78/2009 de autoria de Arolde de Oliveira

Sr. Presidente, prezados colegas Parlamentares, ontem, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, foi aprovado, após ser aperfeiçoado, o Projeto de Lei nº 78, de 2009, de minha autoria.

Esse projeto prevê que os fabricantes de receptores de rádio e televisão introduzam saídas laterais que permitam o controle externo de volume, com o objetivo de que pessoas com alguma deficiência auditiva possam participar em grupo, com a família, para assistir a programas de rádio e tevê.

O projeto foi relatado com aperfeiçoamento pelo Senador Cyro Miranda e já foi votado por unanimidade na primeira votação. É terminativo na Comissão. Porém, há necessidade, após cinco sessões, de uma confirmação em um turno suplementar para que vá à sanção presidencial. Era o registro que eu queria fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente. (07/03/2012)

Homenagem ao Dia Internacional da Mulher

Sr. Presidente, quero me juntar a todos os que estão saudando a mulher, em particular a mulher brasileira. Amanhã, 8 de março, será celebrado o Dia Internacional da Mulher, numa alusão a um fato histórico ocorrido em 1857, há mais de 155 anos, numa fábrica de tecidos, em Nova York: as operárias reivindicavam melhores condições de trabalho, principalmente quanto à carga horária, e equiparação salarial com os homens.

Essa fábrica foi incendiada, matando carbonizadas 130 operárias. Esse fato levou a se estabelecer, já na Dinamarca, um dia para homenagear a mulher, reconhecido mais tarde, em 1975, pela Organização das Nações Unidas. Nada mais justo.

Sr. Presidente, Deputado Marçal Filho, li na imprensa a aprovação do projeto de V.Exa. que busca equiparar salários de homens e mulheres nas mesmas funções. Há 155 anos, aquelas mulheres ganhavam um terço do salário dos homens e uma de suas reivindicações era justamente essa equiparação.

Outra reivindicação era relativa à carga horária de trabalho, que, à época, era de 16 horas diárias. Elas reivindicavam a redução para 10 horas. Hoje no Brasil a plena cidadania da mulher foi alcançada com o direito ao voto há 80 anos. É bom registrar esse acontecimento.

Nos dias atuais, embora tenhamos pequenos ajustes a fazer, como esse que V.Exa., com muita sabedoria, teve iniciativa de propor e de ver aprovado, a mulher está ocupando rapidamente o seu espaço. Se não ocupa mais, principalmente no Parlamento, é porque a mulher não quer, já que há facilidades na legislação para que elas possam participar das eleições, igualmente, e para que haja uma representação também igualitária nos Parlamentos: metade de homens e metade de mulheres.

No Brasil, com a eleição da Presidente da República Dilma Rousseff, acho que nós vencemos todas as etapas. Temos, nos Três Poderes, mulheres ocupando cargos muito importantes. Além da Presidente da República, que é emblemática e uma referência, ontem foi eleita para assumir a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral a Ministra Cármen Lúcia, que até o final de abril assumirá o cargo.

Esses fatos, Sr. Presidente, fazem com que nos sintamos orgulhosos de termos em nosso País essa ampla liberdade. A mulher é o esteio da família, a mulher sempre foi emblemática, nesse sentido, pela sua capacidade de polarizar e manter a firmeza na família. É bom que haja na administração das empresas e na administração pública essa característica feminina, a fim de que possamos ter realmente um mundo mais feliz, mais próspero e mais justo, pois acreditamos que a mulher é um instrumento para isso. Sr. Presidente, parabéns a V.Exa. pelo projeto de lei. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Agradeço a V.Exa. a referência ao projeto de minha autoria, aprovado aqui na Câmara e ontem aprovado no Senado. V.Exa. lembrou bem há quanto tempo foi reivindicada igualdade salarial entre homens e mulheres. Hoje as mulheres ganham somente 75%, em média, do salário dos homens ao ocuparem as mesmas funções. Obrigado a V.Exa. (07/03/2012)

Criação de novo pacto federativo

Sra. Presidente, colegas Parlamentares, ontem o Senado Federal tomou uma decisão muito importante ao criar um grupo de trabalho com 14 especialistas para estudarem a questão de uma revisão do pacto federativo. Um pacto federativo em que não apenas Estados como também todos os Municípios são entes federados está dentro do bojo de uma reforma política, a verdadeira reforma política, não essas reformas eleitorais que só interessam aos políticos que estão com mandatos, mas uma reforma política de interesse da Nação. É louvável, portanto, essa iniciativa.

A propósito, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro promoveu e publicou um estudo em que dá conta da situação de penúria em que vivem 83% dos Municípios brasileiros, sem condições de sobreviver.

Essa constatação, baseada nas declarações e nas contas municipais, vai além, mostra como é grande a injustiça entre as regiões do Brasil. Desses Municípios, dos 500 mais bem geridos fiscalmente, 80% estão nas Regiões Sul e Sudeste; apenas 4,8% no Nordeste. Das 500 cidades em pior situação, encontramos 74% no Nordeste do Brasil, 4,6 mais 10, 15% apenas nas Regiões Sul e Sudeste. Então, as diferenças regionais que existem dentro do nosso País ficam evidenciadas, sem sombra de dúvida.

Portanto, o pacto federativo tem que ser revisto. Essa iniciativa do Senado Federal é louvável por isso. A Câmara deverá apoiá-la e seguir o mesmo rumo, no meu entendimento. Muito obrigado. (20/03/2012)

Contra a liberação de venda e consumo de bebidas alcoólicas durante a Copa de 2014

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu gostaria de registrar uma posição a respeito da liberação de bebidas alcoólicas nos jogos da Copa do Mundo, que se realizará no Brasil.

Lembro que o Estatuto do Torcedor, a lei brasileira, já proíbe explicitamente o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios, medida adotada buscando-se dar segurança ao torcedor nos momentos de emoção, na torcida por seus times. As políticas públicas adotadas no Brasil, todas, seguem no sentido de restringir o consumo de bebidas, sempre que esse consumo ameaça a saúde ou a segurança física do cidadão. As políticas

de preservação da saúde orientam radicalmente contra o fumo, contra o álcool e contra as drogas, porque estes fazem mal à saúde. Esses motivos já seriam mais do que suficientes para impedir a liberação contida na Lei Geral da Copa. Mas há um outro aspecto que temos de levar em conta. Trata-se também de uma ingerência da FIFA no sistema regulatório nacional, ao propor esse tipo de liberação. Na verdade, se houvesse um acordo assinado com o órgão internacional, esse acordo, como todos os outros, deveria ser previamente submetido à Câmara, ao Congresso Nacional. Não foram submetidos; não vieram até aqui. Talvez aqui pudéssemos criar uma exceção dentro do rito normal de aprovação de acordos. Mas não houve isso.

Por conseguinte, eu acredito, Sr. Presidente, nobres colegas, que nós não podemos permitir que a lei que nós criamos seja alterada para um evento que é temporário e transitório, o que, de qualquer forma, vai desmoralizar as nossas regulamentações internas. Inclusive tenho conhecimento de que este assunto será remetido aos Estados. Será uma agonia e um desgaste para a organização internacional responsável pela realização da Copa quando for discutir em cada Estado. Um ou outro Estado não vai aprovar essa regulamentação. De maneira que deixo este registro. (21/03/2012)

A Responsabilidade Civil da União nos eventos esportivos

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a Emenda nº 1, que estou defendendo neste momento, propõe a supressão do Capítulo IV da Lei Geral do substitutivo proposto pelo Relator.

Esse Capítulo IV, no art. 22, estatui:

“A União responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, à FIFA, seus respectivos representantes legais, empregados ou consultores, na forma do art. 37, § 6º, da Constituição.”

O art. 23 estatui:

“A União assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a FIFA em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos eventos.”

O art. 24 diz:

“A União poderá constituir garantias ou contratar seguro privado, ainda que internacional, em uma ou mais apólices, para a cobertura de riscos relacionados aos Eventos.”

Essa é uma responsabilidade onerosa e desnecessária atribuída à União. A proposição impõe responsabilidade à União sem necessidade de provar que tenha agido de forma culposa, bastando comprovar o dano existente e o nexo causal, e ainda impede que a União alegue as excludentes de responsabilidade, caso fortuito e força maior.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, não há necessidade, porque a legislação, tanto a Constituição quanto a legislação infraconstitucional, já tem a definição e todo o estabelecimento do regime de responsabilidade civil. Por que dar esse privilégio à FIFA, aos seus representantes e empregados? Não há nenhuma necessidade. Este capítulo pode ser totalmente suprimido. Esta é a nossa posição, é a posição do PSD. Além do mais, todos os outros casos de segurança serão regidos por essa legislação infraconstitucional nos processos administrativos, o que é injusto, se os casos são os mesmos. Por que o Brasil vai ter de pagar esses seguros, ou internamente ou externamente, mas vai ter de pagar esses seguros para garantia de...

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Deputado, nós temos seis destaques para serem votados. Então, pediria que cumprisse rigorosamente o tempo, senão nós vamos sair daqui mais de meia-noite.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Obrigado, Presidente. Apenas para encerrar. Então, nós pedimos aos companheiros, aos colegas, às colegas que reflitam sobre isso e nos acompanhem na defesa desta emenda do Partido Social Democrático. Muito obrigado, Presidente. (28/03/2012)

Homenagem ao aniversário da Revolução de 1964

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para registrar o discurso proferido pelo Gen-Ex. Ref. Domingos Miguel Antonio Gazzineo, em homenagem à memória do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, ao evocar a data histórica de 31 de março de 1964.

Aquele foi o dia em que o povo brasileiro, irmanado pelos mais nobres sentimentos de amor à pátria e à liberdade — e à ordem, diga-se — invocou as Forças Armadas a interromper o processo de anarquia e de acelerado processo de comunização que se havia instalado em nosso País. Foram dias difíceis, de muita apreensão e incertezas, que eu tive o privilé-

gio de viver intensamente como Tenente do Exército, aluno do curso de engenharia eletrônica do Instituto Militar de Engenharia – IME, justamente na Praia Vermelha, palco importante das decisões de abril de 1964.

No seu pronunciamento, o General de Exército Gazzineo, ao relembrar a trajetória da contrarrevolução, chega aos dias atuais, de tentativas para desconstruir a história verdadeira, reafirmando, em nome dos militares da reserva: *“Cometem um erro crasso aqueles que tentam estimular a cisão entre os militares de ontem e de hoje, entre ativa e reserva ou entre comandados e comandantes. Esquecem que somos um todo indivisível, amigos, irmãos na fé e reunidos pela força de um mesmo ideal e de uma forte tradição”*.

Não deixa de lembrar ainda o princípio doutrinário, enfaticamente defendido por Castelo Branco: *“As Forças Armadas não servem aos Governos; as Forças Armadas servem ao Estado”*. Hoje, este princípio fundamental da doutrina militar tem sido, continuamente, esmaecido pela ação de interesses estranhos aos valores da democracia e da liberdade.

Sra. Presidente, caros colegas, por julgar importante a narrativa histórica feita pelo Gen. Gozzineo – que, com certeza, vai servir à pesquisa da verdade histórica pelas gerações futuras –, peço o registro na íntegra do seu discurso. Muito obrigado.

Pronunciamento

Venho a tribuna nesta oportunidade para registrar o discurso proferido pelo Gen-Ex. Ref. Domingos Miguel Antonio Gazzineo, em homenagem a memória do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, ao evocar a data histórica de 31 de março de 1964. Aquele foi o dia em que o povo brasileiro, irmanado pelos mais nobres sentimentos de amor a pátria e à liberdade, invocou as Forças Armadas a interromper o processo de anarquia e de acelerado processo de comunização que se havia instalado em nosso país. Foram dias difíceis, de muita apreensão e incertezas, que eu tive o privilégio de viver intensamente como Tenente do Exército, aluno do curso de engenharia eletrônica do Instituto Militar de Engenharia - IME, justamente na Praia Vermelha, palco importante das decisões de abril de 1964.

No seu pronunciamento o Gen-Ex. Gazzineo, ao relembrar a trajetória da contra-revolução, chega aos dias atuais, de tentativas sórdidas para desconstruir a história verdadeira, reafirmando, em nome dos militares da reserva: *“Não incitamos à indisciplina, não pregamos golpes, apenas nos de-*

fendemos face a tantos ataques e impropérios, lançados, muitas vezes, sob as vistas condescendentes e com o apoio de quem possui obrigação legal de nos defender”. Prosegue o ilustre militar dizendo: “Cometem um erro crasso aqueles que tentam estimular a cisão entre os militares de ontem e de hoje, entre ativa e reserva ou entre comandados e comandantes. Esquecem que somos um todo indivisível, amigos, irmãos na fé e reunidos pela força de um mesmo ideal e de uma forte tradição”.

Não deixa de lembrar o princípio doutrinário, enfaticamente defendido por CASTELO BRANCO: “As Forças Armadas não servem aos Governos, as Forças Armadas sevem ao Estado”. Hoje, este princípio fundamental da doutrina militar tem sido, continuamente, esmaecido pela ação de interesses estranhos aos valores da democracia e da liberdade.

Por julgar importante narrativa histórica, peço o registro integral do discurso do Gen-Ex. Ref. Gozzineo nos Anais desta Câmara dos Deputados, como segue:

Discurso

Homenagem ao Marechal Castelo Branco — Comemoração do 31 de março/1964

Cumprindo uma tradição, estamos aqui reunidos para reverenciar a memória da insigne figura do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e para evocar a data de 31 de março de 1964, quando, atendendo aos anseios do povo brasileiro, demos um basta na corja de comunistas que estava perto de se apoderar da nossa Pátria para aqui instalar uma ditadura marxista-leninista, sob os auspícios e patrocínio de países totalitários estrangeiros.

Se os detentores do poder julgarem inconveniente que, para essas homenagens, usemos as instalações de nossos quartéis onde mourejamos durante toda uma vida; se não nos são franqueados locais sob administração oficial, realizaremos sempre, como estamos fazendo hoje, nossos atos patrióticos em praça pública para que o povo conheça a grandeza das nossas ideias como também a pequenez e a covardia dos que nos querem calar.

Por mais que nos proíbam, por mais que nos ameacem, por mais que desejem nos sufocar ou punir, garroteando os nossos salários e os recursos devidos às Forças, não desistiremos de cumprir o nosso dever de cultivar os nossos verdadeiros heróis e de evocar as datas notáveis da nossa história. Isto é parte da nossa formação, da nossa mística e dos nossos princípios, os quais mantemos com muito orgulho e perseverança.

Somos Militares da Reserva de todas as Forças e amigos civis de todos os ramos de atividades que firmemente comungam conosco dos mesmos ideais. Não pregamos o desrespeito às autoridades nem atuamos à margem da lei. Somos calejados por um passado de trabalho honesto, sério, dedicado às nossas instituições, o que nos credita o direito de, dentro dos ditames das leis, expressarmos livremente as nossas preocupações, as nossas críticas e os nossos legítimos anseios, doa a quem doer.

Não incitamos à indisciplina, não pregamos golpes, apenas nos defendemos face a tantos ataques e impropérios, lançados muitas vezes sob as vistas condescendentes e com o apoio de quem possui a obrigação legal de nos defender.

Preservamos e apoiamos os companheiros da ativa, na certeza de que, mesmo mantendo um doloroso silêncio, saberão honrar os valores e os princípios pétreos das nossas instituições, mantendo-se unidos e coesos, prontos para que, como tem sido ao longo de toda a nossa história, e como foi em 1935 e 1964, defendam a Pátria, até com o sacrifício da própria vida, frente às investidas anunciadas e previsíveis, e possam, no momento oportuno, mostrar que a “mão amiga” também tem um “braço forte”.

Esperamos deles, principalmente dos que carregam em seus ombros a responsabilidade de chefia, que, com o nosso irrestrito apoio e confiança, saibam manter, com serenidade e energia, a postura altiva face ao desrespeito, ao achincalhe, à falta de consideração e aos sórdidos ataques costumeiramente dirigidos às nossas instituições e aos seus integrantes, de ontem e de hoje.

Cometem um erro crasso aqueles que tentam estimular a cisão entre os militares de ontem e de hoje, entre ativa e reserva ou entre comandados e comandantes. Esquecem que somos um todo indivisível, amigos, irmãos na fé e reunidos pela força de um mesmo ideal e de uma forte tradição. Nós os antecedemos, os formamos e lhes transmitimos os valores que permanecem imutáveis, por isso merecem a nossa confiança ilimitada. Compreendemos o sofrimento dos companheiros da ativa que estão sentindo na pele as injustiças, a ingratidão e as incompreensões, obrigados a um mutismo imposto pela obediência aos textos legais.

Cabe pois a nós da Reserva exercer o direito conferido pela legislação vigente, cumprindo a obrigação e o sagrado dever de defendê-los por todos os meios, elevando a voz para manter a integridade de nossas insti-

tuições face aos evidentes e indisfarçáveis ataques perpetrados, até com aplausos e o apoio daqueles que, pelas funções que exercem, tem o dever legal de se submeter às leis e aos acórdãos da Justiça e não tentar sobrepassá-las para dar vazão ao desejo incontido de uma vingança sórdida.

Imaginamos a dor de quem perdeu um ente querido naquela guerra suja, onde não demos o primeiro tiro e onde aconteceram, de lado a lado, fatos e situações realmente tristes e lamentáveis. Mas a revolta que sentem devia voltar-se contra aqueles que irresponsavelmente os aliciaram com as suas falácias para as atividades violentas, os submetendo a uma situação irregular onde fatalmente tinham que ser combatido com vigor e com a mesma violência por eles usada. Não poderiam ter a ilusão de que seriam recebidos com flores e mimos.

Também perdemos, com imenso pesar, amigos e entes queridos que cumpriam os seus deveres de combater os ataques terroristas, os assaltos a banco, os sequestros e os assassinatos. Na realidade foi a ação enérgica e eficaz das forças legais que impediu a implantação em nosso território de governos totalitários de esquerda e de ações de guerrilhas em maior amplitude, como as FARC.

Estamos do lado da lei e da ordem e exercitamos — temos certeza com o incentivo da sociedade consciente — os nossos direitos. Difícil é entender quando alguém que diz exercitar os princípios democráticos venha a se ofender e criar celeumas inconsequentes face ao direito que tem qualquer cidadão de revoltar-se ao tomar conhecimento dos assaltos aos cofres públicos, através dos “mensalões”, das “propinas”, do rateio das funções e da troca de favores. Esse mesmo direito que tem as igrejas e as mulheres brasileiras, as mães de família honestas e trabalhadoras de se escandalizarem ao encontrar pessoas influentes que pregam, utilizam, confessam e professam abertamente a prática de crimes contra a vida previstos nas leis penais (como o aborto), e se ufanam de exercitar o sexo variado e promíscuo. O mesmo direito, ou até o dever, de pessoas, grupos ou instituições, como os Clubes Militares, de examinar e comentar, sem a utilização de termos ofensivos, fatos absolutamente verdadeiros e constrangedores.

Receberíamos sem restrições a Comissão da Verdade se pudséssemos confiar que seria uma busca honesta da “verdade verdadeira”, sem a utilização, desde já evidente, de sofismas jurídicos para descumprir o espírito da legislação vigente em toda a sua clara abrangência e se houvesse a intenção de, equilibradamente pesquisar e difundir todos os ângulos da história.

Por tudo isto, estamos aqui, de cabeça erguida, sem temor das intimidações e das ameaças de punições indevidas e ilegais, para em alto e bom som exaltarmos os feitos da Revolução Democrática de 31 de março e do nosso Insigne Chefe Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Nascido em 20 de setembro de 1897, em Fortaleza, herdando a têmpera do nordestino, com raízes na família ilustre de José de Alencar, iniciou a carreira das armas na Escola Militar de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, ingressando na Escola Militar de Realengo de onde foi declarado Aspirante da Arma de Infantaria em 1921 e para onde regressou como instrutor em 1927.

Ainda Capitão, realizou o curso da Escola Superior de Guerra da França. Como Oficial Superior foi chefe da Seção de Operações da Força Expedicionária Brasileira na Itália, planejando as operações de guerra dos nossos pracinhas e publicou vários ensaios de assuntos doutrinários.

Como Oficial-General foi Diretor de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, comandou a 10ª, a 8ª Região Militar e o IV Exército, onde se dedicou ao profundo conhecimento das realidades do semi-árido e da Amazônia.

O tumultuado ano de 1964 o encontrou como Chefe do Estado-Maior do Exército, de onde, face aos desmandos, desordens e atos subversivos promovidos pelo próprio governo, exercitou o controle e a orientação do conjunto de nossas tropas expedindo sábias diretrizes que mantiveram a coesão de uma tropa acoçada pela sanha dos marxistas, que já se julgavam detentores do poder. Um de seus mais eloquentes princípios doutrinários, totalmente válido até o momento atual, é enfático: “As forças armadas não servem ao governo, as formaças armadas servem ao Estado”.

Como o líder que despontava, foi o ícone e o amálgama que congregou as Forças Armadas para, atendendo às exigências da sociedade, igreja, imprensa, classes produtoras, intelectuais e de todo o povo, sem qualquer ato de violência, fazer debandar o ilusório esquema que pervertia a vida nacional.

Como consequência da sua incontestada liderança, das suas qualidades e do seu preparo, foi eleito pelo Congresso Nacional o 26º Presidente do Brasil, cargo que assumiu em 15 de abril de 1964. Recebeu um País destruído, inflação beirando os cem por cento, sistema produtivo emperrado pelas lutas de classes, funcionamento da administração entravada e tantas outras mazelas.

Com um governo montado em bases de competência e seriedade e sob a sua firme liderança foi possível em pouco tempo mudar a face da Nação, debelando a inflação galopante, implementando profundas reformas, regularizando o sistema econômico, o sistema político, o sistema produtivo e o funcionamento das atividades administrativas, medidas que serviram de bases para impulsionar o futuro de progresso que o Brasil experimentou nos períodos seguintes.

Apenas como exemplos da profícua atuação de seu governo, podemos citar, entre tantos outros importantes feitos: a criação do Banco Central do Brasil; do Banco Nacional da Habitação; da Polícia Federal; da Casa da Moeda; da Zona Franca de Manaus. A modernização das bases legais, instituindo o Código Tributário, o Código de Mineração, o Estatuto da Terra, o Código Eleitoral a criação do bipartidarismo, a reforma das Forças Armadas etc.

Como justa homenagem ao insígne Chefe vale ressaltar o seu caráter impoluto e toda uma vida de correção dedicada ao serviço da Pátria e do Exército. Militar austero e exigente, mas profundamente humano. Graças à sua profunda convicção democrática e à sua firme liderança a nossa Revolução não descambou para extremos atos de violência como em outros países. A sua grande aspiração era, ao final de seu governo, deixar um país totalmente regularizado em sua vida democrática. Lamentavelmente a sanha dos subversivos, iniciando os atos de terrorismo, impediu que isto acontecesse, entretanto, entregou ao seu sucessor o Brasil com uma nova Constituição, os Poderes Constituídos em pleno funcionamento e todos os Atos Institucionais revogados.

Um triste acidente o fez sucumbir sob os céus do seu Estado, onde seu corpo, junto à de sua amada D. Argentina, permanece velado no monumento erguido em sua homenagem. Rogamos ao Bom Deus, que nos privou muito cedo de sua ainda necessária atuação, pelo menos a Benção para que o seu espírito possa influenciar os nossos dirigentes, a fim de livrar-nos desse atoleiro moral e ético a que estamos submetidos. Fortaleza, 30 de março de 2012. Gen-Ex. Ref. Domingos Miguel Antônio Gazzineo.

Obrigado Senhor Presidente, colegas parlamentares, as gerações futuras encontrarão nesse texto preciosa fonte de informações históricas.
(10/04/2012)

Pelo aperfeiçoamento do PL 5279/2009 sobre o Parlasul

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tramita em regime de urgência nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.279/2009, que estabelece normas para as eleições de Parlamentares do Mercosul. Trata-se de matéria de mais alta relevância, tanto para o cumprimento dos acordos multilaterais do Mercosul como pelos impactos internos políticos, principalmente eleitorais e orçamentários.

Quando analisamos a metodologia eleitoral proposta, encontramos um sistema estranho à legislação brasileira, que talvez seja mais próprio dos Estados unitários parceiros do Brasil no Mercosul, mas nada tem a ver com o nosso modelo de representação democrática de Estado Federativo, fundamentado no art. 1º da Constituição Federal.

O projeto introduz eleições parlamentares em âmbito nacional utilizando-se das Regiões geográficas como se Estados federados fossem. A determinação dos candidatos eleitos em cada partido será feita pelo método proporcional que já adotamos, porém com inovações estranhas no cálculo das sobras, inclusive possibilitando que partidos que não tenham alcançado quociente eleitoral elejam parlamentares e, pior ainda, partidos sem representação nesta Casa poderão ter Parlamentares no Parlasul. A proposta ignora, portanto, a Federação, deixando a maioria dos Estados membros sem representação no Mercosul.

No quesito propaganda eleitoral, a proposta impõe o mesmo sistema estabelecido na legislação em vigor, sobrecarregando, mandatoriamente, as grades de programação das emissoras comerciais de radiodifusão. Mas não para aí o despropósito, pois a matéria em tramitação, com as regras para a eleição da representação parlamentar no Mercosul, de maneira simplista, superficial mesmo, para dizer o mínimo, estabelece que — ouçam, Srs. Deputados! — os Parlamentares do Mercosul terão as mesmas as mesmas prerrogativas, as mesmas prerrogativas e deveres dos Deputados Federais, inclusive, atentem para isto, no tocante a subsídios, isso para trabalhar 1 dia por mês.

Permitam-me, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, alertar a Nação brasileira e seus representantes nesta Casa de que o PL nº 5.279/2009 precisa ser muito aperfeiçoado ainda para não comprometer a legislação conexa vigente para as eleições parlamentares no Brasil, para contemplar a boa técnica legislativa, para não introduzir uma reforma eleitoral extemporânea, antecipada àquela que vamos propor, para não excluir Estados

federados de representação no Parlasul e para não dotar Parlamentares de prerrogativas exageradas para um órgão que não terá inicialmente competência legislativa nem poder decisório; enfim, para não criar uma rubrica orçamentária desproporcional ao trabalho afeto aos Parlamentares do Parlasul, que farão apenas uma reunião ordinária mensal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tramita em regime de urgência nesta Casa o PL nº 5.279/2009 que, na forma de substitutivo, estabelece normas para as eleições de Parlamentares do Mercosul, juntamente com as eleições presidenciais de 2014, com fundamento no Decreto Legislativo nº 408, de 12 de dezembro de 2006, que aprovou o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Trata-se de matéria da mais alta relevância, tanto para o cumprimento dos acordos multilaterais do Mercosul como pelos impactos internos políticos, principalmente eleitorais e orçamentários. Ao ler com atenção o projeto de lei, na forma do substitutivo, deparamo-nos com um texto confuso, impreciso, e com proposições completamente estranhas ao sistema eleitoral regulamentado no Brasil.

A confusão começa no estabelecimento da representação brasileira. O PL propõe o número de 37 Parlamentares, enquanto a Resolução nº 1, de 2011, do Congresso Nacional, determina que serão 37 Parlamentares e igual número de suplentes, sendo 27 Deputados e 10 Senadores, proporção totalmente aleatória ou casual, pois o Congresso Nacional tem 15,8% de Senadores, e a representação terá 27%.

Quando analisamos a metodologia eleitoral proposta, encontramos um sistema estranho à legislação brasileira, que talvez seja mais próprio dos Estados unitários parceiros do Brasil no Mercosul, mas nada tem a ver com o nosso modelo de representação democrática de Estado federativo, fundamentado no art. 1º da Constituição Federal.

O projeto introduz eleição parlamentar em nível nacional, utilizando-se das Regiões geográficas como se Estados federados fossem, para estabelecer os critérios de voto proporcional em lista partidária, com financiamento público de campanha.

Na composição das nominatas, procura manter o equilíbrio entre candidaturas masculinas e femininas, com domicílios eleitorais regionais, apenas para os dez primeiros candidatos de cada lista.

A proposta ignora, portanto, a Federação, deixando a maioria dos Estados membros sem representação no Mercosul, sendo que o Nordeste será a Região mais prejudicada, por ter maior número de Estados, enquanto as Regiões Sul e Sudeste serão as mais privilegiadas, porque têm menor número de Estados e maiores colégios eleitorais.

A determinação dos candidatos eleitos em cada partido será feita pelo método proporcional que já adotamos, porém com inovações estranhas no cálculo das sobras, inclusive possibilitando a partidos que não tenham alcançado quociente eleitoral elegerem Parlamentares e, pior ainda, partidos sem representação no Congresso Nacional poderão ter Parlamentares no Parlasul.

No quesito da propaganda eleitoral, a proposta impõe o mesmo sistema já estabelecido na legislação em vigor, sobrecarregando, mandatoriamente, as grades de programação das emissoras comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Mas não para aí o despropósito da matéria em tramitação com as regras para a eleição da representação parlamentar no Mercosul, pois de maneira simplista, superficial mesmo, para dizer o mínimo, estabelece que *“os Parlamentares do Mercosul terão as mesmas prerrogativas e deveres dos Deputados Federais, inclusive no tocante a subsídios”*.

Permito-me alertar a Nação brasileira e seus representantes nesta Casa de que o PL nº 5.279/2009 precisa ser muito aperfeiçoado ainda, a fim de não comprometer a legislação conexa vigente para eleições parlamentares, a fim de contemplar a boa técnica legislativa, a fim de não introduzir uma reforma eleitoral extemporânea, a fim de não excluir Estados federados da representação no Parlasul, a fim de não confiscar mais tempo de emissoras de radiodifusão para propaganda política, a fim de não dotar Parlamentares de prerrogativas exageradas para um órgão que não terá inicialmente competência legislativa nem poder decisório, e a fim de não criar uma rubrica orçamentária desproporcional ao trabalho afeto aos Parlamentares do Parlasul, que farão apenas uma reunião ordinária mensal. Muito obrigado. (11/04/2012)

No combate à corrupção

Nobre Presidente Paulo Feijó, muito obrigado por esta oportunidade. Colegas Parlamentares, hoje os órgãos de imprensa noticiaram com bastante ênfase o encontro da Secretária Hillary Clinton com nossa Presidente Dilma Rousseff, por ocasião da reunião para o Governo Aberto. É um entendimento entre os dois Governos, co-presidido pelo Governo brasileiro e pelo Governo norte-americano.

Gostaria de ler uma afirmação feita pela Secretária de Estado Hillary Clinton nesse encontro:

“Não há melhor parceira que a presidente Dilma Rousseff. O comprometimento dela com a abertura, a transparência, a luta dela contra a corrupção está estabelecendo um exemplo global.”

Isso é algo muito importante. A percepção do Governo americano é a mesma do povo brasileiro. A Presidenta Dilma Rousseff está focada em combater a corrupção.

Foi muito oportuna essa observação. Porque, o que ocorre no momento? A instalação da CPMI do Cachoeira está para ocorrer para esses dias. Muitas notícias dão informações controvertidas de que há tendência de o Governo fazer essa Comissão acabar em pizza.

Acredito que essa postura da Presidenta da República, sua popularidade de 77%, segundo as pesquisas, garantem a nós que queremos a realização dessa CPMI e a investigação até as últimas consequências que S.Exa. não vai interferir, nem seu partido, nem seu Governo, para que a CPI abafe ou deixe de levantar a verdade.

Vou acompanhar desta tribuna o comportamento do Governo e de seus aliados no andamento das investigações. É necessário que levantemos a verdade, toda a verdade. A verdade, Sr. Presidente Paulo Feijó, é perene; a mentira tem pernas curtas. Muito obrigado. (18/04/2012)

Pela não intervenção nas investigações da CPMI do Cachoeira

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a semana que passou foi rica em fatos de interesse nacional: a instalação, por estranha e surpreendente maioria, da CPMI do Cachoeira; a posse da primeira mulher na Presi-

dência do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, a Ministra Cármen Lúcia; a posse do Ministro Ayres Britto na Presidência do Supremo Tribunal Federal – STF para um curto mandato de 7 meses.

Tivemos também a abertura do encontro da Parceria para Governo Aberto, com a presença da Secretária de Estado do Governo americano, Hillary Clinton, que afirmou sua percepção de que a Presidenta Dilma Rousseff está *“comprometida com a transparência da administração pública e com o combate à corrupção”*.

Precisamos acreditar que essa constatação é verdadeira, o que nos enche de esperança de que nossa Presidenta empunhou a bandeira da moralidade na gestão da coisa pública.

Mas não parou aí o alento de que as autoridades começaram a assumir posturas fundamentais para a restauração dos valores éticos e morais básicos do sistema democrático e do Estado de Direito.

Tanto o Ministro Ayres Britto como a Ministra Cármen Lúcia afirmaram textualmente, em seus discursos de posse, que a liberdade de opinião e de expressão é inseparável da democracia.

Coube ao Presidente da OAB, Ophir Cavalcanti, enfatizar a urgência do julgamento pelo STF dos envolvidos no escândalo do mensalão. Atribuiu o Presidente da OAB – equivocadamente, segundo entendo – a existência de caixa dois ao financiamento privado das campanhas eleitorais.

Engano, primeiro porque o financiamento não é apenas privado, pois os partidos políticos dispõem da participação no fundo partidário; segundo porque o grande responsável por recursos não contabilizados em nosso país é o sistema orçamentário autorizativo, frouxo e sem rigorosa fiscalização. Se o Orçamento fosse impositivo, isto é, de execução obrigatória, permitiria transparência e controle da sociedade, além de restaurar a função fiscalizatória dos Parlamentares. E, terceiro, porque o mais forte apelo à corrupção é a ganância associada ao tráfico de influência.

De qualquer forma, ficamos com um bom saldo positivo de intenções moralizadoras na semana que passou. Vamos acompanhar atentos o futuro imediato. Obrigado, Sr. Presidente. (24/04/2012)

Contra o voto em lista fechada nas eleições proporcionais

Sr. Presidente, Deputado Inocência Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, eu queria falar um pouco mais sobre o voto em lista partidária. O Relator da reforma política, que na verdade é uma proposta simplificada de reforma do sistema eleitoral, propõe o sistema proporcional de voto em lista partidária em substituição ao atual sistema proporcional de voto nos candidatos ou na legenda partidária.

Nenhum sistema eleitoral é perfeito. Mas precisamos atentar para aquele que mais universaliza a participação popular e melhor atende ao objetivo das eleições dentro do contexto político-institucional vigente.

O art. 1º da Constituição Federal estabelece em seu parágrafo único que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos...”*.

Entende-se como povo a matriz populacional de uma nação na sua totalidade, na sua integridade, da qual exercem o direito de voto as pessoas que estão habilitadas conforme a legislação eleitoral.

O povo se organiza em agremiações político-partidárias para exercer o poder através de seus representantes eleitos, pressupondo-se que os perfis partidários agregam segmentos populacionais identificados com seus princípios, ideologias, diretrizes, programas de cada partido etc.

O elevado número de partidos políticos no contexto brasileiro conduz para uma situação de grande superposição de propostas, impossibilitando a militância dos filiados, normalmente um número mínimo exigido por lei, e eliminando, por consequência, a organicidade, a capilaridade social desses partidos.

Nessa realidade partidária, o voto em lista significa, na prática, a nomeação dos representantes do povo por uma minoria de dirigentes partidários, os quais, por mais expressivas que sejam suas lideranças, não podem, é claro, usurpar a vontade popular.

Portanto, antes de introduzir um sistema, que nessa conjuntura será nocivo à democracia, devemos promover uma reforma partidária que elimine as distorções criadas em nome da pluralidade política. (08/05/2012)

Repúdio à proposta de alteração do nome da Ponte Rio-Niterói

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, uso da palavra neste minuto para registrar a minha frustração com a proposta que o Presidente da OAB do Rio de Janeiro apresenta ao Presidente da Casa de trocar o nome da Ponte Rio-Niterói de Ponte Artur da Costa e Silva para Betinho.

Com todo o respeito à memória do Betinho, penso que essa é uma forma indigna de apagar a história do Brasil. O Brasil tem a sua história, que agradou a uns e a outros, mas não devemos fazer dessa forma. Além do mais, esta Casa não é uma Câmara de Vereadores, para preocupar-se com troca de nome de rua, de nome de ponte, para homenagear A, B ou C. Esta Casa tem de cuidar dos problemas sérios que estão acontecendo. Vamos respeitar o povo brasileiro! (30/05/2012)

Pela Defesa da Lei da Ficha Limpa

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa um projeto de lei que autoriza os agentes públicos que foram condenados pelo Tribunal de Contas da União a disputar eleições, contrariando frontalmente o que estatui a Lei da Ficha Limpa.

É preocupante como são usados artifícios de toda natureza para contrariar a vontade popular expressa num projeto de lei de iniciativa popular que tramitou nesta Casa e que foi inclusive, por uma questão de anterioridade, deixado de ser aplicado em 2010. Definiu-se, agora, que será aplicado a partir das eleições deste ano, como que se buscasse burlar e esvaizar essa lei moralizadora num momento em que a Nação toda está perplexa diante de fatos de corrupção denunciados diariamente em nosso País.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, isso só aumenta o descrédito desta Casa diante da Nação. Não sei onde isso vai parar! Há poucos dias, foi aprovado aqui a toque de caixa por votação simbólica um projeto excluindo aqueles que têm problemas com o julgamento de suas contas de campanha.

Então, aos poucos, a Lei da Ficha Limpa, que é resultante do anseio manifesto da Nação através de projeto de lei aprovado nesta Casa, vai sen-

do esvaziada, vai sendo contornada e nós, cada vez mais, vamos descendo a ladeira. Os Parlamentares já não podem mais andar na rua porque são acusados de bandidos, de ladrões e que esta Casa é um biombo para acomodar bandidos. Isso é uma vergonha.

Eu estou indignado com isso. Nunca vi isso nesses meus 30 anos de mandato nesta Casa. O que está acontecendo? Que País é este? Alerto aos meus queridos companheiros para que pensem nisso. Vamos restaurar um pouco da moralidade que ainda possa existir nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente. (31/05/2012)

Minuta sobre a regulamentação dos serviços de radiodifusão no país

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem o jornal *Folha de S.Paulo* publicou, na íntegra, a minuta do decreto que o Governo está preparando para regulamentar os serviços de radiodifusão. Sob o título *Características dos serviços das entidades e das outorgas*, consta o seguinte: “É vedada a cessão ou o arrendamento, total ou parcial, da outorga de serviço de radiodifusão, seus análogos ou auxiliares.”

Ontem, o Ministro das Comunicações negou que houvesse qualquer coisa contra programas independentes, como é o caso dos programas evangélicos. Ou o Ministro não leu ou interpretou de forma diferente o texto que consta do decreto. (05/06/2012)

Homenagem aos 90 anos do Rádio no Brasil e os 50 anos da ABERT

Sr. Presidente, Deputado Eduardo Gomes, a quem mais uma vez saúdo pela feliz iniciativa de convocar esta sessão solene; colegas Parlamentares; Sr. Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, Emanuel Carneiro; empresários; radiodifusores; radialistas; senhoras e senhores, também preparei um discurso para ler aqui, mas vou usá-lo mais como um roteiro, porque falarei de improviso. É uma grande satisfação para mim representar nesta sessão solene o PSD, o meu partido, por indicação e designação do meu Líder, o Deputado Guilherme Campos.

Como já aqui citado, o rádio começou no Brasil nos anos 20 do século passado, quando um grupo de radioamadores, lá em Pernambuco, em caráter experimental, científico, iniciou estudos sobre a transmissão radiofônica por ondas eletromagnéticas, sem fio.

Depois, no Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do 1º Centenário da Independência, empresários americanos trouxeram um transmissor experimental, colocaram no alto do Corcovado e fizeram a transmissão do pronunciamento do Presidente Epitácio Pessoa e também da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, diretamente do Teatro Municipal.

A tecnologia que propiciou esse evento histórico foi encampada por Roquette-Pinto, que, com o apoio da Academia Brasileira de Ciências, instalou a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, hoje *Rádio MEC*, a mais antiga reconhecida em nosso País. Desde então, em todos os Estados, foram se proliferando, com essa tecnologia, as transmissões radiofônicas.

Nos anos 50, empresários do setor de radiodifusão começaram a se articular para organizar uma associação que os representasse, uma vez que tramitava no Congresso Nacional o projeto de lei que seria o primeiro marco das telecomunicações. À época, a televisão também já engrossava as fileiras da radiodifusão.

Essa lei veio a ser promulgada em 1962, sob o nº 4.117, com inúmeros vetos do Presidente da República, os quais foram justamente o marco inicial da grande luta dos radiodifusores. E a origem da ABERT como associação se deu justamente com o objetivo de derrubar esses vetos, o que foi conseguido.

Além da defesa dos legítimos interesses do setor, a ABERT propugnava, de forma intransigente, a garantia da liberdade de opinião e expressão. Os vetos apostos à Lei nº 4.117/62 buscavam permitir maior controle por parte do poder concedente aos meios de comunicação social. Portanto, as tentativas de hoje de controlar o conteúdo da mídia, senhores, vêm de longa data. As ideologias contrárias aos valores e liberdades individuais e coletivas que existiam naquela época são as mesmas que persistem nos dias de hoje, mais potencializadas, inclusive. Desde então, a ABERT se transformou no grande interlocutor entre o setor de radiodifusão e o poder concedente.

Os governos militares deram absoluta prioridade à implantação do que preconizava a Lei nº 4.117/62: criaram o Conselho Nacional de Telecomunicações — CONTEL, precursor do Ministério das Comunicações; o Departamento Nacional de Telecomunicações — DENTEL, para fiscali-

zar o setor; o Fundo Nacional de Telecomunicações — FNT, e a Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL, a grande empresa de telecomunicações.

Ainda na segunda metade dos anos 60 do século passado, engenheiros do Instituto Militar de Engenharia foram convocados pelo CONTEL para a definição do sistema de TV em cores a ser adotado no Brasil e elaboração do Plano Nacional de Distribuição de Canais de Televisão em VHF.

Engenheiro eletrônico e economista, tive o privilégio de participar desses trabalhos, que resultaram na alocação dos canais de TV e na escolha do sistema alemão PAL, modificado, para TV em cores, conhecido como PAL-M.

A ABERT, naturalmente, ofereceu subsídios fundamentais para acesso às informações técnicas existentes para todos os sistemas de TV em cores da época — o americano, o francês e o alemão.

Memorável foi também a participação da ABERT na condução da distensão das grades de programação das emissoras de rádio e televisão após a promulgação da Lei de Anistia, em 1979. Tive o privilégio de conduzir parte desse processo na condição de Diretor do DENTEL e vivi, junto com os radiodifusores e radialistas, a alegria da abertura política rumo à democracia.

Outro momento ímpar de intensa contribuição da ABERT foi durante a Assembleia Nacional Constituinte. Na época, tive a honra de presidir a Subcomissão que tratou da matéria cujo resultado foi a proposição do que hoje constitui os arts. 220 a 224 da Constituição Federal.

Em tempos mais recentes, a ABERT contribuiu nos estudos e debates para a definição do sistema de TV digital, e, neste momento, acompanha a proposta de um decreto presidencial, em fase de elaboração, que visa consolidar e ajustar as normas infralegais estabelecidas para a radiodifusão. Saúdo, portanto, por intermédio da ABERT, que ora completa meio século de existência e que tenho acompanhado muito proximamente desde o início, o setor de radiodifusão do Brasil, reconhecendo seus relevantes serviços prestados e reafirmando o entendimento de sua importância como fator de integração sociocultural do nosso País.

A história da ABERT nos dá a tranquilidade de que o País continuará contando, neste tempo de transição criado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, com uma instituição representativa e atuante, nos acirrados debates que já podemos prenunciar para o futuro imediato.

Parabéns aos profissionais, homens e mulheres, que trouxeram a ABERT até este ponto e aos quais saúdo na pessoa de seu atual Presidente, o Sr. Emanuel Carneiro, e de sua diretoria. Foi uma honra para mim representar o meu partido, o PSD, nesta sessão solene. Que Deus os abençoe!

O Sr. Onofre Santo Agostini - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Concedo um aparte ao nobre Deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Onofre Santo Agostini - Deputado Arolde de Oliveira, V.Exa. foi escalado pelo nosso partido para representá-lo nesta sessão solene, e quero apenas fazer uma manifestação em nome do meu Estado, Santa Catarina. As rádios tiveram fundamental importância no nosso desenvolvimento e crescimento, principalmente nas horas difíceis que vivemos em 1984 e recentemente. Por isso, justa é a manifestação de V.Exa., e eu, na condição de catarinense, parablenizo a ABERT. À querida *Rádio Coroa-do*, da minha terra de Curitibaanos, à *Rádio Clube de Lajes* e a tantas outras rádios catarinenses, parabéns pelo trabalho extraordinário que realizam em prol do desenvolvimento do Estado. Cumprimento igualmente todas as rádios dos demais Estados brasileiros. Agradeço a V.Exa., Deputado Arolde de Oliveira, e ao Presidente a oportunidade. Obrigado.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Obrigado, Deputado. Senhoras e senhores, com as palavras do querido Deputado Onofre Santo Agostini, encerro a minha manifestação. Minha saudação a todos. Que Deus nos abençoe e que possamos continuar juntos. (19/06/2012)

Crítica às propostas do anteprojeto do Novo Código Penal

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o Senado Federal formou Comissão Especial de Juristas com o objetivo de propor anteprojeto de reforma do Código Penal brasileiro, segundo o entendimento de que estaria defasado e de que deveria incluir novos crimes que assolam a sociedade.

Em primeiro lugar, precisamos esclarecer que Código Penal é uma consolidação de leis promulgadas em qualquer tempo e que definem quais condutas são crimes, sua gravidade e respectivas punições.

Por conseguinte, o Código Penal não ficou desatualizado desde a consolidação de 1940, uma vez que o processo legislativo não deixou de pro-

duzir legislação penal nesse período. Inclusive, hoje, centenas, senão milhares, de projetos estão tramitando nas duas Casas, tratando, no mérito, de novas modalidades de crimes.

A Comissão Especial apresenta, no seu pacote de propostas, temas polêmicos, como: a descriminalização do aborto; a legalização da eutanásia; a legalização de prostíbulos e, por conseguinte, da profissão de prostitutas e prostitutas; a descriminalização das drogas; a criminalização da homofobia (essa proposta já está em tramitação no Senado), entre tantos outros temas polêmicos.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é claro que existem justificativas para essa maneira de abordar a revisão do Código Penal, mas é muito intrigante e estranho que essas matérias polêmicas, todas elas já tramitando na Casa, entre tantas outras, estejam contidas na terceira edição do Plano Nacional de Direitos Humanos, o PNDH-3.

Fica uma sensação de que o processo legislativo está sendo terceirizado em benefício de minorias e também uma certeza, ou quase certeza, de que se trata de uma estratégia de votar essas matérias polêmicas ao arripio da vontade consciente da maioria da população brasileira, representada no Congresso Nacional. Ou estou equivocado? Que eu, então, esteja equivocado, Sr. Presidente.

Peço a V.Exa. que permita o registro integral deste pronunciamento e determine sua divulgação nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigado.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Senado Federal formou uma Comissão Especial de Juristas com o objetivo de propor um anteprojeto de reforma do Código Penal brasileiro, segundo o entendimento de que estaria defasado e de que deveria incluir novos crimes que assolam a sociedade.

Em primeiro lugar, precisamos esclarecer que o Código Penal é uma consolidação de leis promulgadas em qualquer tempo e que definem quais condutas são crimes, sua gravidade e respectivas punições.

Por conseguinte, o Código Penal não ficou desatualizado desde a consolidação de 1940, uma vez que o processo legislativo não deixou de produzir legislação penal nesse período. Inclusive, hoje, centenas de projetos estão em tramitação nas duas Casas, tratando, no mérito, de novas modalidades de crimes.

A Comissão Especial concluiu seu trabalho, iniciado em agosto de 2011, com inúmeras sugestões de novos crimes ou alterações para outros que já são regulados.

Se essas matérias, principalmente as mais polêmicas, já são objeto de estudos e acalorados debates no âmbito de atuação dos representantes eleitos pela Nação para fazerem as leis, qual é a necessidade de tal comissão, por mais qualificada que seja, como é o caso?

A diversidade dessas matérias e a complexidade de algumas delas não recomendam, absolutamente, uma tramitação em pacote, simultânea, a menos que alguma razão obscura, o que não deve ser o caso, justifique abandonar a boa técnica legislativa.

A Comissão Especial apresenta no seu pacote de propostas temas polêmicos, como: a descriminalização do aborto, com a inclusão de incapacidade psicológica alegada pela gestante como motivo para interromper a gravidez; a regulamentação da eutanásia; a legalização de prostíbulo e, como consequência, da profissionalização da prostituição; a descriminalização das drogas; criminalização da homofobia, que é matéria em final de tramitação no Senado (PL 122); e a redução da idade, nos casos de pedofilia, estupro de vulnerável, de 14 para 12 anos.

Essas matérias são objeto, como eu já disse, de projetos de lei específicos em tramitação no Congresso. Alguns até já foram apreciados e derrotados, como, por exemplo, o da profissão de prostituta; ou foram recentemente votados, como é o caso do relativo a estupro de vulneráveis (Lei nº 12.015, de 2009).

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, claro que existem justificativas para essa maneira de abordar a revisão do Código Penal, mas é muito intrigante que essas matérias polêmicas, entre outras, estejam todas contidas na terceira edição do Plano Nacional de Direitos Humanos – PN-DH-3.

Fica uma sensação de que o processo legislativo está sendo terceirizado em benefício de minorias e de que o povo brasileiro está sendo usurpado de sua representação no Congresso. Fica, também, uma sensação, quase certeza, de que se trata de uma estratégia de votar essas matérias polêmicas ao arrepio da vontade consciente da maioria da população brasileira, representada no Congresso Nacional. Ou estou equivocado? Que eu, então, esteja equivocado. Obrigado. (04/07/2012)

Maioridade do Partido Social Democrático

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu pedi para fazer o registro da decisão do Supremo Tribunal Federal, concluída na sexta-feira passada, concedendo plenos direitos ao Partido Social Democrático.

Com isso, seus Parlamentares e o próprio partido assumem o exercício pleno de seus direitos e suas prerrogativas em todas as instâncias, nos três níveis de governo: nas Assembleias, nas Câmaras de Vereadores e, naturalmente, nesta Casa e no Senado Federal.

Quero dizer que foi uma longa jornada, mas que se encerra com a Justiça entendendo aquilo que, desde o início, era o nosso entendimento: o PSD veio para ficar. É um partido que prestará grande contribuição ao País. É o que nós esperamos. Muito obrigado.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu em sessão plenária reconhecer o direito de pleno funcionamento do Partido Social Democrático — PSD, encerrando seu ciclo de legalização e garantindo a plenitude do exercício dos direitos e prerrogativas, partidárias e parlamentares, nos três níveis de representação — federal, estadual e municipal.

Foi uma longa jornada, cheia de incertezas, percorrida por uma plêiade de políticos, homens e mulheres, determinados, serenos, conscientes e focados na certeza da vitória organizacional da legenda e no elenco de oportunidades para participar da evolução da sociedade brasileira.

Mais de 1 milhão de brasileiros e brasileiras prestaram apoio para o cumprimento das etapas de registro do partido, o que fortalece nossa certeza na oportunidade de criarmos uma alternativa partidária moderna e sintonizada com os anseios populares.

Lembramos, também, a importância dos nossos partidos de origem, os quais garantiram às nossas bancadas uma diversidade oportuna, necessária e criativa, neste tempo de reflexão sobre o significado dos partidos políticos, não obstante algumas incompreensões gratuitas, assacadas por pessoas menos habituadas ao convívio democrático.

A tudo superamos com paciência e humildade, aquela que decorre da grandeza de propósitos assestada na contribuição, que temos a certeza de dar, para a prática de uma nova política, mais republicana, mais aberta, mais orgânica e mais transparente.

Esse ciclo de incertezas do PSD agora é passado, uma página virada, a qual nos coloca no marco zero da nossa linha do tempo, onde vislumbramos enormes desafios para superação e grandes oportunidades de transformação sociopolítica, socioeconômica e sociocultural na história imediata do nosso Brasil. Ombro a ombro com nossos pares, vamos marchar com determinação, coragem e sabedoria nessa direção. (04/07/2012)

Pela instituição do Dia Nacional de Valorização da Família

Sr. Presidente. Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni, pela sua generosidade. Eu quero somente fazer o registro de um pronunciamento sobre a instituição do Dia Nacional de Valorização da Família ocorrido no último mês de maio. Ao mesmo tempo, informo que dei entrada, junto com outros companheiros, a requerimento pedindo a realização de uma sessão solene justamente para comemorarmos a promulgação da Lei nº 12.647, de 2012, que institui o Dia Nacional de Valorização da Família, essa instituição tão importante da sociedade e que tem sido tão agredida e tão combatida nos últimos tempos. Agradeço e peço a V.Exa. que dê divulgação nos meios de comunicação da Casa.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nunca antes a família sofreu tantos ataques e tantas ameaças. São muitas iniciativas, algumas até mesmo protagonizadas pelo poder público, que fragilizam a família, colocam em risco a relação entre pais e filhos e descontroem antigos e importantes valores familiares como o respeito, a submissão, a lealdade, a fidelidade.

Não é difícil encontrarmos todos os dias, na arte, na música, nas novelas, na literatura, situações e episódios de desrespeito às famílias. Cenas de ódio entre pais e filhos, irmãos e até mesmo entre cônjuges, são comuns nas novelas, nos folhetins, nos contos, nos filmes. O adultério, a traição, a mentira, o descaso, o abandono, a violência e a falta de solidariedade entre familiares são ingredientes presentes no dia a dia do brasileiro, quer na arte, na ficção, na vida real. Vivemos a banalização da família e de seus valores.

Felizmente, instituições em todo o País reagem e se levantam em defesa da família brasileira. Ações e iniciativas que visam a proteger a família são encontradas em todos os lugares do Brasil. E aqui quero

cumprimentar todos os movimentos pró-família desta Nação, em especial os movimentos, programas e projetos de iniciativa da Igreja Evangélica Brasileira.

Nesse sentido, venho a esta tribuna para celebrar a recente promulgação de uma importante lei.

No mês de maio, a Presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.647, de 2012, que institui o Dia Nacional da Valorização da Família, a ser comemorado anualmente, no dia 21 de outubro, em todo o território nacional. A promulgação da referida lei foi recebida com alegria e entusiasmo por toda a sociedade.

Com a aprovação da lei, espera-se que eventos e atividades sejam realizados na data de 21 de outubro, promovidos pelos diversos segmentos da sociedade, destacando os valores da família e reconhecendo a instituição como célula indispensável na formação de verdadeiros cidadãos e para a construção de um País justo e solidário.

Entendo, Sr. Presidente, que o Dia Nacional de Valorização da Família é também uma data para despertar e alertar todos para os problemas que afligem a família brasileira, como a violência doméstica, o trabalho infantil, o consumo de drogas, o desemprego, a falta de condições dignas de moradias, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação com qualidade, entre outros.

Quero registrar que foi com muita alegria que protocolei um requerimento para a realização, no mês de outubro, de uma sessão solene com o objetivo de comemorarmos a promulgação da Lei nº 12.647, de 2012, e ao mesmo tempo, neste plenário, realizarmos uma grande reflexão com a sociedade e os poderes públicos sobre a necessidade e a importância de valorização e fortalecimento da família para a construção de um futuro mais próspero, solidário e menos violento.

Meu desejo é que doravante o dia 21 de outubro passe a ser uma data lembrada e comemorada por todos os brasileiros. Muito obrigado.
(10/07/2012)

Crítica à baixa qualidade dos serviços das operadoras de telefonia móvel

Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, colegas Parlamentares, quero fazer algumas considerações sobre a crise de qualidade por que passa o setor de telecomunicações, em particular o de telefonia, mais especificamente o de telefonia móvel.

Na realidade, o problema ocorre desde quando foi criada a ANATEL, agência estatal destinada a fiscalizar os serviços de telecomunicações. Infelizmente, com o passar do tempo, sobretudo nos últimos 10 anos, a ANATEL passou a assumir a posição de órgão de Governo e, naturalmente, seguir as flutuações das necessidades e dos interesses governamentais. Com isso, deixou de fiscalizar.

Os índices de avaliação de desempenho de qualidade das operadoras privatizadas foram substituídos rapidamente pela Taxa Interna de Retorno – TIR, como se bancos fossem. Os terminais vendidos passaram a fazer parte do melhor negócio das empresas, e não a prestação do serviço de telecomunicações. Consequentemente, a qualidade dos serviços caiu, e hoje vivemos uma crise avançada e, sem simplificar, de difícil solução.

Enquanto nos países desenvolvidos – Estados Unidos, países da União Europeia e outros – há, em média, 1.000 a 1.500 assinantes por Estação Rádio Base, por antena instalada, nas principais cidades brasileira – cito o Rio de Janeiro e São Paulo –, há mais de 4 mil assinantes por antena. Isso significa, descontadas pequenas alterações, que a qualidade do serviço aqui prestado é de apenas 30% em relação à esses países. Então, na realidade, as empresas operadoras, a cada equipamento móvel vendido, seja um celular, seja um iPad, seja um WAP, seja qualquer outro equipamento, estão vendendo algo que não funciona, enganando o consumidor.

Essa crise tem que ser resolvida, Sr. Presidente. E a única solução que existe para vencê-la é o compartilhamento de infraestrutura. Não existe dinheiro nem tempo suficiente para rapidamente alcançarmos os índices internacionais de qualidade de serviço e de acessibilidade a essas ERBs.

Por conseguinte, a ANATEL tem que adotar uma postura de órgão de Estado e decidir com as operadoras o compartilhamento de infraestrutura. O compartilhamento tem que ser mandatório, ou não resolveremos o problema. Obrigada, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer. **(21/08/2012)**

Contra as aberrações do projeto da Reforma do Código Penal

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, ocupo este espaço da Liderança do meu partido para continuar registrando as aberrações contidas no projeto do novo Código Penal, que tramita em Comissão Especial no Senado Federal.

Todo dia, quando lemos com mais atenção alguma coisa, encontramos novidades. A novidade que trago agora está no art. 483, o último artigo do projeto, aquele que diz: “*ficam revogadas as disposições em contrário*” ou “*revoguem-se as leis, os regulamentos*”, enfim, “*os institutos seguintes*”, e vai enumerando um por um. Nesse artigo, o art. 483, em que não há como se identificar do que se trata, consta a revogação total de leis muito importantes da área de biossegurança. Foi aprovada a Lei nº 11.105, de 2005, uma lei deste milênio, que tramitou na Casa e que foi debatida e discutida em audiências públicas. Os representantes desta Nação, que são os Deputados, aprovaram essa lei, que foi ao Senado, a Casa revisora, e foi sancionada. Pois ela volta a ser tratada no Código para revogar todos aqueles aspectos que criminalizam a manipulação não autorizada, a comercialização etc. de embriões humanos, inclusive deixando uma *vacatio legis*, uma falta de legislação nesta área.

Esse é um dos fatos recentes que encontramos no texto, quase que por acaso, mas existem outras tantas contradições.

É mais grave, por exemplo, alterar um produto cosmético do que cometer assédio sexual. Está lá nos arts. 233 e 184 desse mesmo documento, do projeto do novo Código que tramita no Senado Federal.

Destruir um ninho de passarinho é mais grave do que manter uma criança presa sem motivo, é mais grave do que uma autoridade manter uma criança em cárcere privado. Está lá no art. 238, inciso II, e no art. 488. E assim vai.

Esta revisão do Código teve outro objetivo, que não era o de fazer uma consolidação de leis ou de fazer uma revisão jurídica, perfeita, equilibrada. Foi um biombo para acomodar interesses escusos e que se fossem explicitamente colocados numa lei não tramitariam na Casa, como é o caso da homofobia, do aborto e de tantos outros temas que precisam estar inseridos em projeto de lei para tramitarem.

Vou falar de outra questão. Por exemplo, bater em um animal doméstico dará uma pena de 4 anos de prisão. Porém, machucar uma pessoa é crime de lesão corporal, mas a pena é de apenas 6 meses. Então, se o cachorro do

vizinho lhe morder ou morder o seu filho, não bata no cachorro, parta para cima do vizinho e quebre a cara dele, porque não vai acontecer nada – são somente 6 meses. Mas se bater no cachorro a pessoa vai amargar 4 anos de prisão. Isso está no art. 391 e no art. 129. E assim vai, Sr. Presidente. Isso ocorre porque esta revisão de Código Penal começou errada, começou com um grupo de juristas que não têm nenhuma representação.

Existe na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara uma Subcomissão que trata justamente da legislação sobre crimes e penas e que produziu um relatório muito equilibrado. O Relator é o Deputado Alessandro Molon. O relatório é equilibrado e tirou esses temas polêmicos, a fim de que o Código Penal possa ser realmente aprovado e modernizado. Esse é o documento que temos de seguir e apoiar. E outra coisa: a Subcomissão usou consultoria externa, sim, mas de associações representativas da sociedade, cujos presidentes e dirigentes foram eleitos pelo povo. Portanto, isso é audiência pública. Não são apenas pessoas que têm uma vida pública ilibada, mas são pessoas que têm opiniões. Essa é a diferença. Não houve usurpação da vontade popular no documento que tramita na Câmara. Houve essa usurpação no Senado Federal. Muito obrigado. (05/09/2012)

Relatório sobre a Missão Oficial em Israel

Sr. Presidente, eu acabo de chegar de uma viagem oficial, autorizada por esta Casa, a Jerusalém, Israel, onde tive o privilégio de participar de uma conferência promovida pela Fundação Internacional dos Aliados de Israel.

Os principais temas debatidos foram os seguintes. Primeiro, a escalada armamentista nuclear iraniana. As autoridades de Israel estão convictas de que o Irã mantém acelerado processo de desenvolvimento de armas de destruição em massa e são conscientes de que seu país será seu primeiro objetivo bélico de aniquilação.

A consolidação de Jerusalém como Capital não dividida do Estado de Israel. Os judeus reivindicam o reconhecimento internacional de Jerusalém como Capital de fato e de direito do Estado e sugerem que representações diplomáticas devem ser transferidas de Tel Aviv para Jerusalém. A injustiça contra minorias não islâmicas no Oriente Médio. Sendo uma democracia que funciona num Estado de Direito, a única do Oriente Médio, o Estado de Israel pratica e defende os valores ocidentais das nações livres, como liberdade de expressão, liberdade de religião, direito de pro-

priedade, direito de ir e vir, direitos iguais entre homens e mulheres etc., e reage com veemência contra toda sorte de perseguições que ocorrem em outros países da região.

A parceria cristã-judaica também é um item de debate, considerado estratégico por Israel pela origem de fé comum no Velho Testamento, que é a Torá dos judeus.

Após visita aos pontos principais da cidade, foram desenvolvidos debates e palestras e produzida uma declaração de solidariedade com o povo e o Estado de Israel nesta hora crítica. O documento foi entregue ao Ministro das Relações Exteriores de Israel, Yuli (Yoel) Edelstein, após sua palestra em plenário.

Nesse período aconteceu também a Festa dos Tabernáculos, com muitos feriados. Tivemos o privilégio de participar dessa festa de tradição judaica e de ouvir as palavras do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu. Houve também apresentação pública dos Parlamentares participantes da conferência.

Confesso que é muito difícil para nós brasileiros entender a realidade do que se passa no Oriente Médio. Nós não temos conflitos de fronteiras, não temos problemas com nossos vizinhos. Desfrutamos das mais amplas liberdades individuais e coletivas. Por conseguinte, temos dificuldade para entender os problemas que ocorrem há mais de 3 milênios naquela região.

Com certeza, a diplomacia brasileira, com serenidade, sabedoria e sensibilidade, haverá de contribuir, juntamente com as demais nações livres do mundo, para tornar perene a ausência de guerra no Oriente Médio. Para nós, paz é convívio harmônico com os nossos vizinhos e respeito a todas as diferenças que temos em nosso País. No Oriente Médio, paz é simplesmente, apenas, ausência de guerra. Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o registro que eu queria fazer. Peço que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa. (09/10/2012)

Aumento da participação feminina nas eleições municipais de 2012

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é com imensa alegria que trago aqui o balanço das eleições que acabamos de realizar, em primeiro turno, constatando que as mulheres estão, rapidamente, ocupando seu lugar na política brasileira. Foram eleitas 621 mulheres em cidades do interior e uma na Capital, Boa Vista, e outra está disputando em Manaus.

Isso é gratificante para nós, que defendemos direitos iguais entre homens e mulheres. Dia virá em que esta Casa terá metade de mulheres e metade de homens, para fazer justiça à participação proporcional na política brasileira.

Esse resultado também foi muito importante porque se consolidou, neste quesito da participação feminina, a força do meu partido, o PSD, que elegeu 56 mulheres no Brasil, ficando na quarta posição. Na primeira posição ficou o PMDB, com 122 mulheres eleitas; na segunda, o PSDB, com 95; em terceiro o PT, com 67; e o PSD elegeu 56. Com isso, também confirmamos a nossa força política.

O Estado que mais mulheres elegeu proporcionalmente, duas para cada dez Prefeituras, foi a Paraíba – o Nordeste sempre nos dando aulas e mostrando como realmente conquistar a igualdade entre homens e mulheres.

A propósito, Sr. Presidente, dei entrada ontem no Projeto de Lei nº 4.497, que altera o § 3º do art. 10 da Lei das Eleições, a Lei nº 9.504, de 1997. Esse projeto de lei visa acelerar mais este processo de conquista do espaço político feminino, aumentando o percentual de vagas destinadas às mulheres dos atuais 30% para 50%, dentro de cada partido ou coligação.

Para não frustrar a expectativa masculina, propomos que seja dobrado o número de vagas na nominata para as cadeiras disputadas. E não se concede aumento do número de vagas para a disputa de candidatos simplesmente porque há coligação. Coligação e partido terão sempre o mesmo número de vagas. Essa é a minha proposta nesse projeto de lei. Muito obrigado. (10/10/2012)

Apoio ao pedido da OAB pela suspensão do Novo Código Penal

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, no final do mês de agosto, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, o Instituto Manoel Pedro Pimentel, da Universidade de São Paulo, e o Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais – ITEC publicaram manifesto sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal, tecendo pesadas críticas àquele texto e pedindo o sobrestamento do projeto de lei.

Esta semana foi a vez de a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, que veio a público pedir a suspensão da tramitação do projeto relativo ao novo Código Penal. Seu Presidente, Ophir Cavalcante, assim se pronuncia em vários trechos do manifesto. Primeiramente, requer ao Presidente Sarney maior e mais prudente discussão sobre o estatuto, humano e social, de longa duração, que afeta a vida, a liberdade, a segurança, o patrimônio e outros bens jurídicos de milhares de pessoas.

Diz que o pleito visa à ampla discussão nacional de assuntos fundamentais aos cidadãos e à sociedade, em especial junto à comunidade dos operadores jurídicos, das academias e instituições de direito, além de mestres e especialistas.

Acrescenta que somente a partir dessa providencial diligência poderá a OAB ter condições de oferecer emendas, resultantes das consultas que também vai promover.

Por fim, o Presidente do Conselho Federal da OAB relata que a história e os esforços da legislação penal brasileira não se harmonizam com a supressão do tempo exigível para a edição de um diploma penal afeiçoado não só à dignidade humana, mas também aos objetivos fundamentais de um Estado Democrático de Direito e de uma sociedade livre, como é a sociedade brasileira.

Fico muito feliz, Sr. Presidente, porque esse manifesto não foi feito pelo engenheiro, pelo economista Arolde de Oliveira, que não entende de Direito. Ele agora está se somando à origem da magistratura do Brasil, que é a OAB. Muito obrigado, Sr. Presidente. (16/10/2012)

Vender tecnologia 4G sem investir em infraestrutura é enganar a Nação

Sra. Presidente, colegas Parlamentares, eu queria, baseado nas notícias que estão todos os dias nas páginas dos jornais, falar um pouco sobre a quarta geração de telefonia móvel, que está programada para ser implementada no primeiro semestre do ano que vem em algumas cidades do Brasil.

A respeito desse assunto, as pessoas não entendem exatamente o que está ocorrendo. Nós não resolvemos ainda, Sra. Presidente, colegas Parlamentares, a questão da implantação do sistema de telefonia móvel de terceira geração – 3G.

Precisamos entender que esse problema foi longe demais e a solução para o sistema 3G hoje se tornou quase impossível para as empresas operadoras de telefonia móvel, que terão de fazer investimentos de bilhões, que não foram feitos porque a ANATEL, que se transformou em órgão de Governo, deixou de cobrar no tempo devido a adequação dos projetos para que tivéssemos hoje pelo menos 150 mil ERBs – Estações Rádio-Base para termos um serviço de padrão internacional.

Temos quantas ERBs no Brasil? Cerca de 50 a 60 mil, apenas, com 250 milhões de acessos, o que dá uma média de 4 mil assinantes por ERB, enquanto que no mundo todo a média para um serviço de boa qualidade é de cerca de mil a 1.500 acessos por ERB. E agora vão implantar a quarta geração, inclusive com uma frequência mais alta, o que fará com que os contornos e coberturas de cada ERB sejam reduzidos, menores, gerando a necessidade ainda maior de Estações Rádio-Base. Mas esses investimentos no 3G não foram feitos.

Vejo com muita cautela a capacidade do sistema de fazer os investimentos necessários e prestar um serviço de quarta geração de telefonia móvel adequado, uma vez que a qualidade do serviço de terceira geração é de apenas 30% do que seria razoável considerando-se o preço das tarifas cobradas no Brasil, talvez as mais altas do mundo. São essas minhas preocupações quanto a este tema, para as quais alerto a ANATEL e os órgãos do Ministério de Comunicação. **(17/10/2012)**

Comissão da Verdade promove perseguição aos cristãos

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, desejo fazer apenas alguns registros. O primeiro deles, triste. Imaginem que há uma nota da chamada Comissão Nacional da Verdade sobre a criação de um grupo de trabalho para investigar o papel das igrejas cristãs – católica e evangélica – no período da ditadura. Eu não consigo entender por que razão o revanchismo vai alcançar também as denominações religiosas, em particular essas duas, discriminando, inclusive, as demais.

Faço esse registro com tristeza, porque essa Comissão Nacional da Verdade, que é parte de um processo marxista, gramscista, que tem prosseguimento em nosso País e que sorrateiramente, sutilmente procura desmontar as estruturas de resistência ao marxismo em nosso País, desde 1964, faz agora carga sobre a Igreja, aliás, ratificando essa minha afirmação.

Fica evidente que todos aqueles elementos políticos propostos no Programa Nacional de Direitos Humanos, na sua terceira edição, estavam focados nesse projeto gramscista em nosso País. É muito triste, mas vamos reagir sempre. (07/11/2012)

Felicitações aos americanos pela reeleição de Barack Obama

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, outro registro que não posso deixar de fazer é a respeito da alegria que quero compartilhar com o povo norte-americano democrata por esta vitória: a reeleição do Presidente Obama. Não podemos esquecer que os Estados Unidos, até meados do século passado, praticava ainda o *apartheid* contra o negro. E o fato de o Presidente Obama ser negro e ser agora o Presidente reeleito põe definitivamente uma pá de cal no racismo eventualmente remanescente naquele país e serve de exemplo para outros países do mundo.

Parabéns ao povo norte-americano pela reeleição do seu Presidente. Isso traz um alívio internacionalmente, porque a atual política externa dos Estados Unidos está de acordo com essa situação de instabilidade econômica, e isso nos dá uma segurança. Qualquer mudança, neste momento, poderia ser extremamente grave para a humanidade. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, colegas. (07/11/2012)

Defesa dos Estados Produtores aos Royalties do Petróleo

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, venho fazer dois registros. O primeiro é sobre a questão da distribuição dos *royalties*, a forma como foi negociada a votação de ontem. Tínhamos já um entendimento com o Relator, uma redação que era menos nociva aos Estados produtores, mas, para nossa perplexidade, esse acordo não foi cumprido. Acabou vencendo, na votação final, a maioria – o sistema é democrático, o Estado é de Direito, por enquanto. Portanto, perdemos, e os Estados produtores agora estarão em dificuldade. Eu lamento muito. Sim, Sr. Presidente, estou à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - “Por enquanto”?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - É porque eu tenho outra tese, que vou levantar oportunamente. É por enquanto, sim, graças a Deus. É a nossa reação.

Então, eu lamento muito que tenha ocorrido esse tipo de votação. Contamos com a Presidente Dilma, que, por várias oportunidades, declarou que não causaria prejuízo aos Estados que já tivessem os orçamentos baseados no licitado. Enfim, vamos aguardar a posição da Presidente da República. Nós acreditamos que ela poderá encontrar uma solução, principalmente vetando esse projeto e apresentando uma nova solução. (07/11/2012)

Homenagem ao compositor Ary Barroso

Hoje é o Dia do Radialista. Quero prestar uma homenagem a um dos maiores radialistas que nós tivemos no Brasil, Ary Barroso. Ele era um artista, poeta, compositor e um rubro-negro fanático. Entre as coisas mais importantes na minha juventude e mocidade, eu apreciava – não sou rubro-negro – ver Ary Barroso irradiando um jogo de futebol quando o Flamengo estava jogando mal. Era cômico. Esta homenagem ao radialista é muito importante. A radiodifusão no Brasil se iniciou no começo do século passado, com os radioamadores da época, e, desde então, veio evoluindo e se tornou num fator de integração nacional em nosso País. Eu peço a V.Exa., Sr. Presidente, que me conceda mais 1 minuto para eu concluir.

O radialista, enquanto comunicador, foi o grande veículo, o conteúdo desse fator de integração nacional. Depois das rádios em ondas médias, com modulação em amplitude, nós tivemos, nos anos 80, o advento da rádio FM, que se transformou no grande meio de comunicação quente das nossas comunidades até hoje, a radiodifusão.

E o radialista continua sendo aquela figura muito importante para manter a população bem informada, a tempo e a hora, perfeitamente integrada aos outros meios de comunicação, principalmente à internet. Eu saúdo, portanto, todos os radialistas do nosso Brasil, reconhecendo seu trabalho importante como um fator de integração nacional em nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente e colegas. (07/11/2012)

Equívoco no artigo 70 que criminaliza as frequências radioelétricas

Sra. Presidente, colegas Parlamentares, nós estamos aqui diante de – acredito eu – um erro técnico. Vejam o que diz a Lei nº 4.117, no seu art. 70: criminaliza todos os serviços de telecomunicações que usam frequências radioelétricas. É isso o que acontece lá na Lei nº 4.117. E mais, determina que os equipamentos, uma vez operando irregularmente, sejam apreendidos, sejam retirados de operação e lacrados.

Aqui liberou geral. É um erro que está sendo cometido, porque pegou o art. 70, que fala de todos os serviços, e reduziu apenas aos serviços de radiodifusão, cujas frequências são mínimas: FM, onda média, onda curta. Não tem mais do que isso. E ainda descriminaliza até 100 watts.

Nós estaremos cometendo um equívoco e gerando uma tremenda confusão, se aprovarmos esse artigo como ele está redigido. A intenção do meu antecessor que defendeu não está explícita aqui. Ele fala uma coisa, aqui tem outra. Nós precisamos, caros colegas, atentar para o fato de que estamos criando um instrumento, inclusive, de alto risco para a navegação aérea e para outros serviços de telecomunicações, descriminalizando tudo.

É o que nós estamos fazendo aqui. Então, eu apelo a todos os senhores que atentem para isto: nosso destaque do PSD é no sentido de retirarmos, de votarmos em separado esse artigo, para que nós não tenhamos esse problema.

Estou dizendo que essa é uma questão técnica. Quem leu isto aqui não sabe o que é radiodifusão, não sabe o que é frequência radioelétrica, não sabe o que é watt, misturou tudo. É uma brincadeira o que está colocado aqui.

Eu alerto a Liderança do Governo para que esses temas, depois, não sejam judicializados, não acabem em ações na Justiça. E já falo antecipadamente que, se nós não formos felizes nessa argumentação, que a Presidente da República atente para isso, para vetar esse absurdo que vai lançar o caos no setor de telecomunicações. Muito obrigado, Presidente e colegas. (20/11/2012)

Homenagem ao Dia Nacional de Valorização da Família

Sr. Presidente, ilustres integrantes desta Mesa, colegas Parlamentares, senhoras e senhores que prestigiam esta sessão solene. No dia 17 de maio deste ano, a Presidente da República sancionou a Lei nº 12.647, instituindo o Dia de Valorização da Família, a ser comemorado anualmente no dia 21 de outubro em todo o território nacional.

A família tradicional, como célula básica da sociedade, constitui-se numa cidadela de resistência à degradação dos nossos valores socioculturais, sociopolíticos e socioeconômicos. Eis porque o cuidado com a valorização e o fortalecimento da família é fundamental. A família tradicional, conforme definida na Constituição Federal, fundamenta-se nos princípios e valores cristãos, que, desde o descobrimento do Brasil, impregnam a formação histórico-cultural do povo brasileiro.

Não podemos esquecer a origem cristã da nossa nacionalidade, iniciada com uma missa, no primeiro dia dos descobridores em terra firme, e consolidada pelas Entradas, pelas Bandeiras, pelas tropas portuguesas, sempre acompanhadas de padres jesuítas em missão de catequizar. Esse o conteúdo histórico da família tradicional brasileira que, ao formato biológico, adicionou os princípios, convicções e valores cristãos.

Os dados divulgados pelo Censo de 2010 revelaram novas características das famílias brasileiras. Cresceram as uniões informais, os casamentos inter-raciais, as separações e os divórcios. Pouco mais de um terço de brasileiros que viviam algum tipo de união conjugal não formalizaram o casamento no civil ou no religioso. A chamada união consensual foi a única

que teve crescimento na década, passando de 28% para 36%. A proporção das pessoas casadas no civil e no religioso, no mesmo período, caiu de 49% para 42%. A proporção de divorciados quase dobrou em 10 anos, passando de 1,7% da população para 3,1% da população. Os casados caíram de 37% para 34%. Mais, o arranjo familiar mais comum continua a ser o de casais com filhos, 55%. Porém, em 2000, era de 63%.

Estes são alguns dados que nos dão conta de que está havendo uma transformação na estrutura familiar. Os grandes problemas enfrentados pelas famílias, entre outros, são famílias divididas quer por relações matrimoniais desfeitas, quer por separações impostas por questões laboriais ou outras, como as enormes implicações da realidade da toxicod dependência, fator de desmembramento e desgaste humano e social, e ruptura das relações familiares.

Outra questão é a tarefa educativa dos filhos, compartimentada entre a escola e os pais muitas vezes sem pontos de diálogo e de convergência, e muito influenciada por fatores quase sempre alheios a fins educativos, como são os veiculados pela mídia de um modo geral, televisão e rádio e outros meios de comunicação, que podem ser fortemente deformadores não só das camadas mais jovens como de todo o tecido familiar e social.

Cito ainda a educação sexual dos adolescentes e dos jovens, cuja responsabilidade tem sido negligenciada pelos pais, o abandono e a desvalorização social, principalmente dos mais idosos e dos portadores de doenças crônicas, enfim, é uma série de problemas que afetam, atacam e agri-dem a família.

E, recentemente, temos um novo fator intencional de desmontagem da família. Porque a família, como eu disse, é um polo de resistência, uma cidadela de resistência às transformações socioculturais. E transformações socioculturais são importantes para os conteúdos ideológicos, doutrinas e filosofias estranhas à democracia e ao Estado de Direito, e que buscam, como vimos agora, na nova proposta do Código Penal, justamente desmontar, dismantelar a família.

Então, faço estes alertas, agradeço esta oportunidade e digo que 21 de outubro será um dia que ficará marcado anualmente como data de reflexão sobre o que está acontecendo com a família brasileira, quais serão as medidas que nos precisamos tomar, nós que temos formação cristã, que vem desde o nosso descobrimento, para o fortalecimento da família.

Fico muito agradecido. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. integrantes da Mesa, meus caros colegas, senhoras e senhores. Que Deus nos abençoe a todos. Muito obrigado. (20/11/2012)

Discussão do PL 4682/2012

Sr. Presidente, o PSD ratifica toda a argumentação feita por V.Exa. a respeito da importância desse projeto. Nós somos favoráveis ao projeto. Nós queremos votar o projeto. Porém, nós temos uma preocupação técnica, a preocupação de que esse projeto, da forma como foi modificado, carrega um vício de iniciativa que é insanável porque o projeto veio do Executivo. Então, eu alerto sobre isso porque, de repente, nós, no afã de acelerarmos, porque queremos votar esse projeto, estejamos criando um problema ainda maior para a tramitação do mesmo.

Talvez, Sr. Presidente, e é uma sugestão do partido, V.Exa., em entendimentos, faz a substituição, e, na semana que vem, o Executivo entra com um novo projeto, porque há renúncia fiscal, questões que geram esse vício de iniciativa.

Louvo a iniciativa da minha colega do Rio de Janeiro, Deputada Jandira Feghali, e eu mesmo estive conversando com ela e assinei, mas, na realidade, existe esse vício. É o alerta que o Partido Social Democrático deixa para a Mesa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Nós tomamos todos os cuidados, Deputado, no sentido de que estamos votando um projeto semelhante ao projeto já enviado pelo Executivo para a Casa. Há acordo com o Executivo inclusive, com a Ministra da Cultura, com todo mundo. Então, nós não teremos problemas. E o parecer do Presidente será pela constitucionalidade do projeto.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Eu concordo. Mas só deixamos este alerta de que isso é um novo projeto, e que este teria que voltar ao Senado. Esta é a realidade. Vamos ficar vulneráveis porque qualquer um que levante essa questão vai ter razão tecnicamente. Então, esse é o único objetivo. Nós somos favoráveis, e vamos votar com o projeto e com V.Exa. (21/11/2012)

O julgamento do Mensalão e a derrocada dos guerrilheiros Gramscistas

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero fazer o resumo do meu pronunciamento, que seria objeto de explanação no Grande Expediente de hoje. Vou tentar resumir para 3 ou 4 minutos os 25 minutos que eu teria no Grande Expediente; e quero pedir a V.Exa., Sra. Presidente, que determine o seu registro, na íntegra, nos Anais da Casa, bem como sua divulgação pelos meios de comunicação da Casa.

Faço uma análise do impacto do julgamento do Mensalão pelo Supremo Tribunal Federal e as consequências positivas para a Nação brasileira, que vê, pelo menos no Poder Judiciário, uma fresta de dignidade ao tratar dos assuntos de suas atribuições.

O Poder Judiciário deu o exemplo. Poder-se-ia pensar até que sucumbiria, quem sabe, a interesses menores devido às questões dos processos de indicação e nomeação para os seus Ministros.

Faço uma análise histórica, desde os anos 1960/70 até os dias atuais, para explicar por que o ex-Ministro José Dirceu se julga um prisioneiro político.

Entendo, na verdade, que eles nunca abandonaram o projeto marxista-leninista, de início, de tomada do poder pelas armas, que foi modificado nos anos 1990 para um projeto marxista-comunista pelo mecanismo definido pelo filósofo, fundador do partido comunista italiano, Antonio Gramsci e complementado por outro filósofo, o francês Louis Althusser. Então, eles se julgam hoje inocentes, acham que não cometeram crime de corrupção, previsto no Código Penal.

O projeto da roubalheira, que resultou no Mensalão, além da sustentabilidade ao Governo, tinha, por trás, o objetivo de dar perenidade e poder para que pudessem prosseguir implantando esse projeto “gramsciano” ou “gramscista” em nosso País.

O julgamento do Mensalão veio colocar uma pá de cal sobre isso. Não sei se foi suficiente para interromper esse processo sórdido, sutil, dissimulado que está sendo adotado para nos levar a uma ditadura de um partido só em nosso País.

Peço que V.Exa., Sra. Presidente, determine o registro, a divulgação deste pronunciamento, na íntegra, pois aqui faço uma análise histórica con-

tando todos esses fatos que vivenciei. Eu vivi intensamente, desde 1961, toda a história do Brasil recente. Por conseguinte, falo como testemunha ocular da história. E aqui estão as razões.

Espero que o impacto desse julgamento atenuie essa tendência, esse projeto que quer internacionalizar o Brasil. Trata-se de um projeto apátrida, amoral, e que naturalmente não faz parte das nossas convicções ou de nossas formações históricas, culturais e políticas, que defendemos.

Por isso, eu peço aos meus colegas e às minhas colegas Parlamentares que o leiam. Basta acessar a internet que qualquer um pode obter as informações do que ocorreu no passado e as informações sobre o que está ocorrendo no presente.

Mais uma vez, quero saudar, com reverência e com esperança, o Supremo Tribunal Federal, a maior instituição do Judiciário, que, focada exclusivamente nas suas atribuições constitucionais, prosseguirá agindo como fez no julgamento do Mensalão. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Pronunciamento

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o histórico julgamento do chamado Mensalão, no qual o Supremo Tribunal Federal — STF, condenou parte da quadrilha montada no primeiro governo do Partido dos Trabalhadores — PT, acende uma luz de esperança no coração do povo brasileiro. Esperança porque, pelo menos, um dos Poderes da República permanece, majoritariamente, comprometido com a justiça, com os princípios éticos, com os valores morais e com as tradições histórico-culturais da nossa Nação, valores que construímos e queremos cada vez mais fortalecidos em nosso País.

O STF, que por um momento poderia parecer capaz de sucumbir a interesses menores, decorrentes dos processos de indicação e nomeação de seus Ministros, apresentou-se à Nação, em sua maioria, como um corpo de magistrados independente e focado, exclusivamente, no exercício de suas atribuições constitucionais de Suprema Corte.

As forças vivas do bem, que impregnam a natureza do povo brasileiro, sentiram-se aliviadas e estimuladas a prosseguir, acreditando que vale a pena lutar pelas suas convicções, que foram sedimentadas ao longo de 500 anos de história dos princípios e valores cristãos, dentro das nossas fronteiras.

Fica-se a imaginar, a refletir, sobre as motivações que teriam levado a cúpula do partido político mais orgânico do País, que sempre se apresentou como defensor ferrenho dos valores éticos na administração pública e no comportamento político, a montar o maior e mais escandaloso esquema de corrupção de que se tem notícia em nosso País, mal tendo assumido o governo.

Sabe-se que o fisiologismo e a ganância, associados a um orçamento autorizativo, sem controle e sem fiscalização, constituem caldo de cultura ideal para a proliferação de mecanismos de assalto ao dinheiro do contribuinte. Já tivemos casos dessa natureza em nossa história recente. Mas nunca antes neste País, para usar expressão consagrada, posso afirmar, tivemos um partido político metido nas entranhas do Estado, a ponto de não se poder identificar onde mesmo começa um e onde acaba o outro. Aí começamos a entender que o fisiologismo, o enriquecimento ilícito, os privilégios e o tráfico de influência seriam bônus de um projeto político subliminar, dissimulado, muito mais arrojado que a abusiva roubalheira denunciada no governo do PT.

Primeiro, precisamos entender por que o ex-ministro José Dirceu, chefe da quadrilha segundo o STF, se considera réu de um julgamento político, e não de um julgamento criminal comum previsto no Código Penal, do mesmo modo que o ex-presidente do PT, José Genoíno, se julga inocente dos crimes a que foi condenado.

Não podemos esquecer que eles também se consideram inocentes, e que até posam de heróis pelos crimes de terrorismo, de sequestro, de assalto a bancos, quartéis e residências, e até de assassinatos, praticados nos anos 1960/70, pelos movimentos e grupos marxista-leninistas em revolução para implantar o comunismo no Brasil pela luta armada.

Vale lembrar um pouco da verdadeira história daquele tempo, amplamente registrada na mídia impressa e eletrônica da época, que qualquer pessoa pode acessar e conhecer detalhes nos arquivos da internet.

No início dos anos 1960, logo após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, o Brasil viveu dias difíceis com a iminência da implantação do regime comunista já em estágio muito avançado, como constatou o próprio chefe revolucionário Luiz Carlos Prestes em afirmação que se tornou célebre: *“Já conquistamos o poder; precisamos assumir o Governo”*.

O Presidente João Goulart, em 1962/63, e seu cunhado, Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul e depois Deputado Federal, imagi-

nando que tirariam proveito para suas ambições políticas pessoais, permitiram o aparelhamento e a infiltração comunista nas instituições democráticas, além de assumirem o discurso e as práticas revolucionárias para levar o País, primeiro, ao caos e à desordem, depois, ao estabelecimento da nova ordem político-administrativa.

Aquela nova ordem, com certeza, sacrificaria Goulart e Brizola, que não eram comunistas, e seguiria os mesmos moldes da Revolução Cubana de 1957/58, até a completa implantação do regime comunista no nosso País. Foi em março de 1964, quando a baderna, a desordem e a indisciplina já tinham assumido o clímax de véspera de assalto ao poder pelos comunistas, que as forças de defesa da democracia, da liberdade e do Estado de Direito convocaram, em manifestações de massa históricas, as Forças Armadas para interromper o processo revolucionário com a Contra-Revolução de 31 de março de 1964.

Essa foi a segunda derrota imposta aos comunistas no Brasil. A primeira havia sido em 1935, na chamada Intentona Comunista, quando Prestes, esse mesmo de 1964, comandou o levante em quartéis com assassinatos a sangue-frio de diversos oficiais, movimento esse que acabou sendo sufocado e dizimado pelas forças regulares. Mas foi no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 que entraram em cena os protagonistas maiores do Mensalão agora condenados pelo STF.

A vitória do povo em 1964 não interrompeu o projeto marxista no Brasil, o qual prosseguiu articulado com Fidel Castro e apoiado por Mao Tsé-Tung, com uma estratégia elaborada para levar o comunismo da ilha cubana ao continente latino-americano sob o comando de Che Guevara, na certeza de que, conquistando o Brasil, os demais países cairiam naturalmente.

A coluna de Che Guevara seguiu para a Bolívia, onde organizaria o campo de treinamento em guerrilha para suprir, além do Brasil, os outros países latino-americanos; porém, a milícia cubana não cumpriu o objetivo, tendo sido desbaratada pelas tropas regulares bolivianas, tendo Che Guevara sido eliminado em 1967.

No Brasil, sob o comando de Carlos Marighella, depois por Joaquim Câmara, comunistas adeptos e promotores da luta armada para derrubar o governo continuaram as ações terroristas, assaltos a bancos, quartéis e sequestros. Numa dessas ações foi sequestrado o embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, cuja libertação foi trocada por 15 presos políticos, entre eles José Dirceu, que tinha sido preso em Ibiúna, SP, no 30º Congresso da UNE, em 1968.

Os prisioneiros foram levados para o México, e, depois, seguiram para Cuba, enquanto o Embaixador era libertado no Brasil. O movimento prosseguiu com ações revolucionárias e tentativas de implantar centros de treinamentos de guerrilha e focos de resistência na região do Araguaia, no sul do Pará, cujos operadores acabaram sendo dizimados por doenças tropicais. No começo dos anos 1970, o que restou, foi aniquilado pelas tropas regulares das Forças Armadas.

Foi lá que o guerrilheiro comunista José Genoíno foi preso, em uma triilha de Xambioá, e de lá enviado para São Paulo, aí encerrando sua carreira de luta armada. A seguir foram eliminados todos os focos de ação pelas armas no País, esta foi a terceira derrota dos comunistas, que nunca foi assimilada pelos derrotados.

Com a Lei da Anistia, em 1979, José Dirceu, José Genoíno e muitos outros egressos da guerrilha comunista, juntaram-se ao sindicalista Luiz Inácio da Silva e criaram o Partido dos Trabalhadores, o qual, após três tentativas eleitorais, ganhou o Governo em 2002.

A ala marxista que controlava o PT, fiel aos seus fundamentos ideológicos, uma vez tendo assumido o governo, montou estratégia para a conquista do poder capaz de levar à implantação, no Brasil, do tão almejado sistema político marxista-socialista, agora não mais pela força das armas e pela violência, mas pela desagregação dos valores socioculturais, sociopolíticos e socioeconômicos, predominantes na Nação, conforme a metodologia preconizada pelos filósofos marxistas Antônio Gramsci e Louis Althusser. Assim, para eles, o esquema de corrupção organizado para desviar recursos do Erário fazia parte do projeto político ideológico maior, e destinava-se a dar sustentabilidade ao governo e irrigar de forma permanente as ações político-partidárias gramscistas.

Da mesma forma, e no mesmo sentido, foi estabelecida a promiscuidade política do partido com o Governo e com o Estado, além do aparelhamento da Administração Pública, direta e indireta, com milhares de nomeações de militantes partidários. Assim, a estrutura básica do projeto de poder gramscista do PT estava montada, e seus pensadores, seus operadores e sua linha de frente ganharam musculatura para prosseguir com as ações políticas que conduziriam à desmontagem gradual dos valores culturais e das convicções democráticas do povo brasileiro.

A denúncia do Mensalão deve ter abalado a estrutura básica desse projeto de poder, mas não foi suficiente para estancá-lo, conforme constata-se em políticas e ações desenvolvidas por autoridades públicas e

seus aliados, normalmente de forma sutil e dissimulada, dentro de programas incontestáveis, para demolir as resistências sociais, culturais e políticas da Nação.

Entre as principais resistências interna encontra-se a igreja cristã — a católica e a evangélica —, a família tradicional, as Forças Armadas, o Estado Federado, as liberdades democráticas garantidas na Constituição, o sistema de comunicação e informação aberto, o direito de propriedade, a economia de mercado, enfim, os padrões de valores sobre os quais se assenta a sociedade democrática brasileira.

Por isso, o julgamento da cúpula responsável pelo esquema do Mensalão, que do alto de sua arrogância nunca imaginou que poderia ocorrer, significa um golpe que pode ser fatal ao projeto político-ideológico marxista acalentado pelos ex-guerrilheiros.

O tempo conspira contra essa utopia; as relações sociopolíticas e socioeconômicas cada vez mais se fundamentam e novos paradigmas não mais consideram, definitivamente, sistemas políticos totalitários, que se autoextinguem por considerarem apenas a natureza material do ser humano, ignorando a sua capacidade criativa e a sua transcendência.

Esta é a razão do desespero de fim da história que tomou conta do PT, não apenas dos condenados, mas de todos os que estão no projeto “gramscista”, ameaçado pelo impacto do julgamento do Mensalão.

Os pronunciamentos e notas emitidas pela cúpula do PT dão conta desse desespero, e constituem uma agressão inconcebível, não só ao Poder Judiciário, mas a todas as instituições democráticas, e um escárnio ao povo brasileiro, que acreditou nesse partido, e que hoje, frustrado, acompanha estarecido a sucessão de crimes cometidos no âmago do Governo.

Aos poucos o conhecimento e o entendimento do que realmente ocorreu, levando à denúncia, julgamento e condenação dos responsáveis pelo maior esquema de corrupção montado no Brasil, irá decantando, primeiro na mente, depois no coração de cada brasileiro, ao mesmo tempo em que uma nova consciência coletiva se formará para melhor avaliação das relações sociopolíticas nacionais.

As conseqüências positivas da postura do STF não se limitarão ao provável encerramento do ciclo marxista-gramscista em nosso País, mas irão muito além, constringendo desvios de conduta latentes, e desacelerando as ações em curso contrárias às nossas vocações históricas, em particular as que decorrem da nossa formação, majoritariamente, cristã.

Por isso reverenciamos com alegria, esperança e reconhecimento as decisões do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Mensalão. (21/11/2012)

Contra as sessões extraordinárias que atravancam a Ordem do Dia

Sra. Presidente, estamos com o *quorum* registrado, é verdade. Se já temos *quorum*, vamos iniciar a Ordem do Dia. Se não houver Ordem do Dia na sessão extraordinária, não faz sentido ficarmos interrompendo mais uma vez o curso normal da Casa de ter a sua sessão ordinária, que ocorre às 14 horas, regimentalmente, por uma sessão extraordinária que está – desculpe a expressão – enchendo linguiça, que significa falar, falar e não dizer nada.

É claro que os Parlamentares têm seus discursos, suas ponderações, mas, em termos de processos legislativos, nós estamos aqui nos enganando, enganando a Nação.

Qual é o problema, Sra. Presidente? Nós temos que encerrar, então, esta sessão, porque haverá sessão ordinária, às 14 horas, e nós vamos prosseguir a nossa vida com o Pequeno Expediente, com as comunicações normais que os Parlamentares fazem, com o Grande Expediente e com a Ordem do Dia, mas ficar nesta situação...

Há quem ache que nós estamos dando um exemplo para a Nação. Nós estamos dando um exemplo de desorganização, de falta de entendimento que acaba se transformando numa desorganização. Nós não sabemos o que fazer aqui. Nós estamos realmente numa situação complicada. Eu, então, faria essa sugestão a V.Exa. Não estou convocando o Regimento Interno porque é regimental a sessão extraordinária, mas estou apelando para que nós tenhamos um pouco de lógica, um pouco de consciência de que a sessão ordinária é padrão.

Hoje é uma quarta-feira, as Comissões trabalharam pela manhã, todos estão esperando uma sessão ordinária à tarde, e nós estamos aqui agora postergando decisões, sem Ordem do Dia, numa sessão extraordinária. É sempre uma atrás da outra. Foi assim ontem e está sendo assim hoje. E os Parlamentares ficam aqui até tarde da noite podendo tomar decisões mais cedo. Eu peço a V.Exa. que leve para toda a Mesa da Casa que isso

é uma coisa muito desagradável e que nós não temos de ser hipócritas, cínicos de mostrar para a Nação uma coisa que não somos. Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Arolde, eu conheço V.Exa. há bastante tempo, assim como V.Exa. conhece a minha pessoa e a minha conduta parlamentar. Até senti um pouco de constrangimento com as suas palavras, mas sei que não é intenção de V.Exa. constranger-me ou constranger qualquer outro companheiro que aqui esteja. Nesta Mesa, enquanto a sessão estiver em andamento, enquanto houver oradores inscritos, por mais que não seja plausível e do entendimento de V. Exa. ou de outros companheiros, mantereí a palavra aos Srs. Deputados.

Quanto ao andamento da Casa, V.Exa. deve ter respondido um questionário em que eu colocava todas essas questões. Primeiro, o andamento das sessões que se alongam. Nesse momento já recebi três recados de que o Presidente da Casa está reunido com os demais Líderes a procura de entendimento. Enquanto ele não chegar a um entendimento, a pauta que está sobre a mesa... V.Exa. pode olhar o plenário. Não há Líderes no plenário. Alguns, dois ou três. Eu, apesar do *quorum*, posso até abrir uma Ordem do Dia, mas com que pauta? Com que presença? Com que Líderes? Com que entendimento?

Eu sinto o mesmo que V.Exa., mas gostaria de dar um pouco de crédito ao trabalho que está sendo feito lá dentro e também à luta — é esse o maior constrangimento desta Casa — dos Parlamentares para obter um pequeno tempo nesta Casa, a fim de exporem suas ideias e defenderem suas propostas. Em face disso, mesmo que não estejamos votando agora, não vamos reduzir a pó, a atitudes cínicas, o comportamento que têm os novos Parlamentares de exporem suas ideias, como V.Exa. tão bem o faz aqui ao longo destes anos todos. Quero fazer uma referência inclusive, como já fiz de público em outras ocasiões, ao comportamento e à estatura política de V.Exa.

O seu constrangimento é o meu e de todos, mas enquanto estiver nesta Mesa, enquanto houver um Parlamentar pedindo a palavra até a hora em que terminar a sessão, a menos que o Presidente comunique que houve entendimento ou que os Líderes venham ao plenário fazer isso, eu só posso olhar para V.Exa. e dizer: sinto muito. Esta Casa continua no mesmo processo equivocado que eu vejo há muitos anos e que cabe a nós corrigi-lo. Eu agradeço as palavras a V.Exa.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Eu fico muito feliz e satisfeito, pois sinto que o pensamento de V.Exa. é o mesmo meu. Nós estamos aqui há tantos anos e conhecemos como esta Casa funcionou no passado.

O Deputado Inocêncio Oliveira presidiu esta Casa. Nós sabíamos como as coisas funcionavam aqui. Mas hoje, estranhamente, o comportamento da Casa está totalmente fora daqueles padrões. Eu só deixo esse registro e manifesto a minha indignação por isso, porque um pouco de ordem é sempre importante em qualquer atividade. Muito obrigado, Presidenta. (21/11/2012)

Medidas Provisórias estão ignorando o processo legislativo

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu venho fazer um registro que acho importante e preocupante. Ontem, durante o encaminhamento para votação da Medida Provisória nº 575, sobre o art. 8º daquela medida, que revoga o art. 70 do Código Brasileiro de Telecomunicações, eu tive a oportunidade de me pronunciar sobre o conteúdo daquele assunto. Mas hoje quero trazer outro aspecto da leitura que faço desse novo processo legislativo que está sendo implantado nesta Casa.

Vejam, uma medida provisória vai para a Comissão Especial, e o Relator fica com poderes para introduzir, sem observar emendas em substitutivo, em projeto de conversão, qualquer coisa que ele queira. E, neste caso, houve a introdução de um dispositivo que revoga o dispositivo do Código Brasileiro de Telecomunicações que trata justamente de dar a regra para a utilização de estações de telecomunicações de qualquer tipo de serviço. Foi revogado. Liberou geral. É o que está acontecendo. Não sei qual foi a intenção. Eu não levo isso para o terreno político, muito menos ideológico. Foi uma falha técnica de quem analisou o assunto — talvez por incompetência, por desconhecimento ou por desejo de obter um resultado — que acabou criando essa confusão. É claro que, indo para o Senado, esse processo ainda será corrigido, mas eu quero chamar a atenção para um novo processo legislativo. Enquanto as leis têm que passar nas Comissões Técnicas ou Comissões Especiais, dependendo de que lei seja, agora, através da medida provisória — introduzindo um contrabando, um jabuti, como nós chamamos, dentro do próprio texto de uma medida provisória, de um assunto que nada tem a ver com o assunto que originou a medida —, nós temos um novo processo legislativo na cabeça

de um único Relator, porque nem a Comissão Especial depois tem condições de discutir adequadamente esse assunto. Isso é lamentável e faz parte de um processo de desorganização do processo legislativo nesta Casa.

Eu deixo este registro e vou voltar ao mesmo assunto, procurando fundamentar um pouco mais isso, manifestando a minha indignação com esse processo. Muito obrigado, Presidente. (21/11/2012)

Repúdio ao ato de desagravo de militantes petistas aos condenados do Mensalão

Parte 1

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o que me traz à tribuna hoje é o que foi publicado, no final de semana, a respeito de uma reunião de desagravo promovida em São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores, de desagravo aos sentenciados do mensalão.

As notícias dão conta, na mídia impressa, de que cerca de mil militantes do PT, dirigentes do partido e Deputados fizeram um ato de desagravo aos petistas condenados pelo Supremo. De desagravo! Imaginem!

“O ex-ministro José Dirceu, condenado a dez anos e dez meses de prisão, conclamou o PT e os movimentos sociais a promover, nas ruas, ‘um julgamento do julgamento’ do mensalão.”

Vejam o acinte, vejam a que ponto chega a arrogância dos ex-guerrilheiros dos anos 60 e 70, que nunca abandonaram a ideologia marxista-comunista e que agora se sentem derrotados pelo Supremo Tribunal Federal, porque não conseguiram controlar o Poder Judiciário. E ele disse mais:

“... que, até poucos meses atrás, o Judiciário era tido como ‘um dos Poderes mais corruptos’ do país.” Vejam a intenção do sentenciado: de jogar lama no Poder Judiciário, um Poder constituído da República. E vai em frente com suas críticas:

“... afirmou que os petistas sofreram ‘infâmia e ignomínia’.” Imagino que ele saiba o significado dessas duas palavras, porque essas duas palavras se aplicam ao próprio PT. Este, sim, praticou infâmia. Não o PT todo. Estou falando desse PT dos guerrilheiros, dos marxistas. Então, infâmia e

ignomínia sofreu o povo brasileiro, que acreditou, durante 15 anos, quase 20 anos, nesse partido, quando pregava, desta tribuna e de todas as tribunas do Brasil, a ética, a moral, os bons costumes, como verdadeiras vestais defendendo o “cofre” da República. E agora se colocam como ladrões, mal assumiram o Governo. A causa foi forte, e eles assumiram essa posição, que deu no que deu: deu no julgamento. Então, continuam atacando o povo brasileiro. E, o que é pior, mais à frente, na mesma notícia, leio o seguinte:

“Temos de retomar a batalha no campo da mobilização social, popular, sindical e política. Precisamos organizar a luta e a agenda que tem de começar com a questão do mandato...” — ele cita aqui um Deputado cujo nome não vou falar. “Tem de colocar em discussão o papel da mídia no Brasil (...)”.

Vejam, a imprensa livre é fundamental, além de ter sido uma das responsáveis pela colocação de todos esses bandidos na cadeia. Eu sei que o PT não é uma quadrilha. O que estou dizendo é que essa quadrilha de ex-guerrilheiros é do PT. Essa é a realidade.

E, sim, Sr. Presidente, é triste termos que fazer registro desta natureza sobre o maior partido, o mais orgânico da República, que se presta a tal papel. Mas de nada adiantará, porque a Nação está aplaudindo de pé o julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal.

E agora nós temos também uma nova época no Supremo Tribunal Federal. Após esse julgamento, ficou demonstrado que pelo menos esse Poder não sucumbiu, não se ajoelhou diante da vontade da Maioria do Governo, representada pelo PT.

Agradeço a oportunidade, apesar de muito triste por fazer este registro. Vou continuar registrando todos esses fatos. Alguém tem que estar de pé. Não podemos ficar todos curvados às vontades do partido do Governo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parte 2

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, na realidade, quero concluir o discurso que iniciei no Pequeno Expediente. Fazendo um resumo, eu falava da postura arrogante, insidiosa mesmo dos ex-guerrilheiros da luta armada, nos anos 60 e 70, que queriam implantar o comunismo no Brasil e que hoje, alojados no Partido dos Trabalhadores — que fundaram juntamente com outros companheiros —, estão incitando a Nação, os movimentos sociais, ao desagravo.

Mas desagravo de quê? Eles foram julgados, condenados e alguns já sentenciados. Então, não cabe desagravo, mas sim fazer com que as penas sejam cumpridas. É o que tem que ser feito. É uma tristeza que estejamos vivendo essa situação.

No mesmo dia desse desagravo, ocorreu em São Paulo também o desbaratamento de mais uma quadrilha implantada. Há pouco, o Deputado Jutahy Junior aqui citou o que ocorreu. É uma sonata anunciada pelo aparelhamento do Estado brasileiro, que foi feita com a companheirada e agora vemos que até com a parentela dos órgãos públicos.

Como pode uma chefe de gabinete da Presidência da República se prestar...? Como pode a autoridade constituída permitir que fiquem ocupando esses cargos?

O que nos dá algum alento neste momento é vermos que a Presidenta da República tem tomado atitudes prontamente. Ela manifesta grande preocupação. Eu diria até, se ela quiser ser mais oportuna na solução dos problemas, não indo sempre a reboque dos fatos, como está ocorrendo — já demitiu sete ou oito Ministros por denúncias de corrupção —, que ela vá na frente e comece a desmontar os esquemas a partir das pessoas que foram indicadas no aparelhamento do Governo. Aí ela se antecipa e começa a interromper esses processos vergonhosos de corrupção que são anunciados em toda a mídia internacional. (28/11/2012)

Homenagem aos 80 anos do Sindilojas-Rio

Senhor Presidente, eu queria registrar as minhas homenagens ao Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro, o Sindilojas-Rio, que no próximo dia 6 comemora 80 anos de fundação. O Sindilojas-Rio é o mais antigo sindicato patronal do comércio no País. A entidade tem títulos de utilidade pública do Município e do Estado do Rio de Janeiro, além de integrar o Sistema da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, tendo mais de 30 mil empresas ligadas a ele, sendo que seu quadro social é de cerca de 12 mil associadas.

Pronunciamento

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, venho à Tribuna nesta oportunidade para registrar homenagens ao Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro — Sindilojas-Rio que no próxi-

mo dia 06 de dezembro comemora 80 anos de Fundação. Sindilojas-Rio é o mais antigo sindicato patronal do comércio no País. A entidade tem títulos de Utilidade Pública outorgados pela Cidade do Rio de Janeiro (Lei 2775/89 da Câmara Municipal), e pelo Estado do Rio de Janeiro (Lei 4054/02 da Assembléia Legislativa).

Sindilojas-Rio integra o Sistema da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. A base territorial é o município do Rio de Janeiro, abrangendo, em sua representação, cerca de 30 mil empresas, sendo o seu quadro social de cerca de 12 mil associadas. Em um passeio pela história do Sindilojas-Rio, verifica-se que a primeira Diretoria tomou posse no dia 30 de dezembro de 1932 demonstrando muita disposição, reuniu-se já no primeiro dia útil de 1933. Ou seja, a primeira reunião da diretoria eleita foi realizada no dia 2 de janeiro de 1933 com a presença de 12 diretores. O que demonstra que a entidade representativa dos lojistas do Rio já nasceu disposta a defender os interesses dos seus associados. Missão que vem cumprido com esmero ao longo de oito décadas. Naquela primeira reunião, a Diretoria decidiu enviar ofício ao então Ministro do Trabalho face à necessidade de ficar esclarecido o horário de funcionamento do Comércio, sendo constituída uma comissão para reunir-se com o então Interventor do Distrito Federal (o Rio era, à época, a Capital do Brasil) em benefício dos representados da nova entidade. Desde então são incontáveis as atividades e iniciativas em defesa do segmento.

A pequena e modesta entidade de 1932 é hoje uma das mais fortes e organizadas instituições representativa do setor lojista. Com sede própria na Rua da Quitanda 3, no Centro do Rio, ocupa mais de mil metros quadrados nos 10º, 11º, 12º e 13º andares. Para facilitar o relacionamento com as empresas associadas, mantém cinco delegacias de serviços nas regiões de Copacabana, Tijuca, Barra da Tijuca, Madureira e Campo Grande. Objetivando incentivar os segmentos do comércio varejista para diagnosticar e solucionar questões que lhes afetam, foram instituídas câmaras setoriais de lojistas de shopping centers, de moda infantil, de papelarias e livrarias, de pet-shops, de brinquedos, de lojistas do Centro do Rio e da Zona Sul. Outras câmaras estão sendo organizadas.

O Sindilojas-Rio oferece às empresas associadas serviços nas áreas jurídicas trabalhista, cível, tributária e fiscal, além de marcas, assessoramento em questões da Receita Federal e da Previdência Social. Para oferecer este atendimento, 26 funcionários, sendo 17 advogados, estão à disposição dos lojistas de 2ª a 6ª feira, de 9 às 17:30 horas. Ressalta-se que as empresas associadas não pagam honorários, apenas as custas dos processos.

A Casa dos Lojistas do Rio foi dos primeiros sindicatos patronais a implantar Comissão de Conciliação Prévia – CCP em parceria com o Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, que vem acelerando a solução de conflitos trabalhistas. Também em parceria com o Sindicato dos Comerciantes, são mantidos setores de Homologação de Rescisões de Contrato de Trabalho na sede do Sindilojas-Rio. Para melhor assistir às empresas na área de saúde do trabalhador, o Sindilojas-Rio oferece atendimento de Medicina Ocupacional e de Segurança do Trabalho na sede sindical e nas Delegacias de serviços. Visando ao aprimoramento do pessoal de lojas, o Sindilojas-Rio e o CDLRio mantém o IVAR – Instituto do Varejo, promotor de atividades de formação de pessoal, de pesquisas, bem como o Banco de Emprego para candidatos em colocações no comércio da Cidade.

Para incentivar a formalização de empresas lojistas, o Sindilojas-Rio criou a categoria de sócio aspirante. O futuro lojista associando-se conta com total assistência jurídica e fisco-tributária para registrar a sua empresa.

Mensalmente, o Sindilojas-Rio e o CDL-Rio enviam às empresas associadas e aos contabilistas que atendem lojistas, a revista Empresário Lojista, publicação que circula há 78 (setenta e oito anos). Periodicamente expede noticiário de interesse do comércio através de e-mails.

Reconhecendo todo o trabalho realizado pelo Sindilojas-Rio e a importância da entidade para o processo de desenvolvimento do Rio de Janeiro, me considero honrado em fazer a nobre instituição esta homenagem na maior Casa de Leis do país. São, pois, 80 anos de história de uma entidade que nasceu sob os signos da representação dos lojistas do Rio e da prestação de serviços. Tradição esta respeitada e continuamente ampliada por todas as 28 diretorias que se sucederam. Cumprimento o Dr. Aldo Carlos de Moura Gonçalves atual presidente do Sindilojas-Rio, os senhores Sylvio de Siqueira Cunha e Mozart Amaral, que merecidamente são os presidentes de honra da entidade, todos os membros da atual diretoria, bem como todos os filiados pelos 80 anos de muitas realizações. Uma longa e bela história, ilustrada por tantas vitórias na defesa dos lojistas do Rio. História na qual, tanto a Diretoria atual como os colaboradores, desde os primeiros até os mais de cem dos dias de hoje, encontram justos motivos de orgulho. Parabéns Sindilojas-Rio. (04/12/2012)

A Federação Moribunda

A sessão do Congresso Nacional para votação da urgência na apreciação dos vetos a Lei dos Royalties, revelou de forma cabal a debilidade da Federação, e a marcha acelerada de transformação do Brasil, na prática, em Estado Unitário.

Tivemos a oportunidade de vivenciar a máxima oriental resgatada por René de Bajavel: “A fome do cordeiro é igual a fome do tigre”, ou em outras palavras, “para saciar a fome são todos selvagens e ferozes”.

Nestes meus 30 anos na casa já experimentei momentos de grande tensão em debates, encaminhamentos, e questões de ordem, mas nunca havia presenciado manifestação de tamanha insensatez, tanto dos senadores representantes da federação, quanto dos deputados, representantes do povo brasileiro.

Foi muito triste vermos a constituição Federal e os Regimentos Internos serem desrespeitados sem o menor pudor ou constrangimento, por uma maioria amorfa, sem liderança, motivada exclusivamente pelo imediatismo, e incapaz de perceber que seria uma vitória de Pirro, onde todos sairiam perdendo.

Foi muito triste vermos o dismantelamento do sistema político partidário, superado pelos interesses das representações regionais. Nem mesmo o partido do Governo e seus aliados, esboçaram qualquer reação em defesa dos vetos da Presidente da República, fato que, somado a outras coincidências, sugere uma ação combinada previamente.

Foi muito triste constatar, pelo comportamento do Plenário, o estado de penúria real que enfrentam os entes federados da república, onde a União cada vez mais descentraliza atribuições e cada vez mais centraliza os recursos.

Impõe-se, Senhor Presidente, Colegas Parlamentares, uma revisão mais do que urgente, emergencial, do Pacto Federativo e a adoção do Orçamento Impositivo, como primeiro item de uma Reforma Política séria, não essas que são propostas a cada início de Legislatura, com foco, apenas eleitoral, cujo único objetivo é aumentar o poder dos que já estão no Poder.

Não, Sr. Presidente, a renegociação do Pacto tem que ajustar a distribuição dos Royalties do Petróleo, da Energia Hidroelétrica e da Mineração, além da cobrança do ICMS dos derivados de petróleo e de energia elétrica na

produção. E rever também a questão do Fundo Constitucional para o Distrito Federal, a distribuição tributária, dos fundos setoriais, das taxas e contribuições.

Fora disso, prevalecerá sempre a máxima oriental. (18/12/2012)

O desrespeito do Congresso à Constituição sobre a questão dos vetos aos royalties

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, vou fazer um breve registro. O art. 66 da Constituição Federal, no seu § 4º, diz o seguinte:

Art. 66.....

§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, sópodendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

E, no § 6º:

Art. 66.....

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º...

Trinta dias, portanto.

...o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

Sr. Presidente, vejo várias manifestações de Parlamentares contrárias ao belíssimo parecer e decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux. Fundamentado nesse artigo, ele tornou sem efeito a última sessão do Congresso Nacional sobre a urgência para votação dos vetos.

Com que moral, com que moral esta Casa, que descumpre há mais de 10 anos a própria Constituição, rasgou a Constituição... Na realidade, desde o primeiro veto que não foi apreciado, o Congresso Nacional está com a pauta trancada. Essa é a grande realidade. Nós não queremos ter o entendimento disso.

É claro que, enquanto continuar assim, o Supremo vai decidir por esta Casa, sem choro nem vela. Muito obrigado. (19/12/2012)

Questão de Ordem adia votação dos royalties do petróleo

SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Sra. Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Arolde de Oliveira, questão de ordem.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, quero levantar a seguinte questão de ordem baseada no Regimento Comum.

O art. 22 que regulamenta as sessões diz que as sessões do Congresso Nacional têm duração de quatro horas. O art. 23, § 2º, diz que é prorrogável por tempo fixo que seja decidido pela Mesa e, no art. 24, diz que poderá ser suspensa a sessão do Congresso Nacional por conveniência de ordem.

Ontem V.Exa. suspendeu a sessão que estava em curso com uma Ordem do Dia preestabelecida, convocou a reabertura para hoje, às 19 horas, e esta sessão foi interposta. Essa sessão é ilegal, porque suspensão não é encerramento. A suspensão significa que a sessão está vigente, está acontecendo, enquanto se decide as questões de conveniência de ordem.

Por conseguinte, no meu entendimento e no entendimento do Regimento, esta sessão é ilegal. E, sendo ilegal, sugiro a V.Exa., com todo o respeito, que encerre esta sessão e só volte a convocá-la após o encerramento da sessão que está vigente desde ontem e que está suspensa.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Pois não. Fizemos um acordo, na reunião da sala, que responderia a cada questão de ordem levantada, uma de cada vez. Portanto, respondo à questão do Deputado Arolde. A questão de ordem levantada por V.Exa. está correta. Eu, realmente, ontem, na sessão de ontem, eu suspendi a sessão e convoquei para hoje às 19 horas.

Esta sessão, no entanto, foi convocada pelo Presidente do Congresso, José Sarney, que, talvez não deveria ter conhecimento da decisão que eu havia tomado. Portanto, V.Exa. tem razão.

VIII - ENCERRAMENTO

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Eu vou encerrar esta sessão e reabrir a sessão, que convoquei, ontem, às 19 horas, do dia de hoje.

Portanto, está encerrada a sessão. (19/12/2012)

REQUERIMENTOS E OUTRAS ATIVIDADES

*“Se todo um exército se acampar contra mim,
não temerá meu coração. Se travar contra mim
uma batalha, mesmo assim terei confiança.”*

Salmos 26:3

Requerimentos

AUTOR DO REQUERIMENTO 423/2011 - Solicita a criação de uma Comissão Externa, sem ônus para a Câmara dos Deputados, destinada ao acompanhamento da organização e dos investimentos nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. (protocolado em 16/02/2011)

AUTOR DA INDICAÇÃO AO PODER EXECUTIVO 2129/2011 - Sugere ao Ministério das Cidades que se estude a possibilidade de obrigar a adoção de vidros laminados em todas as áreas envidraçadas do veículo. (protocolado em 08/12/2011)

AUTOR DO REQUERIMENTO 5628/2012 - Convoca realização de Sessão Solene no Plenário da Câmara dos Deputados em Comemoração do Dia Nacional de Valorização da Família. (protocolado em 28/06/2012)

AUTOR DOS REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES 2380 E 2381/2012 solicita informações do Ministro da Saúde sobre investimentos daquela pasta em projetos e ações que visam descriminalizar o aborto no Brasil, inclusive com viagens internacionais de servidores daquela pasta para participar de seminários e cursos sobre a realização de aborto seguro. (protocolado em 28/06/2012)

AUTOR DOS REQUERIMENTOS 122/2012 e 151/2012-CCTCI - requerendo a realização de uma Audiência Pública para discussão com a sociedade sobre a cessão compulsória por parte das emissoras de radiodifusão, de horário para veiculação de mensagens obrigatórias. (protocolado em 18/04/2012 e 18/09/2012)

AUTOR DO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO 2501/2012 - Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre projetos e empreendimentos de cooperação em geologia, mineração e em indústrias de transformação mineral desenvolvidos no Brasil em parceria com a República Islâmica do Irã. (protocolado em 19/09/2012)

AUTOR DO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO 2520/2012 - Solicita informações ao Ministro da Justiça sobre suicídio coletivo entre os índios daetnia suruwahá ocorrido no mês de julho de 2012. (protocolado em 10/10/2012)

AUTOR DO REQUERIMENTO 6170/2012 que requer aprovação imediata do Projeto de Lei que dispõe sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem. (protocolado em 10/10/2012)

Comissões

- Comissão Permanente da Câmara dos Deputados de Viação e Transporte;
- Comissão Permanente da Câmara dos Deputados de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática;
- Grupo de Trabalho Câmara Negociação e Desenvolvimento Econômico Social (destinado a discutir matérias trabalhistas em tramitação na Câmara dos Deputados)
- Comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei 2565/2011 (Royalties do Petróleo)
- Comissão Mista incumbida a relatar o veto parcial do Projeto de Lei de Conversão 19/2012 que concede créditos ao BNDES;
- Comissão Mista criada para oferecer parecer a MP 576/2012 que autoriza a criação da Empresa de Planejamento e Logística – EPL – Empresa de Transporte de Alta Velocidade;
- Comissão externa com objetivo de visitar o Paraguai em face aos acontecimentos políticos locais que culminou com o impeachment do presidente Fernando Lugo (a Comissão não precisou viajar ao Paraguai, pois a Câmara recebeu a visita de parlamentares daquele país);
- Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas;
- Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a analisar e discutir o legado a ser deixado pela Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 para a cidade do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana;

Outras atividades

VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI 2812/2011 - veda a exibição de imagens que atentem contra a dignidade da pessoa humana em programas de tipo reality show. (protocolado em 07/06/2011)

VOTO EM SEPARADO AO PL 6412/2009 defendendo a aprovação de dispositivo legal que garanta aos usuários a livre escolha na contratação de canais de televisão por assinatura. (protocolado em 10/07/2012)

VOTOU FAVORÁVEL A PEC 478/2010 que garante inúmeros benefícios aos profissionais domésticos como obrigatoriedade de recolhimento do FGTS, auxílio creche, horas extras, adicional noturno. (protocolado em 21/11/2012)

NOMEADO EM 01/08/2012 COORDENADOR DOS ESTUDOS DO PROJETO DE LEI DO SENADO 236/2012 - dispõe sobre a reforma do Código Penal, apoiou e organizou a realização de audiências públicas em Assembléias Legislativas em vários Estados debatendo com deputados estaduais, federais e senadores as propostas apresentadas para a reforma do Código.

APOIOU INSTAURAÇÃO DA CPMI DO CACHOEIRA - Votou a favor da instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI para investigar denúncias de corrupção envolvendo o contraventor Carlinhos Cachoeira. Arolde também assinou e apoiou todos os requerimentos para prorrogação da CPMI.

AUTOR DA EMENDA 44 A MEDIDA PROVISÓRIA 563/2012 que garante a manutenção do concessionário de transporte ferroviário como beneficiário do REPORTE, uma vez que os respectivos serviços são importantes ao trânsito de mercadoria na exportação e importação. (protocolado em 10/04/2012)

AUTOR DA EMENDA 47 A MEDIDA PROVISÓRIA 563/2012 que inclui os fabricantes de veículos relacionados à comercialização, produção e trânsito de mercadoria no novo Programa do Governo Federal denominado INOVAR AUTO que consiste em criar condições de competitividade e incentivar as empresas a fabricar carros mais econômicos e mais seguros, investir na cadeia de fornecedores e em engenharia, tecnologia industrial básica, pesquisa e desenvolvimento e capacitação de fornecedores. (protocolado em 10/04/2012)

“Assim, brilhe vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem vosso Pai que está nos céus.”
Mateus 5:16

Perfil

Arolde de Oliveira é deputado federal desde 1983, casado com Yvelise de Oliveira, dois filhos, cinco netos. Nasceu em São Luiz Gonzaga, no Rio Grande do Sul. Evangélico, é membro da Primeira Igreja Batista do Recreio dos Bandeirantes, zona oeste do Rio.

Graduado no Curso de Formação de Oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN; Formado em Engenharia Eletrônica e Comunicações pelo Instituto Militar de Engenharia - IME; Graduado em Economia na Faculdade Cândido Mendes; Pós-Graduado em Mecânica Quântica e Matemática Moderna e Engenharia Econômica na Escola Superior de Guerra - ESG.

